



ÍNDICE

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
CAPÍTULO I CARACTERIZAÇÃO DA SPMS	10
1. A SPMS	10
2. MISSÃO, VALORES E VISÃO	12
3. ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS	13
4. ÓRGÃOS SOCIAIS	15
5. ESTRUTURA ORGÂNICA.....	17
6. PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS 2019.....	19
7. PRINCIPAIS SERVIÇOS E CLIENTES.....	27
CAPÍTULO II CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	37
1. OBJETIVOS DE GESTÃO	37
2. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	37
3. LIMITE DO CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO	37
4. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	38
5. RESULTADOS OBTIDOS – RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA	38
6. REMUNERAÇÕES.....	39
7. ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO	43
8. DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS	43
9. RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A HOMENS E MULHERES	43
10. RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO	44
11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA	45
12. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS.....	50
13. MEDIDAS DE OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS OPERACIONAIS	53
14. CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTORIA	54
15. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO	54
16. DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, BEM COMO AS MEDIDAS TOMADAS E O RESPETIVO RESULTADO	55
17. INFORMAÇÃO NO SÍLIO DO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO	56
CAPÍTULO III DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2019	57
1. BALANÇO.....	57
2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	58
3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO.....	59
4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	60
5. NOTAS EXPLICATIVAS (ANEXO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	61
CAPÍTULO IV DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS E DE GESTÃO	99
1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – CONTA DE GERÊNCIA 2019	99
2. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	103
3. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE GESTÃO	105
4. CONTABILIDADE DE GESTÃO	106
5. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	112
CAPÍTULO V PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	113
APÊNDICE 1	114
APÊNDICE 2	117
ANEXOS.....	119

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A SPMS, no ano de 2019, registou um intenso esforço e evidente compromisso com os objetivos e metas que se propôs alcançar. Assim, foi um ano verdadeiramente desafiante, designadamente, no cumprimento das metas e iniciativas traçadas para todas as áreas de atuação da SPMS.

Para o exercício e cumprimento das atividades identificadas em sede de Plano de Atividades 2019, a SPMS contou com a força de 794 trabalhadores e com cerca de 32.7 milhões de euros do Contrato-Programa (CP) e 24 milhões de euros do Acordo de Manutenção (AM), tendo disposto de um orçamento global de 56.7 milhões de euros.

Estamos certos de que conseguimos reforçar o nosso papel no contexto da Saúde e de alcançar, praticamente, todos os objetivos preconizados para 2019.

Para tal, elevámos o nosso *expertise* no âmbito dos **Sistemas de Informação e da Telessaúde** em Estratégias Nacionais, capazes de conferir o necessário alinhamento do Ecosistema na persecução do digital, da mobilidade, da desmaterialização e da segurança do acesso à Saúde, num desígnio de conferir, não apenas mais qualidade e sustentabilidade ao SNS, mas, principalmente, de munir o Cidadão do poder e autonomia na gestão da sua Saúde.

Robustecemos, a nossa aposta na geração de valor pelo aumento do grau centralização das **Compras Públicas** e pelo **Controlo e Monitorização do SNS**, pelos quais os resultados conferidos trouxeram mais rigor, mais qualidade e por fim promovem o aumento da poupança do SNS, através dos novos mecanismos que conduzirão à sustentabilidade e mitigação da fraude.

Mas se tivéssemos que definir apenas um marco, esse seria a **Comunicação**.

Reconhecendo que apesar de qualquer formato de comunicação exigir uma melhoria ininterrupta face às incessantes mudanças da Sociedade e da sua relação com o digital, percecionamos que em 2019 estivemos mais perto dos Cidadãos e o *do compromisso* destes para com os nossos produtos e serviços é hoje mais contínuo e eficaz.

Comunicámos mais e comunicámos melhor:

Comunicámos mais com os nossos *end-users*, Clientes e Cidadão, com os nossos Fornecedores e com as nossas Pessoas. E foi através desta Comunicação, do envio e receção de mensagens geradoras de ideias e melhorias, que reconhecemos ainda mais o nosso papel e responsabilidade no impulsionamento da inovação e sustentabilidade do SNS;

Comunicámos melhor a nível intrasectorial através do *eHealth Summit*, que na sua 3ª edição (2019) contou com cerca de 40.000 participantes (presenciais e em *livestreaming*); Seminário de Compras Públicas na 6ª edição (2019), o qual contou com cerca de 11.400 participantes (presencialmente e *online*); do Open Day da Academia e do Seminário de Robótica e Inteligência Artificial, o valor gerado nestes espaços de *crowdsourcing*, que são incomparáveis a nível nacional e internacional, impele uma força para continuarmos a conceber novas ideias para o melhor aproveitamento possível dos recursos que temos ao nosso dispor.

Perspetivando o futuro, é importante analisar os êxitos e dificuldades que enfrentámos em 2019, bem como os desafios que se irão colocar na gestão dos recursos que teremos ao nosso dispor durante o ano de 2020.



JANEIRO

- Decorreu no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, o **Cyber Security Workshop**, promovido pela SPMS, EPE e com participação de seis países: Portugal, Austrália, Hong Kong, Coreia do Sul, Reino Unido e EUA. Teve como principal objetivo a partilha de boas práticas implementadas e *frameworks* na área de cibersegurança, a nível nacional e internacional, identificando riscos e ameaças comuns;
- O **Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde (SNS 24)** lançou, o seu novo site, numa apresentação exclusiva feita pela SPMS, EPE., dirigido ao cidadão, pretende ser um espaço agregador de informação sobre saúde, atualizado e fidedigno, com funcionalidades inovadoras, de entre as quais se destaca o avaliador de sintomas, que permite ao cidadão avaliar os seus sintomas e obter informações e conselhos adequados ao seu problema de saúde não emergente.

FEVEREIRO

- A SPMS, EPE participou na primeira reunião do **Pacto Para a Conciliação**, iniciativa do Governo, no âmbito do “**3 em Linha – Programa para a Conciliação da Vida Profissional, Pessoal e Familiar**”. De sublinhar que a SPMS é a única empresa pública de saúde que integra, atualmente, este Programa;

MARÇO

- Realização do evento **Portugal eHealth Summit**, na Sala Tejo do Altice Arena e PT Meeting Center, em Lisboa, apostando numa abordagem diversificada de grandes temas, como Biotech and Life Sciences, Robotics and Domotics, Artificial Intelligence, Eprivacy and Security, Telehealth and Xborder eHealth, Eprocurement and eBilling, Digital Health e Thematic Workshops, promoveu o debate das diferentes temáticas, partilhando conhecimento, projetos e experiências, em contexto nacional e internacional;
- Portugal está no **Global Digital Health Index**, um recurso interativo que permite monitorizar e avaliar o uso da tecnologia no setor da saúde dos países. A promoção da utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação como parte integrante dos processos de reforma do Sistema Nacional de

Saúde tem sido uma prioridade e a SPMS tem desempenhado um papel fulcral nesta matéria.

ABRIL

- O **SNS 24** foi distinguido com os Prémios Fortius Portugal, nas categorias de Melhor Agente e Melhor Responsável de *Contact Center*. Esta iniciativa anual premeia os melhores profissionais do setor de *Contact Center* a nível nacional, reconhecendo a excelência do seu trabalho;
- Publicado o Anúncio de Procedimento para parceria para a inovação para o desenho e desenvolvimento da plataforma **e3PA (Electronic Public Procurement Platform)** sendo esta uma ferramenta eletrónica que visa melhorar os processos de gestão e de compra na área da Saúde em Portugal, simplificando o processo de compras através da criação de uma experiência inovadora e disruptiva no mercado público.

MAIO

- A SPMS promoveu a 2ª reunião do **Grupo de Acompanhamento para a CiberSegurança na Saúde (GACS)** que decorreu nas instalações do Infarmed, em Lisboa. O encontro permitiu debater o Regulamento de Funcionamento do GACS, nomeadamente, o âmbito de atuação, modelo de integração de novos membros, entre outros. A partilha de experiências, conhecimento e iniciativas que têm vindo a ser desenvolvidas constituem uma das grandes mais-valias deste Grupo, que continuará a impulsionar o debate e a aprendizagem, de modo a contribuir para a cibersegurança e a proteção de dados, em particular no setor da Saúde;
- A **SPMS arrecadou o Prémio Marketeer 2019, na categoria “Saúde e Bem-Estar” com a marca SNS 24**. O galardão foi entregue no dia 30 de maio, numa cerimónia que decorreu no Convento do Beato, em Lisboa. Esta distinção coloca a SPMS como a melhor nas áreas do Marketing, Publicidade e Comunicação do país, em “Saúde e Bem-Estar”, com a marca SNS 24. Esta distinção vem premiar a campanha comunicacional desenvolvida, em 2018, pela SPMS, e afirmar o SNS 24 como a marca que faz a diferença na saúde e no bem-estar da sociedade portuguesa.

JUNHO

- Num momento em que as entidades públicas têm como maior desafio acompanhar a revolução digital em curso e, conseqüentemente, comprar inovação, a SPMS instituiu o primeiro de dez **Sistemas de Aquisição Dinâmicos** a concluir até final do mês de julho. Este instrumento procedimental especial é aquele que melhor defende o princípio da concorrência, renovando-a sempre que surjam novos produtos e novas empresas que ofereçam, a todo o momento, as melhores condições para o Estado, apostando este modelo de aquisição numa maior transparência e celeridade procedimental;
- A SPMS participou no C-DAYS 2019, a 5ª edição da **Conferência Internacional de Cibersegurança**, que decorreu no Centro de Congressos da Alfândega do Porto. “Academia SPMS: formação segura” foi a temática da sessão de Henrique Martins, Presidente do Conselho de Administração da SPMS, realizada do dia 26 de junho. Numa abordagem às várias iniciativas de sensibilização, workshops e projetos desenvolvidos pela SPMS para o Ministério da Saúde, o PCA falou dos riscos dos ciberataques, nomeadamente no setor da Saúde, destacando o papel da SPMS como agente formador, através da sua Academia, entidade formadora certificada, e do Núcleo de Cibersegurança.

JULHO

- Por deliberação do Conselho de Administração, a SPMS, adjudicou a nova **Rede Informática da Saúde – RIS2020**, depois de cumpridas todas as formalidades procedimentais. Esta adjudicação traduz uma redução superior a 7 milhões de euros para o Ministério da Saúde. A RIS é uma componente fulcral do ecossistema de informação da saúde, garantindo a conectividade das diversas instituições do SNS e operando, ininterruptamente, 24 horas por dia, todos os dias do ano;
- O mês de julho ficou marcado pelo **Open Day SPMS Academy**, realizado no Auditório da Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, no qual a palavra de ordem foi a formação e a partilha de conhecimentos por parte de um painel de oradores convidados, abordando

diversas temáticas da atualidade como a Transformação Digital e Liderança, Proteção de Dados, Contratação Pública Eletrónica, Direito Digital/Inteligência Artificial;

- A SPMS organizou a 8ª edição do **Fórum ENESIS 2020 – Estratégia Nacional para o Ecossistema de Informação de Saúde 2020** que decorreu em 16 de julho, no auditório INFARMED, em Lisboa. Com destaque nesta edição, o novo Acordo-Quadro para a Aquisição de Sistemas de Apoio à Decisão Clínica, desenvolvido pela SPMS e em vigor desde julho, com o qual se espera obter uma melhor prática clínica, e por outro lado, assegurar formação contínua aos profissionais.

AGOSTO

- O **Centro de Controlo e Monitorização do Serviço Nacional de Saúde (CCMSNS)** iniciou a conferência da nova área relativa aos **Tratamentos Termais**, como resultado do regime de comparticipação do Estado no preço dos tratamentos termais prescritos nos Cuidados de Saúde Primários do SNS. O primeiro ano desde a transferência das competências de gestão e exploração do CCMSNS verificou um balanço positivo, tendo apontado a internalização do CCMSNS para uma redução genérica dos custos da operação;
- O **Instituto de Emergência Médica (INEM)** atribuiu à SPMS, EPE., a **competência para assegurar a contratação de serviços de gestão para a sua frota**, fator indispensável para a prossecução das missões públicas que lhe estão atribuídas. Neste sentido, foi desenvolvido um procedimento com o valor de 6,7 milhões de euros, ao abrigo do Acordo Quadro “Gestão de Frota” em vigor na ESPAP, IP., a fim de celebrar um contrato que vigorará de 1 de outubro de 2019 até 31 de dezembro de 2021.

SETEMBRO

- Realizou-se no PT Meeting Center em Lisboa, o **VI Seminário de Compras Públicas na Saúde**, organizado pela SPMS o qual verificou a participação de mais de 600 pessoas. Teve como objetivo a discussão da contratação pública na área da saúde, a SPMS foi mencionada como pioneira e um bom



exemplo de administração e contratação pública, bem como um modelo exemplar;

- A SPMS organizou o **IX Fórum ENESIS 2020**, que decorreu no Hospital Padre Américo, em Penafiel em colaboração com o Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa (CHTS), para apresentação e discussão da Estratégia Nacional para o Ecossistema de Informação de Saúde 20-22 tendo reunido especialistas das Tecnologias da Informação na área da saúde.

OUTUBRO

- A SPMS como entidade coordenadora do projeto internacional HEALTHeID, promove o workshop Transferathon que decorreu em outubro nas instalações da SPMS no Porto. Teve como objetivo apoiar os países europeus na integração da eIDAS (Electronic Identification, Authentication and trust Services) com os serviços transfronteiriços, por forma a melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos na Europa. As principais metas do HEALTHeID passam por permitir o acesso dos cidadãos europeus aos respetivos registos e serviços digitais de saúde na Europa, assegurando a segurança das transações digitais;
- No evento Vortal VISION' 19, a SPMS foi distinguida com o **Prémio Inovação para a Plataforma e3P (Electronic Public Procurement Platform)**. No âmbito da Parceria para a Inovação, a SPMS criou a Plataforma e3P, de forma a promover uma maior transparência e autonomização dos processos de compra, mas também potenciar e divulgar novos produtos e novos procedimentos;
- Organizado pela SPMS, o **1º Workshop de Cibersegurança** para CEOs e CIOs na área da Saúde decorreu nas instalações do Infarmed, em Lisboa. Com o principal objetivo de potenciar o desenvolvimento de uma colaboração estratégica a nível europeu, no âmbito da Cibersegurança na Saúde, esta iniciativa da SPMS contou com a presença de representantes de 14 estados-membros, revelando perspetivas e projetos sobre cibersegurança nos serviços de saúde, enquadrando a visão corrente da União Europeia.

NOVEMBRO

- A **SPMS marcou presença na Web Summit 2019**, com a finalidade de divulgar os seus produtos, projetos e serviços nesta cimeira tecnológica, a qual decorreu em Lisboa na Altice Arena e FIL. Sob o mote “Connect Health Solutions”, a SPMS facultou informações sobre o SNS 24, a Área do Cidadão, os projetos internacionais eHACTION e Cross-Borders, as apps MySNS, MySNS Carteira e MySNS Tempos, bem como outras informações no âmbito de atuação da SPMS;
- No mês de novembro nas instalações da SPMS ocorreu a apresentação do **Plano Estratégico Nacional para a Telessaúde (PENTS) para o período de 2019-2022**. O plano tem como objetivo definir uma estratégia ampla para alavancar a Telessaúde em Portugal. No SNS e no setor privado existem múltiplas iniciativas de prestação de cuidados assentes no conceito de Telessaúde, desde teleconsultas, teletriagem, telemonitorização, telediagnóstico ou telerrastreio. Contudo, para se chegar mais longe e gerar os ganhos em saúde que esta ferramenta pode oferecer à sociedade, torna-se essencial traçar uma estratégia nacional. De sublinhar que Portugal é o quarto país do mundo com um Plano Estratégico de Telessaúde.

DEZEMBRO

- No Dia Internacional das Pessoas com Deficiência (3 de dezembro) foi a **SPMS distinguida com Menção Honrosa na 19ª edição do Prémio de Inovação Tecnológica Eng.º Jaime Filipe com o Sistema EASY – Acessibilidade Web**. Com o tema “O Futuro é Acessível” a iniciativa realizou-se no Convento de São Francisco, em Santarém, que integrou o concurso promovido pelo Instituto Nacional para a Reabilitação (INR);
- A **SPMS através do PIC – Plano Individual de Cuidados**, desenvolvido pela equipa da Área do Cidadão, foi **premiada** no passado dia 9 de dezembro, em Lisboa, com o **Best Digital Workplace**, no evento do Portugal Digital Awards, o qual distingue os projetos mais disruptivos e Inovadores.

A SPMS EM NÚMEROS | 2019

> 80
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

7
APPS DE SAÚDE

≈ 70
PORTAIS INSTITUCIONAIS / MICROSITES

130
PRODUTOS, PROJETOS E SERVIÇOS
GERIDOS DIARIAMENTE

2 000
UNIDADES PRESTADORAS DE CUIDADOS
DE SAÚDE UTILIZAM OS NOSSOS SI

120 000
PROFISSIONAIS DO SNS UTILIZAM
DIARIAMENTE OS NOSSOS SI

123
ACORDOS QUADRO

5
SISTEMAS DE AQUISIÇÃO DINÂMICOS

≈ 1 000
PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÃO
CENTRALIZADA

≈ 1 000 M DE EUROS
PROCESSOS ADJUDICADOS

≈ 75 M DE EUROS
POUPANÇAS EM AGREGAÇÕES
CENTRALIZADA

≈ 505
N.º DE FORNECEDORES EM
CATÁLOGO

88 M
N.º DE DOCUMENTOS CONFERIDOS

≈ **2.365 M DE EUROS**
VOLUME FINANCEIRO CONFERIDO

> 168 M
N.º DE EMBALAGENS DE
MEDICAMENTOS CONFERIDOS

> 60 M
N.º DE EXAMES CONFERIDOS

≈ **3.085 M**
N.º DE CONTACTOS SNS 24*

≈ **255 000**
N.º DE UTILIZADORES DO PORTAL SNS
24

7
ÁREAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO
CERTIFICADAS

9
ÁREAS TEMÁTICAS DE ENSINO EM
BIBLIOTECA DIGITAL

* N.º de Contactos SNS 24 = N.º de Acessos ao Site SNS 24 + N.º Chamadas Clínicas de Triagem SNS 24 + N.º de Chamadas Administrativas SNS 24 + N.º de Emails Enfermeiros e Administrativos SNS 24.

*Dados à data de 31/12/2019.

CAPÍTULO I | CARACTERIZAÇÃO DA SPMS**1. A SPMS**

A Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (adiante designada SPMS) foi criada, em 2010, pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, como pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e de património próprio, presentemente com um capital estatutário de 26.260.689 euros, nos termos do regime jurídico do setor empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, estando sujeita à tutela dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde.

De acordo com o quadro jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 108/2011, de 17 de novembro, 209/2015, de 25 de setembro, 32/2016, de 28 de junho, e 69/2017, de 16 de junho, e 38/2018, de 11 de junho, tem vindo a assistir-se ao reforço das competências e atribuições da SPMS em matéria de prestação de serviços partilhados específicos da área da saúde aos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), independentemente da sua natureza jurídica, bem como aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde (MS) e a quaisquer outras entidades, quando executem atividades específicas da área da saúde.

Constituem atribuições da SPMS a prestação de serviços partilhados nas áreas de compras e logística, serviços financeiros, recursos humanos e sistemas e tecnologias de informação e comunicação; o funcionamento do Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde (CCSNS) e do Centro Nacional de TeleSaúde (CNTS); e, no âmbito dos serviços partilhados de conferência de faturas de medicamentos, de meios complementares de diagnóstico e terapêutica e de outras áreas de prestações de saúde, cabe, ainda, à SPMS assegurar a atividade e a gestão do Centro de Controlo e Monitorização do SNS (CCMSNS).

No ano **2019**, a SPMS apresentava a seguinte caracterização:

ESTATUTOS	<ul style="list-style-type: none"> • DECRETO-LEI N.º 19/2010, ALTERADO POR: DECRETO-LEI N.º 108/2011 DECRETO-LEI N.º 209/2015 DECRETO-LEI N.º 32/2016 DECRETO-LEI N.º 69/2017 DECRETO-LEI N.º 38/2018 • DESPACHO N.º 11013/2016
NATUREZA	<ul style="list-style-type: none"> • ENTIDADE PÚBLICA EMPRESARIAL INTEGRADA NO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO • AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA E DE PATRIMÓNIO PRÓPRIO • DEPENDÊNCIA TUTELAR DOS MEMBROS DO GOVERNO RESPONSÁVEIS PELAS ÁREAS DAS FINANÇAS E SAÚDE
ÓRGÃOS SOCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO • FISCAL ÚNICO
ESTRUTURA INTERNA	<ul style="list-style-type: none"> • 13 DIREÇÕES • 33 UNIDADES
RECURSOS HUMANOS	<ul style="list-style-type: none"> • 3 MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E 1 FISCAL ÚNICO • 13 DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE NÍVEL I • 31 DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE NÍVEL II • 167 TÉCNICOS SUPERIORES E ESPECIALISTAS DE INFORMÁTICA • 63 ASSISTENTES TÉCNICOS E TÉCNICOS DE INFORMÁTICA • 3 ASSISTENTES OPERACIONAIS
RECURSOS FINANCEIROS	<ul style="list-style-type: none"> • ORÇAMENTO ANUAL NO VALOR DE 101.353.068,12 €, DO LADO DA RECEITA, E DE 101.353.068,12 €, DO LADO DA DESPESA
LOCALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • SPMS LISBOA (SEDE): AVENIDA DA REPÚBLICA, 61. 1050-189 LISBOA • SPMS LISBOA: AVENIDA 5 DE OUTUBRO, 125. 1050-052 LISBOA • SPMS PORTO: RUA DO BRENER, 121. 4050-124 PORTO • CCSNS: AVENIDA DE MADRID, 8-A. 1000-193 LISBOA • CCM SNS: RUA DE JOAQUIM DIAS ROCHA, 170 ZONA INDUSTRIAL DA MAIA I, SETOR X. 4470-211 MAIA

*Dados atualizados à data de 31/12/2019.

2. MISSÃO, VALORES E VISÃO

A SPMS tem por **Missão** a prestação de serviços partilhados específicos na área da saúde em matéria de compras e de logística, de serviços financeiros, de recursos humanos, de sistemas e tecnologias de informação e comunicação e demais atividades complementares e subsidiárias, a todos os estabelecimentos e serviços do SNS, independentemente da respetiva natureza jurídica, sejam entidades EPE's, sejam entidades do Setor Público Administrativo (SPA), bem como aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde e a quaisquer outras entidades quando executem atividades na área da saúde.

É, ainda, missão da SPMS assegurar o funcionamento do CCSNS e CNTS, bem como a prestação de serviços partilhados de conferência de faturas de medicamentos, de meios complementares de diagnóstico e terapêutica e de outras áreas de prestações de saúde, no âmbito do CCMSNS.

Importa assegurar que a prossecução da missão atribuída à SPMS esteja enquadrada em normas e princípios gerais de atuação, consubstanciando os valores primordiais a salvaguardar, os quais deverão servir de enquadramento ao desenvolvimento da atividade dos seus colaboradores, que se assumem como a face visível da empresa.

Atendendo às suas especificidades, a SPMS rege a sua atividade de acordo com os seguintes **Valores**: Legalidade, Não discriminação, Igualdade de tratamento e imparcialidade, Proporcionalidade, Coerência, Boa-fé e transparência, Comunicação e partilha de informação, a Excelência profissional, bem como a Cordialidade e solidariedade.

É, assim, **Visão** da SPMS “Ser uma empresa de excelência na prestação de serviços partilhados do Ministério da Saúde”.

3. ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS




A criação da SPMS alicerçou-se na premissa de uma gestão eficiente, por via da otimização dos meios existentes, criando-se mais valor com os recursos de que se dispõe, de modo a garantir que são dadas as respostas adequadas aos desafios atuais e futuros do sistema de saúde.

Apostou-se, assim, num modelo de gestão partilhada de recursos, que visa a promoção de eficácia e eficiência em organizações do setor, permitindo não só elevadas poupanças, criação de sinergias e aumento de produtividade, como também benefícios ao nível da qualidade do serviço prestado e da qualidade e celeridade da informação de gestão produzida.



Foi neste contexto de reforma estratégica do setor da saúde, que a SPMS começou por ter como atribuições a prestação de serviços partilhados específicos da área da saúde em matéria de compras e logística, de serviços financeiros, de recursos humanos e de sistemas e tecnologias de informação e comunicação aos estabelecimentos e serviços do SNS, bem como aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde.

Com a prossecução de uma política para aumentar a eficiência do SNS, através da obtenção de mais e melhores resultados com os recursos disponíveis, e face às atribuições e à experiência detida pela SPMS - no que diz respeito a sistemas de informação, compras na saúde, administração de redes de serviços, gestão de recursos humanos, desmaterialização e monitorização avançada – foram reforçadas as suas competências para assegurar o funcionamento e a gestão do Centro Nacional de TeleSaúde, do Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde, bem como do Centro de Controlo de Monitorização do SNS.

Considerando as atribuições e competências da SPMS, identificam-se como áreas estruturantes as seguintes:

-  Os **serviços partilhados de compras e logística**, cabendo à SPMS centralizar, otimizar e racionalizar a aquisição de bens e serviços e disponibilizar serviços de logística, possuindo atribuições em matéria de estratégia de compras, procedimentos pré-contratuais, contratação pública, logística interna, pagamentos e monitorização de desempenho.
-  Os **serviços partilhados de recursos humanos**, tendo a SPMS por missão a disponibilização de um serviço partilhado de recursos humanos de elevada eficiência e níveis de automatização, possuindo atribuições em matéria de levantamento da informação e diagnóstico, processamento de salários e indicadores de gestão.
-  Os **serviços partilhados de sistemas e tecnologias de informação e comunicação**, sendo competência da SPMS a cooperação, a partilha de conhecimentos e informação e o desenvolvimento de atividades de prestação de serviços nas áreas dos sistemas e tecnologias de informação e de comunicação, garantindo a operacionalidade e segurança das infraestruturas tecnológicas e dos sistemas de informação do MS e promovendo a definição e utilização de normas, metodologias e requisitos que



garantam a interoperabilidade e interconexão dos sistemas de informação da saúde, entre si e com os sistemas de informação transversais à Administração Pública.

-  **O Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde e o Centro Nacional de TeleSaúde.**
-  **Os serviços partilhados de conferência de faturas de medicamentos, de meios complementares de diagnóstico e terapêutica e de outras áreas de prestações de saúde,** assegurando a SPMS a atividade e a gestão do Centro de Controlo e Monitorização do Sistema Nacional de Saúde.



4. ÓRGÃOS SOCIAIS

Para a prossecução da sua missão e das suas atribuições, definidas no Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, cujo âmbito tem sido sucessivamente alargado, a SPMS conta com a seguinte estrutura:

-  O Conselho de Administração
-  O Fiscal Único

O Modelo de Governo da SPMS cumpre as regras de segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, cujas identidades, responsabilidades específicas, remunerações e demais benefícios são divulgados publicamente.

O **Conselho de Administração** é composto por três membros, um presidente e dois vogais executivos, nomeados por Resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde. O mandato dos membros do Conselho de Administração tem a duração de três anos, sendo renovável por iguais períodos, permanecendo aqueles no exercício das suas funções até efetiva substituição. O Conselho de Administração (CA) da SPMS foi nomeado através de Resolução do Conselho de Ministros em 22 junho de 2017 (Resolução de Conselho de Ministros n.º 94/2017, publicada no Diário da República n.º 126/2017, Série I, de 03 de julho).

Henrique Martins | Presidente

Artur Trindade Mimoso | Vogal Executivo

João Martins | Vogal Executivo



Compete ao Conselho de Administração, para além do exercício de todos os poderes de gestão que não estejam reservados a outros órgãos, desenvolver as funções enquadradas no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, e respetivo anexo, na sua atual redação.

O **Fiscal Único** é o órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial da SPMS. Conforme Despacho de 4 de maio de 2015, de Sua Excelência a Secretária de Estado do Tesouro, foram nomeadas as Sociedades António Maria Velez Belém – SROC n.º 96, Unipessoal, Lda., como fiscal único efetivo e Grant Thornton & Associados, SROC, Lda., n.º 67, como fiscal único suplente.

Dr. António Maria Velez Belém, ROC n.º 768 | Efetivo

Dr. Carlos António Lisboa Nunes, ROC n.º 427 | Suplente

De maio de 2015 até 31 de dezembro de 2016, vigorou o despacho de 4 maio 2015, de Sua Excelência a Secretária de Estado do Tesouro, que nomeou as seguintes sociedades para fiscal único efetivo e suplente, mantendo-se em exercício de funções de 2017 a 2019, nos termos do disposto do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março:

-  **FISCAL ÚNICO EFETIVO** — António Maria Velez Belém – SROC n.º 96, Unipessoal, Lda, representada pelo Dr. António Maria Velez Belém, ROC n.º 768, sendo a sociedade atualmente denominada por António Belém & António Gonçalves, SROC, Lda., conforme comunicação recebida em 29 de dezembro de 2016 e comunicada à DGTF em 23 de janeiro de 2017;
-  **FISCAL ÚNICO SUPLENTE** — Grant Thornton & Associados, SROC, Lda, n.º 67, representada pelo Dr. Carlos António Lisboa Nunes, ROC n.º 427.

5. ESTRUTURA ORGÂNICA

Tendo em vista dotar cada uma das áreas de atuação com os recursos adequados e essenciais, de forma a assegurar a inexistência de interrupções na atividade da SPMS e a manutenção dos atuais e futuros serviços com qualidade, procedeu-se, em 2019, à alteração do modelo organizacional, encontrando-se este definido no Regulamento Interno. Não obstante, esta alteração da estrutura interna não se traduziu num aumento de cargos dirigentes, mantendo-se o número já existente de direções e coordenações.

De referir que, no âmbito desta revisão orgânica, asseguraram-se, também, as seguintes premissas, nomeadamente:

i. A organização da SPMS está orientada para a prestação de serviços partilhados específicos da área da saúde através de **Direções**, que desenvolvem a sua atividade como órgãos de negócio, mas que podem também ter função de suporte, e, por conseguinte, ser constituídas por unidades de negócio ou unidades de suporte. As áreas de foco de atividade incluem as áreas de compras, sistemas e tecnologias de informação e comunicação, bem como serviços de comunicação e media, recursos humanos e gestão e operação do CCSNS e do CCMSNS.

ii. As **Unidades de Coordenação** apoiam o Conselho de Administração e as Direções na gestão financeira, de recursos humanos, no planeamento e desenvolvimento da organização, na auditoria interna, nos assuntos jurídico e contencioso, na comunicação interna e externa e no apoio geral a toda a organização, bem como são constituídas unidades de apoio ao controlo de gestão.

iii. No seio das direções, podem ser constituídos **núcleos** que constituem uma *pool* de colaboradores da SPMS, com conhecimentos especializados, ou uma função muito concreta que beneficia de uma “agregação funcional” e que contribuem para a criação de uma dinâmica transversal à organização, promovendo a inovação e desenvolvimento da mesma, não sendo, contudo, estruturas orgânicas como tal.

A atual estrutura orgânica da SPMS, assim como o respetivo Regulamento Interno, foram objeto de revisão, tendo neste último sido aprovadas as alterações, em 14 de agosto de 2019, e homologadas por Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, em 24 de outubro de 2019, nos termos do disposto da alínea I) do artigo 8.º dos Estatutos da SPMS, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, na sua atual redação.

A estrutura interna da SPMS encontra-se ilustrada no seguinte organograma:









6. PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS 2019

O **Plano de Atividades, Investimento e Orçamento (PAO)**, para 2019, alicerçou-se nas orientações de natureza financeira e política definidas pela tutela, bem como nos objetivos estratégicos constantes no Plano Estratégico da SPMS, para o horizonte temporal de 2017-2019.

De referir que, no mandato 2017-2019, a SPMS teve 6 objetivos estratégicos que estavam em alinhamento com a missão e visão da empresa, com a estratégia do Governo e da tutela da Saúde e com as necessidades dos clientes. Estes eram reconhecidos por todos os colaboradores da SPMS, na prossecução das respetivas atividades diárias.

Neste enquadramento, os **objetivos estratégicos** (OE) assumidos pelo Conselho de Administração, para o triénio em referência, foram:

-  **OE 1: CONSOLIDAR E AMPLIAR OS SERVIÇOS PRESTADOS ÀS ENTIDADES DO SETOR DA SAÚDE**
-  **OE 2: AFIRMAR O PAPEL DA SPMS NA GESTÃO DO RELACIONAMENTO DO CIDADÃO COM SNS**
-  **OE 3: IDENTIFICAR E DESENVOLVER ÁREAS NOVAS E COMPLEMENTARES DE SERVIÇOS SPMS**
-  **OE 4: CONTRIBUIR PARA A INOVAÇÃO, A INVESTIGAÇÃO E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR DA SAÚDE**
-  **OE 5: REVER O MODELO ORGANIZACIONAL E OPERATIVO E ESTIMULAR, OTIMIZAR E CAPACITAR OS RECURSOS HUMANOS**
-  **OE 6: CONTRIBUIR PARA A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DO SNS E DA SPMS, REVENDO O SEU MODELO DE FINANCIAMENTO E EXPLORANDO FONTES DE RECEITA ALTERNATIVAS**

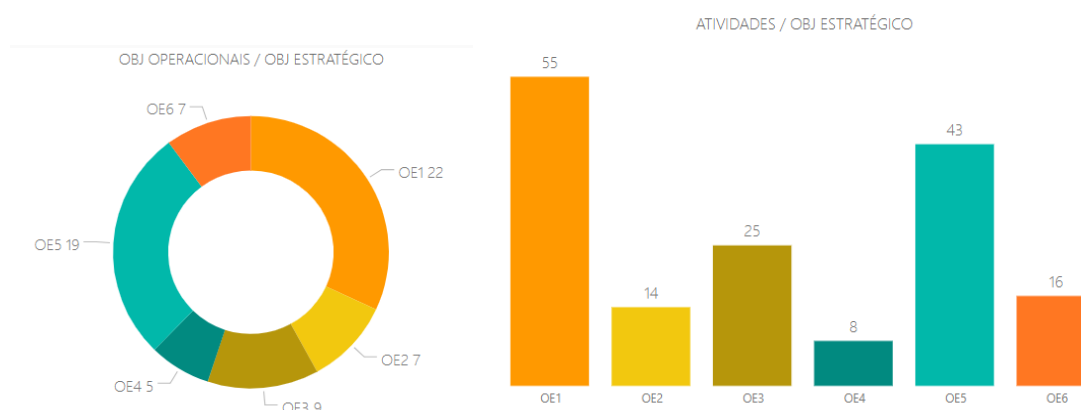
Ora, em sede do PAO, considerando os recursos disponíveis e o alinhamento global com os objetivos estratégicos da SPMS, as diversas unidades orgânicas definiram os objetivos operacionais (OOP) para o ano 2019 (à semelhança do processo levado a cabo nos dois anos anteriores); foram atribuídas ponderações a estes objetivos operacionais, de forma a aferir o seu contributo efetivo para o cumprimento dos objetivos estratégicos; determinaram-se quais os indicadores (para avaliar o grau de execução dos objetivos operacionais) e metas a atingir em 2019, bem como as atividades previstas e respetivas ponderações, que contribuem para o cumprimentos dos objetivos operacionais.

De referir, que esta atividade planeada (assim como a atividade contratualizada em sede Contrato-Programa celebrado com a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.) foi objeto de monitorização e acompanhamento mensal nas Reuniões de Planeamento e Controlo Operacional (nas quais estiveram presentes o Conselho de Administração, Diretores e Coordenadores).

Para o efeito, desde 2018 que a SPMS tem apostado num processo de recolha, tratamento de informação mais automatizado e otimizado, que resulta na apresentação mais organizada, customizada e de fácil interpretação de elementos pertinentes para a organização. É mediante ferramentas de *business intelligence* que estes dados são apresentados mensalmente, possibilitando ao Conselho de Administração a tomada de decisão, controlar os níveis de implementação da estratégia, identificar atempadamente eventuais desvios que exijam a adoção de medidas de correção, delinear planos de mitigação do risco, ou reorientação do caminho que está a ser seguido.

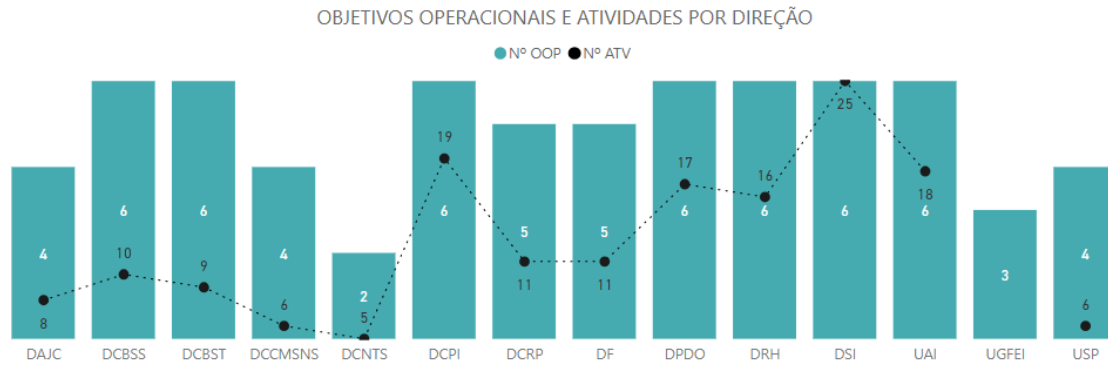
Os elementos que a seguir se aduzem são resultantes dessa monitorização e acompanhamento mensais, em que se procedeu assim à identificação dos objetivos operacionais, por cada unidade orgânica, em alinhamento com os objetivos estratégicos da SPMS, bem como à aferição do seu contributo para a execução de cada objetivo estratégico.

Nos gráficos infra, encontra-se a distribuição do número de Objetivos Operacionais por cada Objetivo Estratégico, definidos no PAO 2019:



Constata-se, portanto, que no âmbito do OE 1, foi definido o maior número de objetivos operacionais (22), bem como de atividades (55), seguido do OE 5, no âmbito do qual foram definidos 19 objetivos operacionais e 43 atividades.

O gráfico abaixo ilustra a distribuição dos objetivos operacionais (69) e das atividades (161), pela estrutura orgânica da SPMS (Direções e Unidades):



Verificamos que o maior número de atividades fixadas no âmbito do PAO foi atribuído pela Direção de Serviços de Informação (DSI) com 25 atividades, seguida da Direção de Compras Públicas Internas (DCPI), Unidade de Auditoria Interna (UAI) e Direção de Planeamento e Desenvolvimento Organizacional (DPDO), com 19, 18 e 17 atividades, respetivamente.

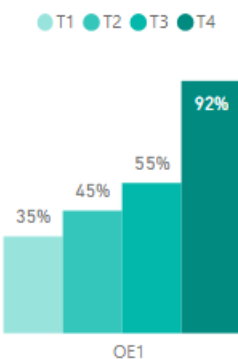
A Direção do Centro Nacional de TeleSaúde (DCNTS) é a que apresenta o número mais reduzido de atividades, tendo em conta que a sua atividade se desenvolve, maioritariamente, no âmbito de atividade contratualizada.

6.1. VISÃO GERAL DA EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA SPMS

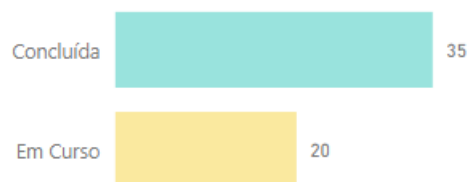
Numa perspetiva macro, considerando os objetivos operacionais definidos por cada objetivo estratégico, apresenta-se, em seguida, a taxa de execução dos 6 objetivos estratégicos, à data de 31 de dezembro de 2019, bem como o estado geral das respetivas atividades:

OE 1 – CONSOLIDAR E AMPLIAR OS SERVIÇOS PRESTADOS ÀS ENTIDADES DO SETOR DA SAÚDE

TAXA DE EXECUÇÃO



ESTADO GERAL DAS ATIVIDADES

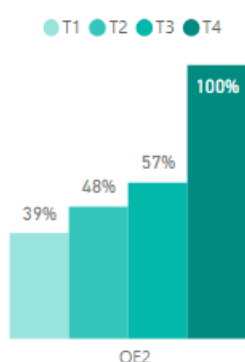


Relativamente ao **OE1 – Consolidar e ampliar os serviços prestados às entidades do setor da Saúde**, verifica-se que, a 31 de dezembro, do total das atividades previstas para este objetivo estratégico, foi alcançada uma taxa de conclusão de 92% das referidas atividades associadas às variadas Direções com influência direta no OE1.

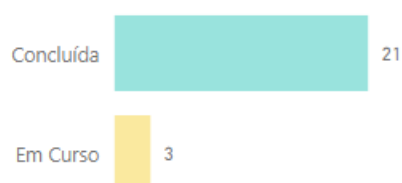
Observa-se, contudo, que, no final do ano de 2019, 35 atividades das 55 previstas foram efetivamente concluídas e 20 encontravam-se em curso.

OE 2 – AFIRMAR O PAPEL DA SPMS NA GESTÃO DO RELACIONAMENTO DO CIDADÃO COM O SNS

TAXA DE EXECUÇÃO



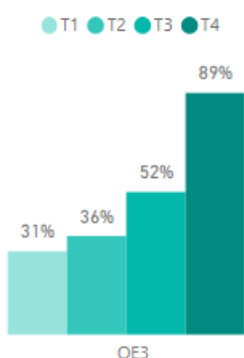
ESTADO GERAL DAS ATIVIDADES



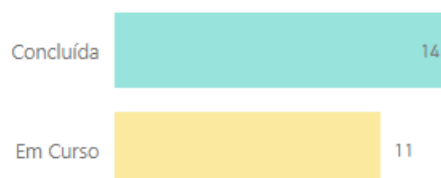
O **OE2 – Afirmar o papel da SPMS na gestão do relacionamento do cidadão com o SNS**, integrou o menor número de atividades internas previstas (24) nos seus objetivos, apresentando, no final do ano transato, 21 atividades concluídas e apenas 3 em curso. No que concerne à taxa de execução das atividades, situou-se nos 100%, conforme gráfico acima evidenciado.

OE 3 – IDENTIFICAR E DESENVOLVER ÁREAS NOVAS E COMPLEMENTARES DE SERVIÇOS SPMS

TAXA DE EXECUÇÃO



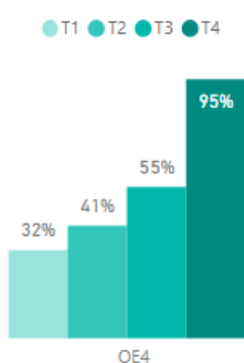
ESTADO GERAL DAS ATIVIDADES



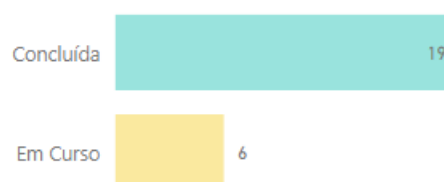
Da análise do gráfico acima, concluiu-se que, dos objetivos operacionais definidos para cumprimento do **OE 3 – Identificar e desenvolver áreas novas e complementares de serviços SPMS**, na perspetiva das atividades que os compõem, catorze foram concluídas, tendo terminado o ano com onze atividades em curso. Do total das 25 atividades associadas a este objetivo estratégico, verifica-se uma taxa de execução de 89%.

OE 4 – CONTRIBUIR PARA A INOVAÇÃO, A INVESTIGAÇÃO E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR DA SAÚDE EM PORTUGAL

TAXA DE EXECUÇÃO



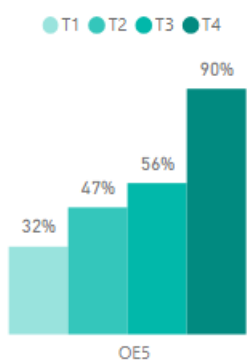
ESTADO GERAL DAS ATIVIDADES



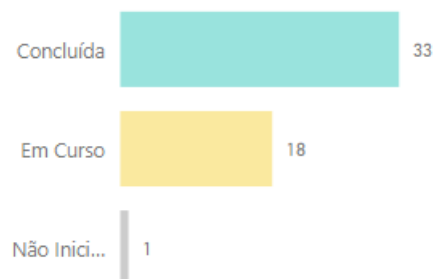
Do gráfico das taxas de execução acima apresentadas, podemos verificar o grau de cumprimento do **OE4 – Contribuir para a inovação, a investigação e a internacionalização do setor da Saúde em Portugal**. Relativamente a 31 de dezembro, encontravam-se 95% das atividades executadas. Assim, das 25 atividades previstas para cumprimento dos objetivos, 19 foram concluídas e 6 atividades encontravam-se em curso.

OE 5 – REVER O MODELO ORGANIZACIONAL E OPERATIVO E ESTIMULAR, OTIMIZAR E CAPACITAR OS RECURSOS HUMANOS

TAXA DE EXECUÇÃO



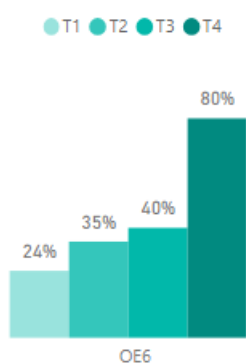
ESTADO GERAL DAS ATIVIDADES



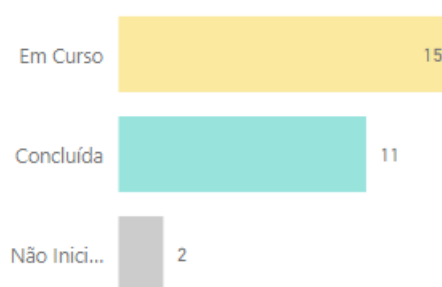
Observando os gráficos acima inerentes ao **OE5 – Rever o modelo organizacional e operativo e estimular, otimizar e capacitar os recursos humanos**, constata-se que, das 52 atividades previstas no âmbito do objetivo estratégico, à data de 31 de dezembro, foram concluídas 33, encontravam-se em curso 18 e apenas uma das referidas atividades não foram iniciadas. Relativamente à taxa de execução, foi executado um total de 90%.

OE 6 - CONTRIBUIR PARA A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DO SNS E DA SPMS, REVENDO O SEU MODELO DE FINANCIAMENTO E EXPLORANDO FONTES DE RECEITA ALTERNATIVAS

TAXA DE EXECUÇÃO



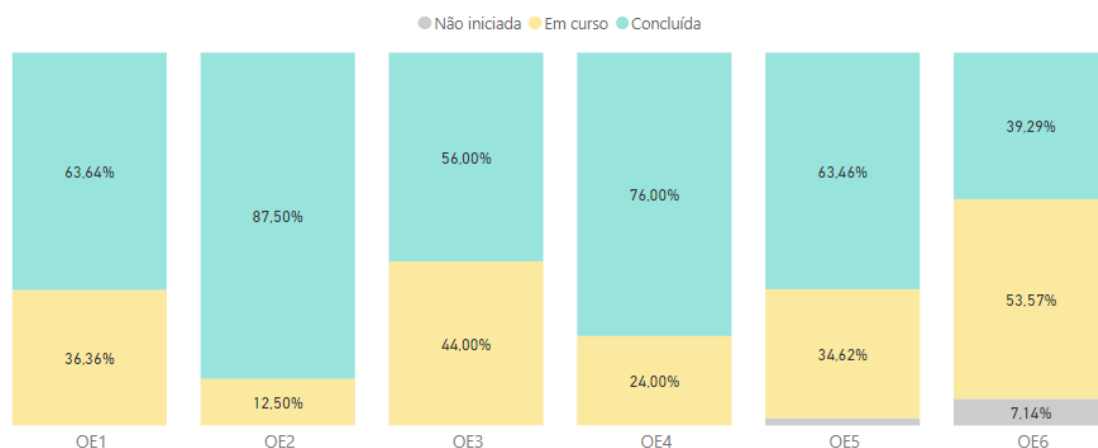
ESTADO GERAL DAS ATIVIDADES



Para o desenvolvimento do **OE6 – Contribuir para a sustentabilidade financeira do SNS e da SPMS, revendo o seu modelo de financiamento e explorando fontes de receita alternativas**, confirmou-se que das 28 atividades, 11 foram concluídas até ao final do ano de 2019, sendo que 15 atividades se encontravam em curso à referida data e 2 não foram iniciadas. Neste sentido, verifica-se uma taxa de execução de 80% do total do OE.

Levada a cabo esta análise ao Plano de Atividades de 2019, aferiu-se o seguinte ponto de situação do estado de realização das atividades alocadas aos objetivos operacionais, associados a cada um dos objetivos estratégicos:

ESTADO DE ATIVIDADES por OBJETIVO ESTRATÉGICO



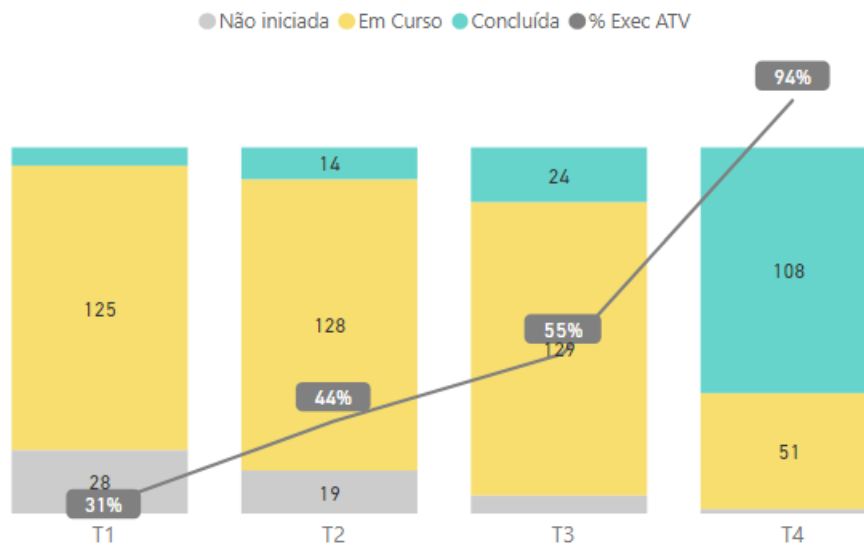
A evolução das atividades por Objetivo Estratégico acima, reporta que no final do ano de 2019 se encontram no OE1 (63,64%) a par do OE5 (63,46%), o maior número de atividades concluídas (34 e 33, respetivamente), salientando que estes OEs são os que possuem maior número de atividades adstritas (55 e 52, respetivamente), o OE2 (87,50%), apresenta 21 atividades concluídas (total de 24 atividades associadas), o OE 4 (76%) com 25 atividades no total, observa 19 finalizadas e seis em curso, O OE3 (56%) apresenta 14 atividades concluídas e 11 em curso e finalizando com o OE6 (39,29%) (28 atividades no total, 10 concluídas, 16 em curso e 2 não iniciadas).

De notar que, tal como vem sendo comum em anos anteriores, a SPMS desenvolveu as atividades planeadas, no ano de 2019, em simultâneo com outras não previstas e que surgiram em resposta a solicitações da tutela, quer por via da legislação publicada, quer no seguimento de orientações diretamente emanadas do Gabinete do Ministro da Saúde.

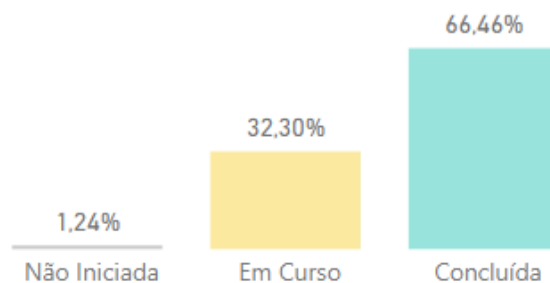
6.2. VISÃO GERAL DA EXECUÇÃO DA ATIVIDADE DA SPMS

Considerando a média de cumprimento da atividade explanada no PAO 2019, registou-se, a 31 de dezembro de 2019, uma taxa de execução global de 94%, com a evolução demonstrada no quadro seguinte:

EVOLUÇÃO DO ESTADO DE ATIVIDADES vs TAXA DE EXECUÇÃO



O gráfico seguinte permite observar o desempenho global da SPMS com base no estado de execução de todas as atividades previstas no PAO 2019. Da análise, podemos verificar que 66,46% (107), do total de atividades (161) se encontram concluídas, 32,30% (52), estão em curso e que 1,24% das atividades (2), não foram iniciadas.



Importa ressaltar que a informação constante neste ponto 6. deve ser complementada com a leitura dos Relatórios de Monitorização do Plano de Atividades e Orçamento de 2019. Com efeito, os dados aqui explanados, de forma genérica e macro, encontram-se com um maior detalhe e justificação nos documentos referidos.

7. PRINCIPAIS SERVIÇOS E CLIENTES

Atendendo às atribuições e competências descritas no ponto 3., a SPMS presta não apenas, mas em grosso modo, os serviços abaixo aduzidos num contexto de Serviços Partilhados para o MS/SNS:



7.1. COMPRAS E LOGÍSTICA

A. CELEBRAÇÃO E GESTÃO DE ACORDOS-QUADRO

Compreende a celebração de um contrato entre a SPMS e um ou vários fornecedores para as áreas da saúde e transversais, podendo ser renovado conforme firmado em sede do Procedimento. Neste tipo de procedimentos são definidos os parâmetros e regras que irão disciplinar as relações contratuais futuras entre as partes contratantes das compras ao abrigo do Acordo-Quadro (AQ).

OFERTA DE ACORDOS-QUADRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019	
SAÚDE (MEDICAMENTOS, DISPOSITIVOS MÉDICOS E SERVIÇOS DA SAÚDE)	BENS E SERVIÇOS TRANSVERSAIS (BENS E SERVIÇOS E EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS)
81 Acordos-Quadro (pela Direção de Compras de Bens e Serviços da Saúde, onde a maioria se divide pelas áreas de Medicamentos e Dispositivos Médicos)	42 Acordos-Quadro (pela Direção de Compras de Bens e Serviços Transversais)

No contexto da gestão da oferta deste serviço, a SPMS dispõe ao SNS um portefólio de Acordos-Quadro, disponível para consulta nos seus canais digitais, permitindo às Instituições do SNS/MS a consulta da oferta e dos parâmetros e regras de cada AQ.

B. CELEBRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE AQUISIÇÃO DINÂMICOS

O Sistema de Aquisição Dinâmico (SAD), à semelhança do AQ visa estabelecer uma rede estável de fornecedores, ao abrigo do qual é possível celebrar contratos de locação, e aquisição de bens/serviços e de empreitadas. Todavia, ao contrário dos AQ, é possível integrar novos fornecedores durante a sua vigência. Sendo um circuito aberto, o SAD coaduna-se com a dinâmica de mercado, promovendo assim a concorrência e consequentemente a possibilidade de obtenção de propostas mais competitivas e inovadoras.

OFERTA DE SISTEMAS DE AQUISIÇÃO DINÂMICOS A 31 DEZEMBRO DE 2019
BENS E SERVIÇOS E EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS
Pela Direção de Compras de Bens e Serviços Transversais estão vigentes 5 SAD

C. COMPRAS FIRMES (AGREGADAS)

Na modalidade de aquisições centralizadas, a SPMS é mandatada pelas instituições do MS para concretizar compras firmes, recorrendo aos instrumentos legalmente existentes (na sua maioria a Acordos-Quadro).

OFERTA DE COMPRAS FIRMES (AGREGADAS)	
SAÚDE (MEDICAMENTOS, DISPOSITIVOS MÉDICOS E SERVIÇOS DA SAÚDE)	BENS E SERVIÇOS TRANSVERSAIS (BENS E SERVIÇOS E EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS)
A SPMS assegura a centralização da aquisição de bens e serviços específicos da área da saúde para todos os serviços e instituições do SNS e dos órgãos e serviços do MS, de acordo com o disposto no Despacho n.º 1571-B/2016 ¹ .	Enquanto Unidade Ministerial de Compras (UMC), a SPMS assegura a centralização da aquisição dos bens e serviços das Instituições do SNS que se encontrem vinculadas ao Sistema Nacional de Compras Públicas, bem como aos bens e serviços da área das tecnologias de informação e comunicação dos serviços e organismos do MS e instituições do SNS, podendo celebrar Acordos Quadro e efetuar aquisições centralmente, conforme definido pela Portaria nº87/2013 ² .

D. CATÁLOGO ELETRÓNICO DE COMPRAS PÚBLICAS

Enquanto elemento centralizador em matérias de Compras Públicas, a SPMS disponibiliza um Catálogo Eletrónico ao qual as Instituições podem recorrer, de forma independente e descentralizada, no seu trajeto de realizar aquisições beneficiando das condições negociais estabelecidas nos Acordos-Quadro.

¹ Após a publicação da circular, as entidades do SNS registam as suas previsões de consumo no Catálogo Eletrónico de Compras na Saúde. A SPMS analisa e solicita eventuais esclarecimentos, de modo a definir os mapas finais de necessidades da totalidade das instituições do SNS.

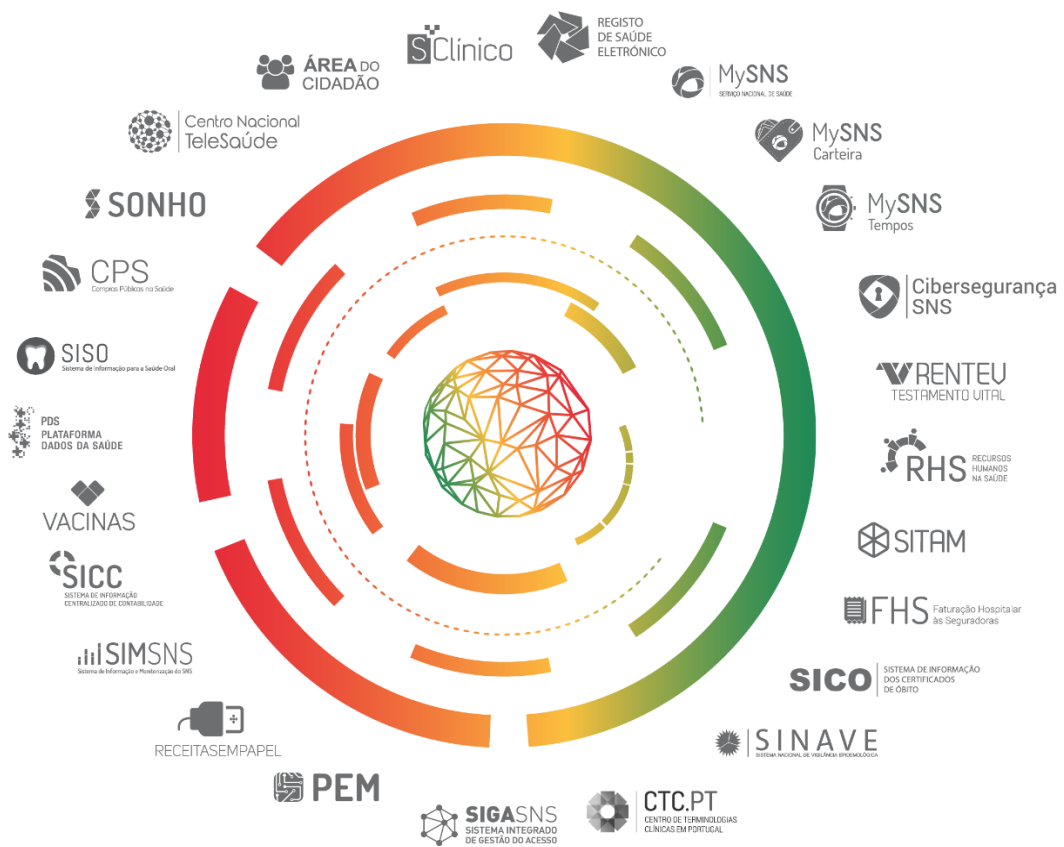
² A Portaria nº 87/2013 define as categorias de bens e serviços cujos procedimentos de aquisição são conduzidos pela SPMS, na qualidade de UMC, designadamente: Equipamento informático; Licenciamento de software; Serviços de consultadoria, desenvolvimento e manutenção de software; Cópia e impressão; Comunicações de voz e dados em local fixo; Serviço móvel terrestre e Plataforma eletrónica de contratação. O processo de aquisição centralizada inicia com a agregação de necessidades. No que concerne a outras categorias de bens e serviços transversais (nomeadamente eletricidade, gás natural, combustíveis, higiene e limpeza, segurança, papel e economatos, entre outras), as entidades submetem à SPMS as quantidades necessárias, o contrato de mandato administrativo e o respetivo cabimento.

7.2. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO












Os serviços prestados pelas três secções da Direção de Sistemas de Informação da SPMS, mais representativos, compreendem os seguintes âmbitos:

A. SUPORTE, MANUTENÇÃO APLICACIONAL CORRETIVA E EVOLUTIVA E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS

Neste âmbito, destacam-se alguns serviços/produtos do portefólio da SPMS, conforme figura abaixo:



Os serviços mais representativos prestados, neste âmbito, são:

-  Os serviços prestados na área de exploração, manutenção e suporte do datacenter e infraestruturas centrais TIC do MS;
-  Os serviços transversais na área da administração de sistemas - licenciamento, suporte, configuração e operacionalização: office365, proxy; dns; file server; ad; correio eletrónico e acessos à internet;
-  Os serviços transversais na área da operação, manutenção e configuração de infraestruturas locais de suporte aos produtos de SW;
-  Os serviços de ativação, manutenção e suporte de produtos de SW disponibilizados aos profissionais e instituições prestadoras de cuidados de saúde, de âmbito clínico, financeiro e administrativo;
-  Os serviços de ativação, manutenção, suporte e exploração de produtos de SW disponibilizados às instituições regionais e centrais do ministério da saúde, de âmbito financeiro e de gestão;
-  Os serviços prestados na área da cibersegurança e *compliance* legal (para apoio transversal no âmbito das políticas de privacidade e segurança e prática de auditorias, de forma a monitorizar e apoiar o cumprimento do RGPD);
-  Os serviços prestados na área da governação do Esis (na articulação interministerial e no acompanhamento e monitorização da estratégia nacional – Enesis 2020)
-  Os serviços prestados na área da arquitetura de sistemas de informação e da engenharia de software;
-  Os serviços prestados na área da gestão de serviço e suporte aplicacional;
-  Os serviços prestados no desenho, operação e manutenção de projetos de interoperabilidade (semântica e técnica);
-  Os serviços prestados na área da telessaúde, no âmbito do Centro Nacional de TeleSaúde.

B. MANUTENÇÃO E EVOLUÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE DE INFORMAÇÃO DA SAÚDE QUE PERMITE A COMUNICAÇÃO SEGURA EM TODO O SNS.

C. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO, COORDENAÇÃO DE INVESTIMENTOS E PROMOÇÃO DE NORMAS, METODOLOGIAS E REQUISITOS QUE GARANTAM A INTEROPERABILIDADE E INTERCONEXÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA SAÚDE, ENTRE SI E COM OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO TRANSVERSAIS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Neste contexto, a SPMS tem prestado um serviço baseado na gestão centralizada do ecossistema tecnológico que dispõe, que promove a criação de uma massa crítica

considerável na utilização comum de recursos tecnológicos e atenua dependências externas, permitindo a internalização das competências core da rede de dados da saúde e o desenvolvimento de outras competências transversais na área tecnológica.

- D. CENTRALIZAÇÃO DE INCIDENTES DE CIBERSEGURANÇA DO SNS E DO MS; CONTINUAÇÃO E MELHORIA DAS DIVULGAÇÕES, APOIO E CONTROLO AO NÍVEL DE POLÍTICAS, NORMAS E PROCESSOS DE SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO E CIBERSEGURANÇA, JUNTO DAS ENTIDADES DO SNS; PROMOÇÃO DE FORMAÇÃO, TREINO E *AWARENESS* EM RELAÇÃO A TEMAS DE CIBERSEGURANÇA, PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS.**
- E. PARA ALÉM DA ATUAÇÃO EM TERRITÓRIO NACIONAL, A SPMS PARTICIPA EM DIVERSOS PROJETOS DE ÍNDOLE INTERNACIONAL, NOMEADAMENTE NO QUE RESPEITA AOS REGISTOS CLÍNICOS ELETRÓNICOS E UNIFORMIZAÇÃO DE TERMINOLOGIA CLÍNICA, STANDARDS E INTEROPERABILIDADE, SEMÂNTICA E AINDA COLABORAÇÃO COM A COMISSÃO EUROPEIA EM VÁRIOS GRUPOS DE TRABALHO (EXEMPLO SUB GRUPO PARA MHEALTH), BEM COMO ASSIM FOI ESCOLHIDA COMO COORDENADOR PARA A NOVA JOINT ACTION FOR EHEALTH 2018-2021.**

7.3. COMUNICAÇÃO



A SPMS presta um serviço de Comunicação, Marketing e Design, no contexto do seu expertise em Comunicação e Relações Públicas. Neste âmbito, dispõe de uma oferta que contempla a criação de materiais gráficos, multimédia, manuais, organização de eventos, planos e campanhas comunicacionais, para as várias entidades do SNS.

O *modus operandi* deste serviço envolve uma relação direta com as entidades que manifestam a necessidade, por forma a ser efetuada uma análise adequada para maior envolvimento do público-alvo a atingir.

A par desta oferta, e no enquadramento em que se insere, a oferta da SPMS neste âmbito cumpre ainda um trajeto de promoção da literacia digital em saúde, procurando a simplificação da informação mais complexa sobre o digital, com um apelo evidente para a ação, sobretudo em questões de saúde pública.





7.4. TELESSAÚDE

Na esfera da Telessaúde, a oferta da SPMS materializa-se em dois serviços, nomeadamente:

-  Centro de Contacto do SNS (SNS 24)³
-  Centro Nacional de TeleSaúde (CNTS)⁴

A. CENTRO DE CONTACTO DO SNS (SNS 24)

O SNS24 compreende as seguintes áreas de atuações:

-  O **Serviço de Triagem, Aconselhamento e Encaminhamento**, prestado em permanência por enfermeiros, para contactos de teor clínico. Neste serviço o enfermeiro avalia o nível de risco sobre os sintomas apresentados pelo cidadão, aconselha e, caso se verifique necessário, encaminha-o para a estrutura de cuidados de saúde do SNS mais apropriada à sua condição (INEM; CIAV; CSP; SU), ou recomenda autocuidados, podendo realizar contactos para seguimento;
-  O **Serviço de Aconselhamento sobre Medicação**, que disponibiliza o acesso a informação geral relativa a medicamentos não sujeitos a receita médica, não consubstanciando um ato de prescrição médica;
-  O **Serviço de Assistência em Saúde Pública** presta informações e conselhos em matéria de saúde pública. Neste âmbito estão também implementados os procedimentos que permitem a referenciação para uma consulta de especialidade mediante um teste reativo HIV/VHB e VHC⁵;
-  O **Serviço Informativo e Administrativo**⁶, compreende contactos de teor não clínico que possibilitam o acesso rápido e fácil a informação geral sobre o Serviço Nacional de Saúde. Os administrativos fornecem também esclarecimentos ao cidadão sobre serviços disponíveis online através do SER |Área do Cidadão, incluindo sobre a sua utilização.

³ Conforme atribuição disposta no Decreto-Lei n.º 69/2017.






⁴ Por força do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2016 de 26 de outubro de 2016, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 206, de 26 de outubro e no âmbito das suas competências a SPMS, E. P. E. criou o CNTS – Centro Nacional de TeleSaúde.

⁵ Realização de testes rápidos (testes *point of care*) de rastreio de infeções por VIH, VHC e VHB nas farmácias comunitárias e nos laboratórios de patologia clínica/análises clínicas (Despacho n.º 2522/2018)

⁶ Em matéria do Serviço Administrativo estão implementados a marcação de consultas nos CSP; a submissão de requerimentos de isenção de taxas moderadoras por insuficiência económica; a campanha *outbound* de Vale Cirurgia onde são contactados utentes com Nota de Transferência / Vale Cirurgia ativo no sentido de informar sobre este procedimento, e de sensibilizar para uma tomada de decisão célere sobre a utilização do vale. Uma decisão rápida do utente quanto à utilização da NT/Vale Cirurgia permite uma redução da lista de espera. Os serviços informativos e administrativos estão disponíveis entre as 8h e as 22h.

B. CENTRO NACIONAL DE TELESSAÚDE (CNTS)

Pelo CNTS, a SPMS presta um serviço de promoção do uso das TIC como parte integrante dos processos de reforma do SNS. Este serviço, orientado para a inovação, foca-se na promoção de sinergias através de uma rede inclusiva de parceiros para aproximar o Cidadão à sua saúde.

-  Através da coordenação, regulação e prestação de serviços, o CNTS visa:
-  Contribuir para estratégia nacional de promoção da telessaúde;
-  Estimular a investigação na procura de soluções que constituam uma proposta de valor inovadora através da telessaúde;
-  Contribuir para a criação novos modelos de prestação de cuidados de saúde alavancados pelas TIC e que aportem valor acrescentado ao cidadão e ao sistema
-  Desenvolver o Centro de Contacto SNS24 como um elo na integração de cuidados e de proximidade do cidadão ao SNS.

7.5. CONFERÊNCIA E ANÁLISE DE FATURAÇÃO

Este serviço, materializado pelo Centro de Controlo e Monitorização do Serviço Nacional de Saúde (CCMSNS), enquanto centro único de verificação e exame de faturação a nível nacional, presta como serviço a gestão de todas as atividades relacionadas com o processamento de conferência de faturas, desde a receção dos ficheiros e documentos de prescrição e prestação até ao correto apuramento dos valores devidos pelo SNS a um determinado prestador e arquivo dos respetivos suportes documentais.

A atividade do Centro é estratégica para a melhoria da eficiência do SNS e para a gestão da despesa pública com cuidados de saúde, bem como para o cumprimento de obrigações legais do Estado, designadamente, as relacionadas com a proteção de dados sensíveis dos utentes ou com a observância de regras de faturação e de normalização contabilística⁷.

7.6. NOVOS SERVIÇOS




A. ACADEMIA DE FORMAÇÃO DA SPMS (ACADEMIA)

A Academia de Formação da SPMS assume-se como um serviço de Formação de referência no setor da Saúde, fomentando as melhores práticas de gestão do conhecimento, qualidade e inovação. Tem por objetivo a valorização e a certificação das competências dos profissionais do SNS e organismos tutelados pelo Ministério da Saúde, bem como de outras entidades quando executem atividades específicas da área da saúde.

⁷ Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 38/2018, de 11 de junho.

A importância atribuída aos recursos humanos numa organização potencia o sucesso das suas ações e garante os níveis de excelência operacional das suas equipas. Atentos a este princípio, fazem parte da estratégia de investimento, ações que visam (1) o reforço do conhecimento e competências dos profissionais; (2) a continuidade no investimento na valorização das competências técnicas e pessoais; e (3) contribuir com ações que incentivem o bem-estar no local do trabalho e a excelência profissional dos seus colaboradores.




Para prosseguir com o desenvolvimento da atividade da SPMS é fundamental dar continuidade ao investimento no capital humano e orientar as atividades em três grandes eixos:





-  Continuar a investir na política de desenvolvimento de recursos humanos: com enfoque na melhoria dos resultados e na excelência operacional, através de ações que passam pela formação e pelas ações de orientação profissional, pela retenção do talento, o desenvolvimento de atividades que potenciem a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar;
-  Desenvolver uma oferta de serviços de formação para os profissionais de saúde e para entidades do SNS e MS: através da oferta formativa diferenciada e certificada da Academia da SPMS, com recurso a Bolsa de formadores da Academia de elevado know-how especializado; pela oferta de ações de formação diferenciadas na área da saúde;
-  Reforçar o estabelecimento de parcerias institucionais que potenciem as atividades direcionadas para a valorização dos recursos humanos, que passem pela melhoria da sua performance essenciais ao desempenho e compromisso dos trabalhadores com a organização.

A Academia SPMS, no âmbito das suas atividades, tem por objetivo responder às necessidades formativas dos profissionais que desenvolvem a sua atividade no setor da saúde. Apresenta uma oferta de serviços de formação certificada em sete áreas de educação e formação e dispõe de uma plataforma de ensino à distância e uma Biblioteca Digital composta por 10 áreas temáticas.

Considerando o crescente volume de atividades formativas realizadas e com o aumento da procura pela oferta formativa da Academia, urge definir uma estratégia que eleve os níveis de qualidade dos serviços de formação baseados em critérios de excelência e inovação.

Nesta área de atuação, a Academia SPMS tem vindo a desenvolver um conjunto de atividades formativas, nomeadamente.

-  Formação profissional certificada em regime presencial, *b-learning* e *e-learning*;
-  Ações de sensibilização, workshops, sessões temáticas, seminários e eventos da SPMS;
-  Oferta de formação na plataforma de ensino à distância – eStudo para entidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e entidades tuteladas pelo Ministério da Saúde (MS);

-  Disseminação da formação através do Website da Academia e de uma área destinada à Biblioteca Digital, onde se encontram agregadas 9 áreas temáticas;
-  Disponibilização de uma Bolsa de Formadores certificada;
-  Desenvolvimento de protocolos de cooperação com entidades do SNS e MS;
-  Participação em iniciativas voltadas para o desenvolvimento das competências digitais na saúde, de âmbito nacional e internacional.

7.7. PRINCIPAIS CLIENTES

As atividades e serviços da SPMS são orientados, em última instância, para satisfazer as necessidades do cidadão/utente, contribuindo para aumentar a eficácia e eficiência das instituições do Ministério da Saúde, em sentido lato, e do SNS, em sentido mais restrito.

Nos últimos anos, os clientes do SNS e os clientes externos têm vindo a aumentar e a diversificar-se. Para além da atuação em território nacional, a SPMS presta, ainda, serviços às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e participa em diversos projetos de índole internacional.

A recorrente atribuição de novas responsabilidades na área das compras, sistemas de informação e comunicação e imagem, proporcionou a expansão da prestação de serviços a novos clientes.

Os principais clientes da SPMS, em 2019, foram os seguintes:

CLIENTES
ACSS – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE
ARSC – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO
ARSN – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE
DGS – DIREÇÃO GERAL DE SAÚDE
INSA – INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DOUTOR RICARDO JORGE
INCM – INSTITUTO NACIONAL DA CASA DA MOEDA
IA SAÚDE - INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE
SAUDAÇOR – SOCIEDADE GESTORA DE RECURSOS E EQUIPAMENTOS DA SAÚDE DOS AÇORES

CAPÍTULO II | CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

1. OBJETIVOS DE GESTÃO

Os objetivos de gestão da SPMS encontram-se descritos no Capítulo I deste Relatório e encontram-se definidos no Plano de Atividades para 2019. O Plano Estratégico 2017-2019, representando as opções do Conselho de Administração para o planeamento estratégico e operacional na prossecução das suas atribuições, inspirou o Plano de Atividades anual. Neste foram definidos para cada área de intervenção um conjunto de Objetivos Estratégicos, respetivos Objetivos Operacionais e atividades a desenvolver no período.

Os elementos constantes no ponto 6. permitem uma visão da execução dos objetivos estratégicos da SPMS, atendendo ao cumprimento dos objetivos operacionais para 2019, bem como à execução da atividade definida.

2. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Não aplicável, no âmbito da atividade corrente.

3. LIMITE DO CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

Não aplicável.

4. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

O quadro seguinte sintetiza o prazo médio de pagamento a fornecedores (expresso em dias), nos anos de 2018 e 2019, nos termos da RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril.

PMP	2019	2018	VAR. 19/18	
			VALOR	%
PRAZO (DIAS)	49	30	20	66%

Nos termos do Decreto-Lei nº 65-A/2011, de 17 de maio, é divulgado o mapa da posição a 31/12/2019 dos Pagamentos em Atraso.

DÍVIDAS VENCIDAS	VALOR (€)	VALOR DAS DÍVIDAS VENCIDAS DE ACORDO COM O ART. 1º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 DIAS	90-120 DIAS	120-240 DIAS	240-360 DIAS	>360 DIAS
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2 625 020,49	N/A	N/A	N/A	N/A
AQUISIÇÃO DE CAPITAL	591 327,79	N/A	N/A	N/A	N/A
TOTAL	3 216 348,28	N/A	N/A	N/A	N/A

5. RESULTADOS OBTIDOS – RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA

As contas de 2010 a 2014 foram aprovadas em 22 de fevereiro de 2018 mediante despacho conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e da Secretária de Estado da Saúde, aguardando-se pela aprovação das contas referentes aos exercícios económicos de 2015 a 2018. As respetivas recomendações do acionista e ações efetuadas foram evidenciadas no relatório de gestão e contas de 2018, não havendo outras posteriores aquela data a relevar neste âmbito.

Quanto às contas dos exercícios económicos de 2015 a 2018, a SPMS continua a aguardar pela respetiva aprovação, dando-se nota que foi dada resposta à Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) em 06.12.2019 a um pedido de esclarecimentos no âmbito das contas de 2018.

Paralelamente, acresce referir, que nos termos da parte II, ponto 4.2. da Instrução n.º 1/2019, do Tribunal de Contas (TdC), a SPMS tem vindo a diligenciar junto da DGTF pedidos de informação referente à aprovação das contas de 2015 a 2018 (através do Ofício n.º 6948, de 25.10.2019 e Ofício n.º 1656, de 27.02.2020), bem como sobre a sua publicação na Internet, atentas as obrigações de divulgação consagradas no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, conjugado com o n.º 21 da Resolução n.º 3/2019-2.ª S, de 23 de janeiro de 2019,

do TdC, a respeito do “*princípio da transparência da gestão financeira, orçamental e patrimonial*”.

6. REMUNERAÇÕES

DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

As remunerações dos membros do Conselho de Administração, que exerceram atividade em 2019, foram fixadas de acordo com a informação constante no quadro seguinte:

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		OPRLO (2)			N.º DE MANDATOS
			FORMA (1)	DATA	SIM/NÃO	ENTIDADE DE ORIGEM	ENTIDADE PAGADORA (O/D)	
23/06/2017 - 31/12/2019	PRESIDENTE CA	HENRIQUE MANUEL GIL MARTINS	RESOLUÇÃO N.º 94/2017	03.07.2017	NÃO		D	3
23/06/2017 - 31/12/2019	VOGAL CA	ARTUR MANUEL TRINDADE MIMOSO	RESOLUÇÃO N.º 94/2017	03.07.2017	NÃO		D	2
23/06/2017 - 31/12/2019	VOGAL CA	JOÃO LUÍS DA COSTA RITO DIAS MARTINS	RESOLUÇÃO N.º 94/2017	03.07.2017	NÃO		D	1
(1) INDICAR RESOLUÇÃO (R)/AG/DUE/DESPACHO (D)								
INDICAR ENTIDADE PAGADORA (O-ORIGEM/D-DESTINO)								

Paralelamente ao exercício profissional na SPMS, o Presidente e o Vogal do Conselho de Administração exerceram atividade de docência em estabelecimento de ensino superior no âmbito do n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2017, de 3 de julho.

MEMBRO DO CA	ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES		
	ENTIDADE	FUNÇÃO	REGIME [PÚBLICO / PRIVADO]
HENRIQUE MANUEL GIL MARTINS	FACULDADE CIÊNCIAS DA SAÚDE UBI - UNIV. BEIRA INTERIOR	PROF. AUXILIAR. CONVIDADO	PÚBLICO
	UNIV. CATÓLICA PORTUGUESA	PROF. CONVIDADO	PRIVADO, COM UTILIDADE PÚBLICA
	ISCTE – INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA	PROF. CONVIDADO	PÚBLICO

	UNIV. LISBOA - FACULDADE DE DIREITO	PROF. CONVIDADO	INSTITUIÇÃO PÚBLICA COM REGIME DE DIREITO PRIVADO
ARTUR MANUEL TRINDADE MIMOSO	UNIV. CATÓLICA PORTUGUESA	PROF. CONVIDADO	PRIVADO, COM UTILIDADE PÚBLICA

O montante da remuneração auferida por cada um dos membros do Conselho de Administração que exerceu funções durante 2019, resume-se nos quadros seguintes:

MEMBRO DO CA	EGP			
	FIXADO	CLASSIFICAÇÃO	REMUNERAÇÃO MENSAL BRUTA (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	VENCIMENTO MENSAL	DESPESAS REPRESENTAÇÃO
HENRIQUE MANUEL GIL MARTINS	S	C	4 578,19 €	1 831,27 €
ARTUR MANUEL TRINDADE MIMOSO	S	C	3 662,55 €	1 465,02 €
JOÃO LUÍS DA COSTA RITO DIAS MARTINS	S	C	3 662,55 €	1 465,02 €

MEMBRO DO CA	REMUNERAÇÃO ANUAL (€)				
	FIXA (1)	VARIÁVEL (2)	VALOR BRUTO (3)=(1)+(2)	REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS (4)	VALOR BRUTO FINAL (5) = (3)-(4)
HENRIQUE MANUEL GIL MARTINS	85 612,08 €	- €	85 612,08 €	3 845,64 €	81 766,40 €
ARTUR MANUEL TRINDADE MIMOSO	68 489,68 €	- €	68 489,68 €	3 076,68 €	65 413,00 €
JOÃO LUÍS DA COSTA RITO DIAS MARTINS	68 489,68 €	- €	68 489,68 €	3 076,68 €	65 413,00 €

(1) O VALOR DA REMUNERAÇÃO FIXA CORRESPONDE AO VENCIMENTO + DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO (SEM REDUÇÕES).

(4) REDUÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 12.º DA LEI N.º 12-A/2010, DE 30 DE JUNHO.

MEMBRO DO CA	BENEFÍCIOS SOCIAIS (€)							
	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		REGIME DE PROTEÇÃO SOCIAL		ENCARGO ANUAL SEGURO DE SAÚDE	ENCARGO ANUAL SEGURO DE VIDA	OUTROS	
	VALOR/DIA	MONTANTE PAGO ANO	IDENTIFICAR	ENCARGO ANUAL			IDENTIFICAR	VALOR
HENRIQUE MANUEL GIL MARTINS	4,77 €	906,30 €	SS	19 419,58 €	- €	- €	SERVIÇOS SOCIAIS DA AP	3360,00 €
ARTUR MANUEL TRINDADE MIMOSO	4,77 €	1 025,55 €	CGA	15 535,52 €	- €	- €	SERVIÇOS SOCIAIS DA AP	3360,00 €
JOÃO LUÍS DA COSTA RITO DIAS MARTINS	4,77 €	1 035,09 €	CGA	15 535,52 €	- €	- €	SERVIÇOS SOCIAIS DA AP	3360,00 €

Em matéria de remunerações, cabe destacar, ainda, que aos membros do Conselho de Administração não foram atribuídos, em 2019, quaisquer prémios de gestão.

Importa, ainda, referir que não se encontram atribuídas aos membros do CA quaisquer viaturas da Empresa, pelo que não se apresenta informação individualizada dos “encargos com viaturas” e “gastos anuais associados a viaturas”, conforme indicado em ofício-circular da DGTF, de instrução à elaboração dos documentos de prestação de contas.

MEMBRO DO CA	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO (€)					GASTO TOTAL COM VIAGENS (Σ)
	DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO	CUSTO COM ALOJAMENTO	AJUDAS DE CUSTO	OUTRAS		
				IDENTIFICAR	VALOR	
HENRIQUE MANUEL GIL MARTINS	20.925,56€	7.517,27€	2.993,08 €	SEGUROS	1.075,00€	29.517,83€
ARTUR MANUEL TRINDADE MIMOSO	3.192,81€	3.848,37€	375,24 €	SEGUROS TRANSFERS	355,00€ 509,82€	7.906,00€
JOÃO LUÍS DA COSTA RITO DIAS MARTINS	0€	152€	- €	SEGUROS+TRANSFERS	0€	152€

FISCALIZAÇÃO

A SPMS, criada em 2010 como Entidade Pública Empresarial (EPE), encontra-se subordinada ao Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, que estipula no artigo 31.º, que a “concreta configuração das estruturas de administração e de fiscalização das empresas públicas consta dos estatutos de cada empresa e é determinada pelo titular da função acionista, de acordo com o disposto no presente Decreto-Lei e no Código das Sociedades Comerciais.”.

Nos termos dos Estatutos da SPMS, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, a fiscalização é exercida por um fiscal único, cuja nomeação se efetiva mediante despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, tendo mediante o Despacho de 04.05.2015, de Sua Excelência a Secretária de Estado do Tesouro, sido nomeadas as seguintes sociedades:

- **FISCAL ÚNICO EFETIVO** | António Maria Velez Belém – SROC n.º 96, Unipessoal, Lda., representada pelo Dr. António Maria Velez Belém, ROC n.º 768, sendo a sociedade atualmente denominada por António Belém & António Gonçalves, SROC, Lda., conforme comunicação recebida em 29.12.2016 e comunicada à DGTF em 23.01.2017;
- **FISCAL ÚNICO SUPLENTE** | Grant Thornton & Associados, SROC, Lda, n.º 67, representada pelo Dr. Carlos António Lisboa Nunes, ROC n.º 427.

MANDATO (INICIO-FIM)	CARGO	IDENTIFICAÇÃO SROC/FU			DESIGNAÇÃO			N.º ANOS DE FUNÇÕES EXERCIDAS NA SPMS	N.º DE ANOS DE FUNÇÕES EXERCIDAS NA SOCIEDADE
		NOME	N.º INSCRIÇÃO NA OROC	N.º REGISTO NA CMVM	FORMA	DATA	DATA DE CONTRATO		
DESDE 04.05.2015	EFETIVO	ANTÓNIO MARIA VELEZ BELÉM	96	20161420	DESPACHO DA SECRETÁRIA DE ESTADO DO TESOIRO	04.05.2015	02.06.2015	5	29
	SUPLENTE	CARLOS ANTÓNIO LISBOA NUNES	67	20161403		04.05.2015	02.06.2015	5	30

A remuneração acordada no contrato de prestação de serviços celebrado foi fixada no montante de 22,5% da quantia correspondente a 12 meses do vencimento base mensal ilíquido atribuído, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da SPMS, aplicadas as respetivas reduções remuneratórias, conforme decorre dos requisitos definidos no despacho de nomeação de Sua Ex.ª a Secretária de Estado do Tesouro e Finanças (cfr. quadro seguinte).

NOME ROC/FU	VALOR ANUAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – 2019 (€)			VALOR ANUAL DE SERVIÇOS ADICIONAIS – 2019 (€)			
	VALOR (1)	REDUÇÕES (2)	VALOR FINAL (3) = (1) – (2)	IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	VALOR (1)	REDUÇÕES (2)	VALOR FINAL (3) = (1) – (2)
ANTÓNIO MARIA VELEZ BELÉM	16.440,24 €	A)	16.440,24 €				0,00 €
CARLOS ANTÓNIO LISBOA NUNES	0 €	A)	0 €				0,00 €

Valores sem IVA incluído.

A) não aplicável, considerando que a remuneração se encontra fixada no despacho de nomeação.

DO AUDITOR EXTERNO

A SPMS não tem auditor externo.

DOS RESTANTES TRABALHADORES

Cumprir referir que, no decorrer do ano económico de 2019, foram aplicadas todas as disposições legais em vigor, não tendo sido atribuídos prémios de desempenho ou valorizações remuneratórias.

7. ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

Encontram-se atribuídos a dois membros do Conselho de Administração cartões IGCP Charge Card, com vista a atender a necessidades urgentes e inadiáveis, apenas quando não se torna viável outra modalidade de pagamento, designadamente, pela via do recurso à transferência bancária.

Os membros do Conselho de Administração não são beneficiários de qualquer reembolso de despesas que recaiam no conceito de despesas de representação. Todavia, são abonados mensalmente, conjuntamente com a remuneração que lhe é devida, de montante fixado legalmente a título de despesas de representação.

Importa referir que não se encontram atribuídas aos membros do CA quaisquer viaturas da Empresa, pelo que não se apresenta informação individualizada dos “encargos com viaturas” e “gastos anuais associados a viaturas”, conforme indicado em ofício-circular da DGTF, de instrução à elaboração dos documentos de prestação de contas.

A partir de 01 de dezembro 2018, dada a entrada em vigor de novo contrato de telecomunicações celebrado com o novo operador, os encargos mensais máximos de despesa com equipamentos de comunicação móvel estipulados em Regulamento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 03 de agosto de 2018, determina que o limite máximo de despesa com comunicações móveis atribuído a cada membro do CA é de 80€/mês (IVA incluído).

Neste novo contrato em 2019 o valor médio da faturação de 2019 foi de 6.994,19€ sem Iva, sendo 16,19€ por colaborador.

8. DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS

Todas as despesas realizadas pela SPMS encontram-se devidamente documentadas, respeitando, assim, o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e o artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público.

9. RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A HOMENS E MULHERES

Na sequência do disposto do n.º 2 da RCM 18/2014, de 7 de março, a SPMS, E.P.E. publicita o Relatório Sobre as Remunerações Pagas a Mulheres e Homens, no site institucional, na área de instrumentos de gestão, no separador “Igualdade de Género”.



Neste domínio, e por forma a efetuar o diagnóstico da SPMS, foi elaborado um relatório com a caracterização do contexto organizacional segundo a perspetiva do género, abordando diversas dimensões complementadas por um conjunto de indicadores de Recursos Humanos que traduzem a realidade da SPMS em termos de estrutura organizacional por género.

No que respeita à determinação prevista no n.º 2 da Resolução de Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, consta no relatório supramencionado, em concreto no ponto 3. a), a análise sobre as remunerações médias por género nas categorias profissionais mais representativas.

Conforme apanágio da SPMS, durante o ano de 2019, tem vindo a ser adotada uma política de gestão de recursos humanos promotora da conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, quer ao nível da flexibilização de horários, quer na efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades, na promoção de iniciativas de envolvimento das famílias, melhorias das condições de trabalho e lazer, organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, de forma a facultar a realização pessoal e a permitir a conciliação da atividade profissional com a vida familiar.

10. RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

As Recomendações emanadas pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) n.ºs 1/2009, de 1 de julho, n.º 1/2010, de 7 de abril e a de 1 de julho de 2015, incidem sobre a necessidade das entidades gestoras de dinheiro, valores e património públicos, adotarem e divulgarem Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), os quais devem identificar de forma exaustiva os riscos de gestão, incluindo os de corrupção, bem como as medidas preventivas a adotar.

A SPMS, em cumprimento das referidas Recomendações e em alinhamento com os seus objetivos estratégicos, optou por estabelecer um plano mais abrangente, que integra os riscos de gestão mais relevantes, nos quais se incluem os de corrupção e infrações conexas.

Decorrente da transferência para a SPMS das atribuições de gestão e exploração direta do Centro de Conferência de Faturas do Serviço Nacional de Saúde, operada através do Decreto-Lei n.º 38/2018, de 11 de junho, e da subsequente alteração da orgânica da instituição, em consonância com as novas atribuições, verificou-se a necessidade de revisão do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC), de modo a refletir os riscos da atividade da nova Direção, entretanto criada.

O Conselho de Administração aprovou a revisão do PGRCIC, em setembro de 2019, tendo sido identificadas, face ao PGRCIC aprovado em 20 de abril de 2018, mais 28 riscos, bem como mais 50 medidas de prevenção ou mitigação.

O Plano constitui um instrumento de gestão fundamental, dado que a sua implementação e acompanhamento permitem reforçar e consolidar os procedimentos e mecanismos de

prevenção e deteção dos riscos de gestão, incluindo os de corrupção. Por outro lado, contempla, também, a gestão de conflitos de interesses no setor público, considerando que a adequada gestão de conflitos de interesses se revela imprescindível para uma cultura de integridade e transparência.

11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A. MODO COMO FORAM APLICADAS AS NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA VIGENTES EM 2019, SENDO QUE, NAS EMPRESAS-MÃE DE GRUPOS PÚBLICOS, ESSE PONTO DEVERÁ INCLUIR TODAS AS EMPRESAS EM QUE ESTAS PARTICIPEM MAIORITARIAMENTE.

A SPMS efetua todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços, de acordo com as regras constantes do Código dos Contratos Públicos (CCP), que consagra o regime de contratação pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações introduzidas.

O citado Decreto-Lei introduziu as alterações ao Código dos Contratos Públicos, tendo em vista a transposição da Diretiva n.º 2014/23/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro, relativa à adjudicação de contratos de concessão; da Diretiva n.º 2014/24/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro, relativa aos contratos públicos e que revoga a Diretiva n.º 2004/18/CE; e da Diretiva n.º 2014/25/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro, relativa aos contratos públicos celebrados pelas entidades que operam nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais e que revoga a Diretiva n.º 2004/17/CE. Foi ainda aprovada a Diretiva n.º 2014/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à faturação eletrónica nos contratos públicos.

Prevê, igualmente, a instrução dos procedimentos de formação de contratos públicos com a utilização de meios eletrónicos e, genericamente, o alargamento da utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública face à situação anterior. Determinam-se, no seu âmbito, medidas de prevenção e eliminação de conflito de interesses na condução de procedimentos de formação de contratos, por parte dos diversos intervenientes nos procedimentos, incluindo membros do júri e peritos que lhe prestam apoio.

O CCP configura as plataformas eletrónicas, através do art.º 62º, como infraestruturas sobre as quais se devem desenvolver os procedimentos de formação de contratos. Complementando esta injunção, as plataformas a utilizar devem cumprir o disposto na Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto.

Neste contexto, o portal da internet utilizado (Portal dos Contratos Públicos – www.base.gov.pt) para os contratos públicos a nível nacional centraliza toda a informação relativa à contratação

pública. Por outro lado, as entidades adjudicantes e contratantes devem utilizar plataformas eletrónicas para efetivar os seus procedimentos.



Os meios eletrónicos de informação e comunicação simplificam o processo e garantem também a transparência e publicidade dos contratos públicos em execução.

Por outro lado, estes meios permitem, ainda, simplificar significativamente a forma como o processo é conduzido, reduzindo os desperdícios e permitindo obter melhores resultados (preço, qualidade).

Atualmente, a Plataforma Eletrónica da Contratação Pública (PECP) utilizada pela SPMS está disponível em www.comprasnaude.pt.

Em 2019, no âmbito da Direção de Compras Públicas Internas da SPMS, foi desenvolvido o Sistema de Gestão e Formação de Contratos (SIGFC), que consiste num sistema de informação que contém toda a informação relativa ao procedimento de aquisição e à execução do contrato que o mesmo dá origem.

Ressalta ainda do SIGFC a existência de 2 módulos com carácter especial:

-  Plano de Prevenção de Riscos e Infrações conexas, efetuando o registo relativo à formação em contratação pública dos que participam ou intervêm no processo de compra;
-  Auditoria Interna e Externa, que permite que o auditor visualize toda a informação procedimental registada no SIFGC.

De salientar também um melhor planeamento das aquisições da SPMS, na sequência da aprovação do Plano Anual de Compras da SPMS.

B. OS PROCEDIMENTOS INTERNOS INSTITUÍDOS PARA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS E SE OS MESMOS SÃO OBJETO DE REVISÃO PERIÓDICA, COM REFERÊNCIA À ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO.

Com a entrada em vigor a 01 de janeiro de 2018 do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e em cumprimento do n.º 1 do Despacho n.º 851-A/2018, de 16 de janeiro, que determina que os Conselhos de Administração das entidades públicas empresariais devem solicitar aos respetivos Serviços Jurídicos que emitam juízo de conformidade legal e administrativa sobre cada processo de contratação pública, ao abrigo do CCP, e nos termos do Despacho do Vogal Executivo do Conselho de Administração da SPMS, de 21 de janeiro de 2018, exarado sobre a informação n.º 55/DCPI-UA/2017, adotou-se na SPMS a aprovação prévia dos modelos das peças de procedimento a utilizar nos procedimentos, evitando-se assim a remessa de cada processo de contratação à Direção de Assuntos Jurídicos e Contencioso. É evidente a obtenção de eficiência nesta metodologia aprovada, que, em simultâneo, garante a segurança jurídica necessária.

De referir que, na SPMS, existe o controlo hierárquico de todos os procedimentos e planos da organização, relacionados com os processos de tomada de decisão, que conduzem à autorização das transações pelo Conselho de Administração. Desta forma, este tipo de controlo compreende a direção e supervisão dos fluxos de trabalho, especificando como, por quem, com que grau de precisão ou fiabilidade.

Para além das notas internas existentes, existe o controlo de situações no âmbito da contratação pública, designadamente:

- Segregação de funções:
 - a. entre o procedimento de aquisição e a execução do contrato;
 - b. na análise das propostas (formal e de mérito);
- Controlo da fundamentação na exclusão das propostas nos relatórios de avaliação de propostas, evidenciando os critérios de seleção, a sua pontuação e a sua aplicação.
- Controlo procedimental através do SIGFC.

Acresce, ainda, que se introduziu, em 2018, e por força do artigo 290.º-A do CCP, a figura do Gestor de Contrato, que complementou a já existente segregação de funções entre a fase pré-contratual e o controle da execução contratual.

A monitorização da execução contratual tem por base o leque de poderes de conformação da relação contratual (cfr. art.º 302º do CCP), que constituem poderes instrumentais à prossecução do interesse público, no sentido de assegurar que a entidade privada, durante a execução do contrato, executa as prestações da forma mais adequada ao objeto da contratação.

Em 2019, o número de procedimentos adotados por tipologia do CCP, foi o seguinte:

TIPO DE PROCEDIMENTO	N.º (2018)	N.º (2019)	VALOR (2018)	VALOR (2019)
Convite ao abrigo de AQ	160	67	26 081 376,56 €	8 272 197,88 €
Concurso público	173	128	14 864 354,80 €	21 574 380,64 €
Consulta Prévia	21	14	1 011 798,39 €	657 854,83 €
Ajuste Direto	67	23	1 459 713,50 €	375 858,92 €
Parceria para a Inovação		1		200 000,00 €
Ajuste Direto Critérios Materiais	32	64	7 050 997,34 €	5 058 399,06 €

Do quadro comparativo entre os dois anos é possível aferir a redução da utilização do procedimento por Ajuste Direto, bem como o aumento significativo da utilização do Concurso Público como potencial de modelo concorrencial. Importa ainda referir que foi realizado o primeiro procedimento a nível nacional de Parceria para a Inovação.

O procedimento realizado sob a tipologia de Parceria para a Inovação teve como:

 **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

- Potenciar economias com sinergias;
- Promover maior transparência nos processos em todo o SNS;
- Automatização de processos e incremento de maior eficiência;
- Desenvolvimento de uma linha comum, na imagem e no modo *operandis*, para todos módulos funcionais.

 **OBJETIVOS OPERACIONAIS**

- Concentrar numa única plataforma todas as ferramentas de compras do SNS (SIGAS, Catálogo da Saúde, Office 365, e em alguns casos, Outlook);
- Criação de “Front end” comum para o processo de compra, desenvolvidos na SPMS (transversais, e saúde);
- Aumentar a comodidade das entidades durante o processo de escolha/compra (facilidade de pesquisa da informação e identificação dos produtos);
- Potenciar a divulgação/destaque de produtos/AQ novos;
- Permitir seleção de produtos mais adequada às necessidades.

C. OS ATOS OU CONTRATOS CELEBRADOS COM VALOR SUPERIOR A 5 M€, INDEPENDENTEMENTE DA ESPÉCIE DO ATO, OU CONTRATO, EM CAUSA, E SE OS MESMOS FORAM SUJEITOS A VISTO PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS, CONFORME DETERMINA O ARTIGO 47.º DA LEI DE ORGANIZAÇÃO E PROCESSO DO TRIBUNAL DE CONTAS (LOPTC).

C1. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E SUPORTE DO LICENCIAMENTO ORACLE PARA O MS

O procedimento foi efetuado através de procedimento por Concurso Público com publicidade internacional (Ref.ª 20190011).

Através da Portaria n.º 597/2018, dos Gabinetes do Secretário de Estado do Orçamento e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, publicada no Diário da República, 2.ª série — N.º 221 de 16 de novembro de 2018, ficou a SPMS autorizada a assumir um encargo plurianual até ao montante de 6.373.170,73 EUR (seis milhões, trezentos e setenta e três mil, cento e setenta euros e setenta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, referente à aquisição de serviços de serviços de manutenção e suporte do licenciamento ORACLE.

Os encargos resultantes do contrato não poderiam exceder, em cada ano económico, as seguintes importâncias:

- 2019: 2.124.390,24 EUR, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;
- 2020: 2.124.390,24 EUR, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;
- 2021: 2.124.390,24 EUR, a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

A abertura do procedimento foi efetuada por Concurso Público com Publicidade no Jornal da União Europeia, nos termos da alínea a) do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e foi aprovada por Deliberação do Conselho de Administração da SPMS, de 23 de novembro de 2018, exarada na informação n.º 1709/DCPI-UA/2018, de 23 de novembro de 2018.

O procedimento foi submetido a Visto Prévio do Tribunal de Contas, o qual foi obtido em 18 de abril de 2019, conforme ofício n.º DECOP-UAT.2/11857/2019, de 23 de abril de 2019 daquela entidade.

C2 – AQUISIÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DA REDE DE INFORMAÇÃO DA SAÚDE 2020 (RIS2020)

O procedimento foi efetuado através de procedimento por Concurso Público com publicidade internacional (Ref.ª 20190195).

Através da Portaria n.º 255/2018, dos Gabinetes do Secretário de Estado do Orçamento e da Secretária de Estado da Saúde, publicada no Diário da República, 2.ª série — N.º 85 de 3 de maio de 2018, ficou a SPMS autorizada a assumir um encargo plurianual até ao montante de 18.000.000,00 EUR (dezoito milhões de euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, referente à aquisição, Implementação e Exploração da Rede de Informação da Saúde 2020 (RIS2020).

Os encargos resultantes do contrato não poderiam exceder, em cada ano económico, as seguintes importâncias:

- 2018: 3.000.000,00 EUR, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;
- 2019: 6.000.000,00 EUR, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;
- 2020: 6.000.000,00 EUR, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;
- 2021: 3.000.000,00 EUR, a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

A abertura do procedimento foi efetuada por Concurso Público com Publicidade no Jornal da União Europeia, nos termos da alínea a) do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e foi aprovada por Deliberação do Conselho de Administração da SPMS, de 05 de abril de 2019, exarada na informação n.º 317/DCPI-UA/2019, de 04 de abril de 2019.

O procedimento foi submetido a Visto Prévio do Tribunal de Contas, o qual foi obtido em 12 de novembro de 2019, conforme ofício n.º DECOP-UAT.2/35172/2019, de 14 de novembro de 2019 daquela entidade.

12. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E, nos termos do Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro, integra o Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), na qualidade de unidade ministerial de compras (UMC), com as funções previstas no Decreto-Lei n.º 37/2007, de 19 de fevereiro, alterado por último pelo Decreto-Lei n.º 117-A/2012, de 14 de junho, relativamente aos bens e serviços dos serviços e organismos do Ministério da Saúde e instituições do Serviço Nacional de Saúde (SNS), vinculadas e voluntárias ao SNCP, assegurando a contratação centralizada de bens e serviços previstos nas categorias elencadas na Portaria n.º 103/2011, de 14 de março que procede à revisão das categorias de bens e serviços cujos acordos quadro são celebrados pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.).

A atividade da UMC encontra suporte no n.º 7 do artigo 10.º do Regulamento n.º 330/2009, de 23 de julho, que institui o Regulamento do Sistema Nacional de Compras Públicas (RSNCP), e que determina que as UMC podem proceder à centralização da contratação das aquisições ao abrigo dos acordos-quadro celebrados pela ESPAP, I.P., relativamente às entidades compradoras voluntárias sujeitas à tutela do mesmo ministério, mediante celebração de contrato de mandato administrativo.

As categorias de bens e serviços da área das tecnologias de informação e comunicação, cujos procedimentos de aquisição são conduzidos pela SPMS, na qualidade de UMC, encontram-se definidas na Portaria n.º 87/2013, de 28 de fevereiro. O recurso à aquisição centralizada foi reforçado pelo Despacho n.º 12837/2016, de 25 de outubro, que reafirma as disposições constantes do Despacho n.º 9813/2013, de 25 de julho, e estipula também no seu n.º 2 que “2 — Todas as unidades e estabelecimentos de saúde integrados no SNS que não pretendam aderir ao SNCP ou efetuar as aquisições ao abrigo dos acordos-quadro celebrados ou a celebrar pela ESPAP, IP devem fundamentar adequadamente a recusa junto do meu Gabinete”.

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 38/2016, de 29 de julho, que aprovou a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020 – ENCPE 2020, visa assegurar a inclusão de critérios de sustentabilidade em todos os contratos públicos de aquisição de bens e serviços. Através do Despacho n.º 2568/2017, de 28 de março, foi criado o Grupo de Trabalho de acompanhamento e monitorização da implementação da ENCPE 2020 (GAM ENCPE), o qual integra um representante da SPMS.

Por seu turno, a Portaria n.º 227/2014, de 6 de novembro, procedeu à criação, no âmbito da SPMS, de novos mecanismos que visam permitir um funcionamento mais eficaz na prossecução



das suas atividades no domínio das compras públicas, designadamente, através da implementação de um sistema integrado de informação e da criação de uma Comissão de Acompanhamento das Compras na Saúde, que integra os vários organismos da área da saúde e a quem compete colaborar com a SPMS, no planeamento e monitorização da política de compras específicas do setor da saúde.

Paralelamente, à função de UMC nas categorias de bens e serviços transversais, também nas categorias de bens e serviços específicos da área da saúde, cujos contratos públicos de aprovisionamento (CPA) e procedimentos de aquisição (AQ) são celebrados e conduzidos pela SPMS, a SPMS tem visto o seu papel a ser alargado, por força das alterações introduzidas na Portaria n.º 55/2013, de 7 de fevereiro, pelas Portarias n.º 406/2015, de 23 de novembro e n.º 111/2017, de 16 de março.

Neste âmbito, importa referir que a SPMS se encontra representada na Comissão Externa para o Acompanhamento do Programa Estratégico Nacional de Fracionamento de Plasma Humano 2015-2019, nos termos do Despacho n.º 1081-A/2017, de 27 de janeiro.

Foi desenvolvido pela SPMS, EPE, em parceria com o IPST, IP, e nos termos do art.º 36 e 37º do Código dos Contratos Públicos (CCP) um Diálogo concorrencial com vista ao fornecimento de medicamentos derivados do plasma resultantes do fracionamento de plasma humano português do processado a partir de colheitas de sangue do IPST, incluindo as obrigações de recolha, armazenamento e distribuição aos hospitais utilizadores.

O procedimento em questão pretendia obter soluções para o fornecimento de medicamentos derivados do plasma resultantes de processo de fracionamento de plasma humano exclusivamente português processado a partir de colheitas de sangue do Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P. (IPST), incluindo as obrigações de recolha, armazenamento e distribuição aos serviços hospitalares utilizadores em qualquer parte do território nacional, bem como a entrega ao IPST da matéria-prima, tendo sido a junho de 2018 concedido visto do Tribunal de Contas.

Com a publicação do Despacho n.º 1249/2017, de 03 de fevereiro, a SPMS passou a integrar o Grupo de Trabalho interministerial, com vista à apresentação de propostas concretas de colaboração nas áreas do sangue e do medicamento.

Através da Portaria n.º 248/2017 de 4 de agosto, foi criado o modelo de governação do Plano Nacional de Vacinas (PNV), bem como de outras estratégias vacinais para a proteção da saúde pública e de grupos de risco ou em circunstâncias especiais, com o objetivo de assegurar os seus elevados padrões de efetividade e de eficiência, e respetivos ganhos em saúde.

A atividade da Central de Compras da Saúde com maior relevo no panorama jurídico português até 2016, era a formação e celebração de Acordos Quadro, que são contratos que visam disciplinar futuras relações contratuais. Neste enquadramento, e maximizando esta atividade, surge o Despacho n.º 1571-B/2016 publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 21 – 1 de fevereiro de 2016, em que associada à atividade de celebração de acordos quadro, surge com

grande importância estratégica a realização de compras de forma agregada para o Serviço Nacional de Saúde ao abrigo dos Acordos Quadro que a SPMS já desenvolvia.

Após a publicação do Despacho, em que a SPMS, EPE recebe o ónus dos processos de aquisição, foram publicadas circulares com listas de Denominações Comuns Internacionais (DCI'S) e dispositivos médicos (DM), cuja agregação centralizada é realizada, exclusivamente, através da SPMS, EPE sob contrato de mandato das Instituições do Serviço Nacional de Saúde

As grandes áreas terapêuticas com maior impacto económico abrangidas pelas Circulares, como seria expectável, estão relacionadas a doenças crónicas, sendo estas:

- Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV);
- Foro oncológico;
- Doenças Autoimunes;
- Derivados do plasma;
- Doenças raras;
- Doenças Lisossomais de sobrecarga;
- Vírus da Hepatite C Crónica;

Paralelamente às Circulares, a SPMS, EPE, enquanto central de compras desenvolve procedimentos centralizados para programas Nacionais:

- Programa Nacional de Vacinação e Gripe Sazonal (Despacho n.º 8320/2017);
- Bombas de Perfusão Subcutânea de Insulina (Despacho n.º 13277/2016);
- Programa Nacional de Saúde Reprodutiva;
- Projeto de Intervenção Precoce no Cancro Oral;
- Programa de troca de seringas.

13. MEDIDAS DE OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS OPERACIONAIS

PRC	2019	2019	2018	2017 Exec.	2019/2018	
	Execução	Orç.	Execução	Execução	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	- 647 198,02 €	10 501 877,00 €	5 642 970,48 €	504 043,75 €	- 6 290 168,50 €	-11%
(1) CMVMC	- €	- €	- €	- €	- €	-
(2) FSE	47 651 871,74 €	47 760 500,00 €	55 441 878,10 €	29 965 132,13 €	- 7 790 006,36 €	86%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	9 838 831,81 €	9 763 189,00 €	9 144 049,42 €	9 572 555,75 €	694 782,39 €	108%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	34 135,49 €	- €	66 648,76 €	217 370,18 €	- 32 513,27 €	51%
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	57 490 703,55 €	57 523 689,00 €	64 585 927,52 €	39 537 687,88 €	- 7 095 223,97 €	89%
(5) Volume de negócios (VN) ^{b)}	23 797 389,99 €	30 846 529,00 €	19 936 703,13 €	16 396 383,74 €	3 860 686,86 €	119%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	242%	186%	324%	241%	-82%	75%
(i) Gastos com Deslocações (FSE)	413 456,90 €	349 450,57 €	349 450,57 €	417 319,64 €	64 006,33 €	118%
(ii) Gastos com Ajudas de custo e Alojamento (G c/ Pessoal)	80 923,77 €	67 437,94 €	67 437,94 €	60 899,85 €	13 485,83 €	120%
(iii) Gastos associados à frota automóvel ^{c)}	38 730,11 €	105 228,92 €	45 046,52 €	48 092,27 €	- 6 316,41 €	86%
Total = (i) + (ii) + (iii)	533 110,78 €	522 117,43 €	461 935,03 €	526 311,76 €	71 175,75 €	115%
(7) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	797 179,22 €	1 013 571,39 €	984 380,93 €	860 189,47 €	- 187 201,71 €	81%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	275	300	275	294	0	100%
N.º Órgãos Sociais (OS)	4	4	4	4	0	100%
N.º Cargos de Direção (CD)	44	46	20	20	24	220%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	233	250	251	270	-18	93%
N.º Trabalhadores/N.º CD	5,3	5,4	12,6	13,5	-7,3	42%
N.º de viaturas	3	5	3	3	0	100%

De acordo com as instruções da DGTF, para este efeito, no cálculo do nº de efetivos devem ser incluídos: os trabalhadores temporariamente ausentes nas datas de referência, por férias, maternidade, conflito de trabalho, formação profissional, doença e acidente de trabalho de duração igual ou inferior a um mês; os trabalhadores pertencentes ao Conselho de Administração que trabalham nas datas de referência, tendo recebido por esse trabalho uma remuneração; os trabalhadores com vínculo a outra empresa mas que se encontrem a trabalhar para esta empresa durante o período de referência.

Devem ser excluídos: os trabalhadores a cumprir o serviço militar, em regime de licença sem vencimento, em desempenho de funções públicas; os trabalhadores ausentes por doença e/ou acidente de trabalho cuja baixa seja superior a um mês; os trabalhadores com vínculo à empresa, a prestar serviço noutras empresas.

No que respeita aos limites que impendem sobre a SPMS através da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2019, encontra-se estabelecido no artigo 57.º que “As empresas públicas prosseguem uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, nos termos do disposto no decreto-lei de execução orçamental”.

Neste âmbito salientar que o Plano de Atividades e Orçamento de 2019 foi aprovado por despacho do Secretário de Estado do Tesouro em 08.10.2019, mediante o qual foi autorizada a recomendação da UTAM, de aumento dos gastos com o pessoal e aumento do conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os gastos associados à frota automóvel, nos termos do n.º 4 e al. a) e b) do n.º 3 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, relevando

ainda destacar o despacho do Secretário de Estado do Tesouro de 04.10.2019 que autorizou a celebração de 25 contratos de trabalho sem termo.

Não obstante as autorizações supra, o conjunto dos gastos operacionais, conforme expresso no quadro anterior, reduziram cerca de 7M€, assim como o rácio do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, em resultado, fundamentalmente, da redução havida no orçamento da SPMS de 20M€ face ao proposto (redução de 44M€ para 24M€) no financiamento dos serviços de manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do SNS, sendo que o aumento dos gastos com deslocações e ajudas de custo e alojamento se justificam pela autorização concedida.

14. CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTORIA

Assim, não tendo a SPMS necessitado da prestação de serviços de natureza iminente estratégica "para os efeitos do n.º 2 daquele artigo 49.º (nomeadamente no âmbito de operações de reestruturações, fusões e aquisições, alienação de participações ou de ativos, relação com entidades supervisoras e com a União Europeia e outras Instituições Europeias) durante o ano de 2019 e excluindo os casos de representação judiciária ou patrocínio forense, nos termos referidos, foram apenas levados a cabo os procedimentos de aquisição de serviços exigidos pela falta de recursos internos, conforme demonstrado pelas manifestações de necessidade de cada procedimento e que justificaram as respetivas aquisições, a fim de assegurar o cumprimento do procedimento previsto no artigo 49.º do DLEO."

15. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

As disponibilidades e aplicações financeiras encontram-se na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., dando assim cabal cumprimento ao princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme resulta do exposto no artigo 141.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2019).

16. DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, BEM COMO AS MEDIDAS TOMADAS E O RESPECTIVO RESULTADO

2017		
AUDITORIA	RECOMENDAÇÕES	MEDIDAS
<p>Relatório n.º 15/2017 – 2ª secção processo n.º 32/2016 – Audit</p> <p>Auditoria ao Acesso a Cuidados de Saúde no Serviço Nacional de Saúde</p>	<p>I. Corrigir as aplicações informáticas que suportam a gestão dos sistemas CTH e SIGIC, de acordo com a calendarização prevista nos planos de desenvolvimento, por forma a que as mesmas permitam dar pleno cumprimento aos regulamentos de ambos os sistemas.</p> <p>II. Criar alertas no CTH, que evitem a duplicação de pedidos para o mesmo utente e para a mesma especialidade, de acordo com uma calendarização a apresentar em sede do primeiro reporte sobre a implementação das recomendações.</p> <p>III. Implementar controlos no sistema SClínico Hospitalar que impeçam a existência de propostas cirúrgicas não agrupáveis em GDH, de acordo com uma calendarização a apresentar em sede do primeiro reporte sobre a implementação das recomendações.</p>	<p>I. Por imperativos legais, que se prendem com questões de propriedade intelectual, atualmente, não é possível efetuar qualquer alteração técnica na plataforma CTH. No entanto e apesar destas limitações, a aplicação cumpre integralmente os requisitos constantes do Regulamento CTH, desde que, as interfaces de integração com outros sistemas funcionem corretamente e que os seus utilizadores finais atuem em conformidade com esses requisitos.</p> <p>O SIGLIC que operacionaliza o SIGIC tem vindo a sofrer evoluções de acordo com instruções da ACSS. Os erros referidos no relatório prendem-se com dificuldades de integração que não dependem apenas da SPMS, a título de ex.: dificuldades de rede, software externo, etc. Adicionalmente, a SPMS tinha proposto o desenvolvimento do SIGA CIRURGIAS mas a ACSS não contratualizou estes desenvolvimentos e neste sentido, o orçamento da SPMS não permite avançar com este novo sistema.</p> <p>II. A plataforma já se encontra integrada com o Registo Nacional de Utentes (RNU), garantindo assim a identificação unívoca do utente e evitando referências duplicadas para a mesma especialidade.</p> <p>A primeira fase do projeto SIGA /VAI, que corporiza a referência dos Cuidados Hospitalares para os Cuidados de Saúde Primários está implementado. Aguarda-se contratualização do rollout (instalação em todas as entidades) por parte da ACSS</p> <p>Em paralelo estão a ser realizados os desenvolvimentos para a componente de substituição do CTH, que é a 2.ª fase do projeto SIGA/VAI - esta componente já se encontra em piloto na ULSLA. Aguarda-se pelo Contrato de Programa 2020 para avaliar se a ACSS pretende a evolução destes desenvolvimentos e respectivo rollout (Instalação em todas as entidades)</p> <p>III. As entidades hospitalares têm diferentes sistemas de informação, alguns deles não geridos pela SPMS (ex: Glintt, Sorian, etc.), a implementação de regras faz-se de forma centralizada via SIGLIC. No caso do SClínico Hospitalar, é possível tecnicamente garantir que as propostas cirúrgicas não sejam codificadas com códigos não agrupáveis em GDH, desde que a ACSS defina quais são os códigos aceitáveis para estes casos. Após esta definição, é possível o SIGLIC (definindo os requisitos técnicos de integração) e o SClínico H (implementando estes requisitos) estejam alinhados de forma a implementar este controlo, e uma vez reunidas as condições financeiras e orçamentais.</p> <p>Adicionalmente, aguardamos pelo Contrato Programa para 2020, para validar se está prevista a implementação do SIGA Cirurgias, com vista a operacionalizar um novo sistema que substituirá o SIGLIC continuando a cumprir os requisitos do SIGIC e ainda as recomendações do Tribunal de Contas e de outras entidades de controlo.</p>
<p>relatório n.º 18/2017 – 2ª secção processo n.º 9/2017 – Audit</p> <p>Auditoria orientada à situação financeira da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE</p>	<p>I. Concluir o processo de pagamento de dívidas transmitidas pelos "SOMOS" de modo a evitar o avanço de ações judiciais de cobrança por parte dos credores e gastos acrescidos com juros de mora ou outros gastos.</p> <p>II. Proceder à anulação dos ativos transmitidos pelos "SOMOS" que, não sendo reconhecidos por outras entidades do Ministério da Saúde, a SPMS- Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. não consiga fazer prova do facto gerador da faturação, de modo a não existirem diferenças de conciliação na conta consolidada do Ministério da Saúde.</p> <p>III. Proceder ao reconhecimento contabilístico das dívidas identificadas no processo de circularização realizado e que não constavam das contas dos "SOMOS", independentemente do momento em que venham a ser financiadas pela tutela, e à anulação das dívidas declaradas como inexistentes pelos credores.</p> <p>IV. Corrigir, por questão de transparência, as declarações de pagamentos em atraso a 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016, publicitadas no seu sítio da Internet, por forma a que identifiquem os pagamentos em atraso existentes no final de cada um dos anos.</p>	<p>I. Implementada.</p> <p>II. Implementada.</p> <p>III. Implementada.</p> <p>IV. Implementada.</p>

2018 e 2019		
AUDITORIA	RECOMENDAÇÕES	MEDIDAS
<p>Não foram emitidas recomendações pelo tribunal de contas dirigidas à SPMS no ano de 2018.</p>		

17. INFORMAÇÃO NO SÍTIO DO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

Na tabela seguinte apresenta-se a informação que se encontra divulgada no sítio do SEE (Portal da DGTF, na presente data). Na tabela seguinte apresenta-se a informação que se encontra divulgada no sítio do SEE (Portal da DGTF, na presente data).

INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DO SEE	DIVULGAÇÃO		COMENTÁRIOS
	S/S/N.A.	DATA ATUALIZAÇÃO	
ESTATUTOS	S	27/03/2020	Remessa à DGTF.
CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA	S	27/03/2020	Remessa à DGTF.
FUNÇÃO DE TUTELA E AÇIONISTA	S	27/03/2020	Remessa à DGTF.
MODELO DE GOVERNO / MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	S	27/03/2020	Remessa à DGTF.
- IDENTIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	S		
- ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO	S		
- DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES AUFERIDAS PELOS ÓRGÃOS SOCIAIS	S		
- IDENTIFICAÇÃO DAS FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	S		
- APRESENTAÇÃO DAS SÍNTESES CURRICULARES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	S		
ESFORÇO FINANCEIRO PÚBLICO	S	27/03/2020	Remessa à DGTF.
FICHA SÍNTESE	S	27/03/2020	Remessa à DGTF.
INFORMAÇÃO FINANCEIRA HISTÓRICA E ATUAL	S	27/03/2020	Remessa à DGTF.
PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO	S	27/03/2020	Remessa à DGTF.
- REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA	S		
- TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS	S		
- OUTRAS TRANSAÇÕES	S		
- ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS:	S		
ECONÓMICO	S		
SOCIAL	S		
AMBIENTAL	S		
- AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO	S		
- CÓDIGO DE ÉTICA	S		

CAPÍTULO III | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2019
1. BALANÇO
**SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE
 Balanço Individual em 31 de dezembro de 2019**

(Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	31.dez.19	31.dez.18
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	6 318 486,36	4 948 249,86
Ativos intangíveis	3	427 690,63	1 862 213,66
Ativos por impostos diferidos	35	461,07	0,00
		6 746 638,06	6 810 463,52
Ativo corrente			
Clientes, contribuintes e utentes	23	6 585 139,53	12 759 856,34
Estado e outros entes públicos	24	635 219,79	0,00
Outras contas a receber	25	4 064 130,84	3 123 470,35
Diferimentos	26	75 102,75	774 683,58
Caixa e depósitos	1	2 969 484,19	2 971 730,72
		14 329 077,10	19 629 740,99
Total do ativo		21 075 715,16	26 440 204,51
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	27	26 260 689,00	26 260 689,00
Reservas	28	4 456 980,17	4 456 980,17
Resultados transitados	28	-25 145 986,17	-32 520 331,22
Outras variações no Património Líquido	28	5 747 487,22	5 747 487,22
Resultado líquido do período		-3 608 842,55	3 048 987,56
Total do Património Líquido		7 710 327,67	6 993 812,73
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	4 415 542,12	250 708,11
		4 415 542,12	250 708,11
Passivo corrente			
Fornecedores	29	2 625 020,49	9 184 966,56
Estado e outros entes públicos	24	198 925,86	1 591 153,16
Fornecedores de investimentos	29	591 327,79	315 416,98
Outras contas a pagar	30	3 505 793,58	3 399 527,23
Diferimentos	26	2 028 777,65	4 704 619,74
		8 949 845,37	19 195 683,67
Total do passivo		13 365 387,49	19 446 391,78
Total Património Líquido e passivo		21 075 715,16	26 440 204,51

(Para ser lido em conjunto com as notas explicativas (anexo) às Demonstrações Financeiras)

O CONTABILISTA CERTIFICADO

P/ CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

N.º 61668

2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE
Demonstração dos Resultados por Naturezas individual
Período findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2019	2018
Prestação de serviços	13	23 797 389,99	19 936 703,13
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	37 142 265,66	50 516 581,59
Fornecimentos e serviços externos	31	-47 651 871,74	-55 441 878,10
Gastos com o pessoal	19	-9 872 967,30	-9 144 049,42
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-4 870,80	0,00
Provisões	15	-4 164 834,01	86 308,57
Outros rendimentos e ganhos	32	171 882,42	624 097,85
Outros gastos e perdas	33	-64 192,24	-934 793,14
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		-647 198,02	5 642 970,48
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	34	-2 941 011,60	-1 851 231,27
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-3 588 209,62	3 791 739,21
Juros e gastos similares suportados		-89,90	-1 815,06
Resultado antes de Impostos		-3 588 299,52	3 789 924,15
Imposto sobre o rendimento	35	-20 543,03	-740 936,59
Resultado líquido do período		-3 608 842,55	3 048 987,56

(Para ser lido em conjunto com as notas explicativas (anexo) às Demonstrações Financeiras)

O CONTABILISTA CERTIFICADO

P/ CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

N.º 61668



3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido, em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em euros)

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido					Total do património líquido
		Capital/ Património realizado	Reservas	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	1	26 260 689,00	4 456 980,17	-32 520 331,22	5 747 487,22	3 048 987,56	6 993 812,73
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Aplicação do resultados de 2018				3 048 987,56		-3 048 987,56	0,00
Outras alterações reconhecidas no património líquido				4 325 357,49			4 325 357,49
	28	0,00	0,00	7 374 345,05	0,00	-3 048 987,56	4 325 357,49
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					-3 608 842,55	-3 608 842,55
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2 + 3					-6 657 830,11	716 514,94
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Realizações de capital/património							
Outras operações							
	5	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	6 = 1 + 2 + 3 + 5	26 260 689,00	4 456 980,17	-25 145 986,17	5 747 487,22	-3 608 842,55	7 710 327,67

(Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras em anexo)

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido, em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido					Total do património líquido
		Capital/ Património realizado	Reservas	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	1	25 637 140,00	-	-26 772 940,21	5 407 487,22	-1 769 257,58	2 502 429,43
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Transferência CCSNS 24					340 000,00		340 000,00
Transferência para reserva			4 456 980,17	-4 456 980,17			0,00
Subsídios e financiamentos comunitários				478 846,74			478 846,74
Aplicação do resultados de 2017				-1 769 257,58		1 769 257,58	0,00
	28	0,00	4 456 980,17	-5 747 391,01	340 000,00	1 769 257,58	818 846,74
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					3 048 987,56	3 048 987,56
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2 + 3					4 818 245,14	3 867 834,30
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Realizações de capital/património		623 549,00					623 549,00
Outras operações							0,00
	5	623 549,00	-	-	-	-	623 549,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	6 = 1 + 2 + 3 + 5	26 260 689,00	4 456 980,17	-32 520 331,22	5 747 487,22	3 048 987,56	6 993 812,73

(Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras em anexo)

O CONTABILISTA CERTIFICADO

P/ CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

N.º 61668

4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE
Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa
Período findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	31.dez.19	31.dez.18
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		33 251 583,11	20 561 328,94
Pagamentos a fornecedores		-61 749 308,99	-55 608 129,26
Pagamentos ao pessoal		-9 471 614,93	-8 046 591,19
Caixa gerada pelas operações		-37 969 340,81	-43 093 391,51
Outros recebimentos / pagamentos		40 612 927,40	38 878 974,06
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2 643 586,59	-4 214 417,45
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2 645 833,12	-3 314 016,46
Ativos intangíveis		-	-1 645 278,59
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-2 645 833,12	-4 959 295,05
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		-	623 549,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-	623 549,00
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-2 246,53	-8 550 163,50
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	1	2 971 730,72	11 521 894,22
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1	2 969 484,19	2 971 730,72
Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldo de gerência			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
Equivalentes a caixa no início do período		2 971 730,72	11 521 894,22
Variações cambiais de caixa no início do período			
Saldo da gerência anterior			
De execução orçamental		2 170 569,38	10 694 221,00
De operações de tesouraria		801 161,34	827 673,22
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
Equivalentes a caixa no fim do período		2 969 484,19	2 971 730,72
Variações cambiais de caixa no fim do período			
Saldo para a gerência seguinte		2 969 484,19	2 971 730,72
De execução orçamental		2 357 575,87	2 170 569,38
De operações de tesouraria		611 908,32	801 161,34

(Para ser lido em conjunto com as notas explicativas (anexo) às Demonstrações Financeiras)

O CONTABILISTA CERTIFICADO

P/ CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

N.º 61668

5. NOTAS EXPLICATIVAS (ANEXO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 1: IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1: IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

A SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (doravante apenas SPMS) é uma entidade pública empresarial com sede na Av. da República, nº 61, 1050-189 Lisboa e tem por atribuições a prestação de serviços partilhados específicos da área da saúde em matéria de compras e logística, de serviços financeiros, de recursos humanos e de sistemas de informação e comunicação aos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), independentemente da sua natureza jurídica, bem como aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde e a quaisquer outras entidades, quando executem atividades específicas da área da saúde, e ainda a gestão e exploração direta do Centro de Controlo e Monitorização do SNS (CCMSNS).

O período de relato compreende as transações e acontecimentos entre o dia 1 de janeiro de 2019 e o dia 31 de dezembro de 2019, bem como as posições financeiras provenientes do exercício anterior, sem prejuízo da incorporação de acontecimentos após a data de Balanço, divulgado em nota explicativa própria. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com referência ao dia 31 de dezembro de 2019.

O Conselho de Administração é da opinião que as presentes Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da SPMS, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

A SPMS apresenta um saldo de gerência de 2019 no montante 2,36M€ e um resultado líquido negativo de 3,6M€. Esta circunstância ocorre fundamentalmente devido ao registo de provisões relacionadas com processos judiciais em curso que serão detalhadas na respetiva nota.

Importa destacar que o EBITDA (Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento) é negativo em 0,6M€.

O principal processo judicial em curso gerou o reconhecimento em 2019 de uma provisão no montante de 4M€. Trata-se da ação judicial intentada pela “ITEN SOLUTIONS – Sistemas de Informação, S.A.” (ITEN), no âmbito do «Contrato para Aquisição de Serviços de Manutenção de Licenciamento Microsoft – Contrato n.º 47/2018» celebrado com a SPMS a 9 de março de 2018.

Apesar da SPMS ter cumprido escrupulosamente todos os trâmites legais em vigor no âmbito do procedimento aquisitivo e atuado com a diligência possível face aos inúmeros constrangimentos ocorridos, não foi possível obter o indispensável visto do Tribunal de Contas a tempo de abranger o período imediatamente seguinte ao termo do contrato anterior.

Considerando que o período de licenciamento abrangido pelo contrato anterior havia terminado em 1 de outubro de 2017, a autora do processo reclama precisamente o período de



licenciamento Microsoft em que as licenças foram ‘disponibilizadas’ ao Ministério da Saúde, mas não estavam abrangidas contratualmente.

Neste enquadramento, o Resultado Líquido de 2019 seria positivo em 0,4M€ se a SPMS não estivesse sujeita ao registo desta provisão de 4M€. Podemos concluir assim, que a gestão operacional da SPMS foi equilibrada e teria gerado resultado positivo, não fosse a circunstância de ter de reconhecer uma provisão significativa relativa a um licenciamento que beneficia todas as entidades do Ministério da Saúde e não apenas a SPMS.

Importa referir que, apesar de tradicionalmente a disposição do Orçamento do Estado⁸ que obriga à entrega do saldo afetar o resultado líquido da SPMS no ano da geração do mesmo (vide Relatório e Contas de 2018, e.g.), tal não ocorre no ano de 2019.

Esta alteração decorre da ponderação da probabilidade de uso do saldo que se estimou ser maior do que a probabilidade de entrega do mesmo, tendo em conta dois indicadores principais: (i) o facto da SPMS ter beneficiado em 2019 da possibilidade de uso do saldo e (ii) desse uso ter sido autorizado com base num pedido fundamentado por via da existência de dívidas a 31 de dezembro do ano anterior e pela verificada redução do orçamento aprovado face ao proposto, sendo que ambas as circunstâncias irão repetir-se em 2020.

Em termos gerais o ano de 2019 foi marcado por uma redução expressiva do orçamento aprovado face ao proposto em cerca de 30M€.

Se tivermos como comparativo o orçamento inicial de ambos os anos a redução é de 7,5M€, todavia, o aspeto mais significativo foi o facto desse orçamento inicial ter sido reduzido em 16M€ na componente da manutenção dos sistemas de informação em contínuo (transferência do Orçamento do Estado), verba que é usada sobretudo para as atividades estruturais da SPMS.

Tal significou um constrangimento significativo na realização dos projetos da SPMS que não foi totalmente ultrapassado pelo reforço orçamental de 11M€, ocorrido durante o ano, porque o mesmo foi utilizado sobretudo para pagamento de encargos provenientes do ano anterior.

1.2: REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC- AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 85/2016, de 21 de dezembro e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para entidade.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa

⁸ As sucessivas Leis do Orçamento do Estado têm disposto que: “Os saldos da execução orçamental de [N-1] das entidades tuteladas pelo Ministério da Saúde, excluindo as entidades referidas no número seguinte, são integrados automaticamente no orçamento da ACSS, I. P., de [N].”

e o anexo são expressas em euros, e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo.

Os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da relevância, fiabilidade, compreensibilidade, oportunidade, comparabilidade e verificabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na Nota 2, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2019 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2018.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é apresentada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Os juros de depósitos são classificados como rendimentos da atividade operacional, exceto se os mesmos estiverem relacionados com financiamentos obtidos, caso em que são classificados como rendimentos de financiamento. A empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a caixa e os seus equivalentes da demonstração de fluxos de caixa tinham a seguinte composição:

	31-12-2019	31-12-2018
Caixa	312,30	194,08
Depósitos à ordem no tesouro	2 909 504,95	2 954 357,54
IGCP - Conta geral	203 262,35	5 158,69
IGCP - Conta SITAM	384 831,06	888 095,23
IGCP - Projetos comunitários	1 905 687,34	1 830 281,29
IGCP - SPMS DL 209/2015	8 978,05	10 665,55
IGCP - Centro de Contacto SNS	-	-
IGCP - Projeto HealthID	-	-
IGCP - Projeto ehaction	181 036,07	158 369,78
IGCP - Caução Fundo Imobiliário	61 787,00	61 787,00
IGCP - Op. extraordinárias	163 923,08	-
Depósitos de garantias e cauções	59 666,94	17 179,10
Depósitos no Tesouro - Conta IGCP	59 666,94	17 179,10
Total de caixa e depósitos	2 969 484,19	2 971 730,72

Do ponto de vista da contabilidade orçamental a conta de gerência apresenta um saldo global de 2.357.575,87€. O saldo de caixa orçamental somado ao saldo de operações de tesouraria

(611.908,32€) coincide com o saldo na ótica patrimonial da contabilidade financeira (2.969.484,19€).

NOTA 2: PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

2.1: BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a base de mensuração “custo histórico”, exceto se outra base for expressamente indicada.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCP requer que o Órgão de Gestão formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados no ponto 2.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

2.2: OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

a) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se, for provável que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem e o custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o preço de compra, incluindo os direitos de importação e impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos no local e nas condições necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a empresa espera incorrer, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas.

Caso um bem do ativo fixo tangível seja adquirido através de uma transação sem contraprestação a mensuração far-se-á através do custo do bem recebido, ou, na falta deste, o

respetivo valor de mercado, com exceção dos imóveis onde se deverá utilizar o valor patrimonial tributário (VPT).

Nos termos da NCP 5, o reconhecimento inicial pelo justo valor de um bem do ativo fixo tangível adquirido a um custo nulo ou simbólico não constitui uma revalorização.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

A empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

No caso de ativos não geradores de caixa, os mesmos estão em imparidade quando a quantia escriturada do ativo excede a sua quantia recuperável de serviço. Se algum indício de provável ocorrência de uma perda por imparidade estiver presente, a empresa procede a uma estimativa formal da quantia recuperável de serviço.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Em regra, não são considerados valores residuais e as taxas utilizadas são as taxas máximas constantes no Classificado complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento do SNC-AP.

As taxas de depreciação adotadas decorrem dos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe homogénea	Anos
Grandes reparações em Edifícios	20
Equipamento básico	3 - 15
Equipamento administrativo	4 - 8
Outros ativos tangíveis	3 - 10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados. Em 2017 decidiu-se alterar a política contabilística usada em anos anteriores, passando-se a utilizar o método de cálculo por duodécimos no ano de início de funcionamento ou utilização dos elementos depreciáveis, aproveitando a implementação do novo módulo de ativos do Software Primavera. Em 2019, manteve-se esta política contabilística, utilizando-se assim o método de cálculo por duodécimos, todavia ainda subsistem fichas de ativos sujeitos a depreciação, anteriores a 2017, com o critério de cálculo anual.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Nos termos das Notas de enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional do SNC-AP, aprovadas pela Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho, os bens duradouros, que se destinam a permanecer ao serviço da entidade por períodos superiores a 1 ano, não destinados a venda, são em regra registados na Classe 4, exceto os que tenham valores individuais inferiores a 100 euros e sejam enquadráveis nas subcontas da conta 62.

b) ATIVOS INTANGÍVEIS

A empresa reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para a empresa e o seu custo ou justo valor possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos intangíveis com vida útil finita são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

A empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

No caso de ativos não geradores de caixa, os mesmos estão em imparidade quando a quantia escriturada do ativo excede a sua quantia recuperável de serviço. Se algum indício de provável ocorrência de uma perda por imparidade estiver presente, a empresa procede a uma estimativa formal da quantia recuperável de serviço.

As amortizações dos ativos intangíveis são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As licenças de software de duração igual ou inferior a um ano não são consideradas ativos intangíveis, pelo que são registadas em fornecimentos e serviços externos.



O desenvolvimento de software informático que não cumpre os requisitos de ativo intangível ou não possa ser mensurado com fiabilidade por ausência de apuramento através da contabilidade de gestão não é reconhecido como ativo intangível, logo é reconhecido como gasto do exercício.

c) RECONHECIMENTO DE GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o regime do acréscimo, independentemente da data/momento do seu pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

d) RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

O rendimento é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rendimento proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão a um nível geralmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos;
- A quantia do rendimento possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados com a transação fluam para a empresa; e
- Os gastos suportados ou a suportar relativos à transação possam ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento associado a uma prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho de uma transação possa ser estimado com fiabilidade com referência à fase de acabamento da transação à data de relato. O desfecho de uma transação pode ser estimado com fiabilidade quando todas as condições seguintes estiverem satisfeitas:

- A quantia de rendimento possa ser mensurada com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluam para a empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser mensurada com fiabilidade; e
- Os custos suportados com a transação e os custos para completar a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de caixa ou equivalentes de caixa for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal de caixa recebida ou a receber. Esta diferença é reconhecida como rendimento de juros.

Salienta-se que o reconhecimento do rendimento se encontra também restrito à obtenção de Nota de Encomenda e compromisso tal como previsto nas regras de contratação com entidades governamentais.

e) RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Nas transações sem contraprestação, uma entidade recebe recursos mas não dá como retorno qualquer retribuição ou dá apenas uma retribuição simbólica. Por exemplo, os contribuintes pagam impostos porque a lei obriga ao seu pagamento. Embora o Governo proporcione um conjunto de serviços públicos aos contribuintes, isso não é feito como contrapartida pelo pagamento de impostos.

As receitas provenientes do Orçamento de Estado assumem a natureza de transferências, que, apesar de terem como objetivo a manutenção das atividades da entidade não financiam nenhuma atividade em concreto.

Um ativo adquirido através de uma transação sem contraprestação é inicialmente mensurado pelo seu justo valor à data de aquisição.

Um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo.

Assim que a empresa satisfaz uma obrigação presente reconhecida como um passivo com respeito a um influxo de recursos proveniente de uma transação sem contraprestação, deve reduzir a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhecer uma quantia de rendimento igual a essa redução.

O momento do reconhecimento do rendimento é determinado pela natureza das condições e respetivo cumprimento. Por exemplo, se uma condição específica que a entidade deve proporcionar bens ou serviços a terceiros, ou devolver fundos não utilizados ao cedente, o rendimento é reconhecido à medida que os bens ou serviços são fornecidos.

O rendimento de transações sem contraprestação é mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela entidade.

A quantia reconhecida como um passivo é a melhor estimativa da quantia necessária para liquidar a obrigação presente à data de relato.

f) IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do período e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) da empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto financeiro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estejam disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o parágrafo 68 da NCRF 25, aplicado subsidiariamente nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o SNC -AP⁹, procede-se à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que a empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e,
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

g) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Nos termos das normas os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas apenas divulgados.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos ou potencial de serviço, caso em que não são divulgados. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço.

⁹ De acordo com as Notas de enquadramento à conta 274 – Impostos diferidos, aprovadas pela Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho “*Dado que esta conta é utilizada por um conjunto restrito de entidades no âmbito do SNC -AP, não foi criada nenhuma NCP relativa aos impostos sobre o rendimento, pelo que, nestes casos, aplica -se um dos normativos contabilísticos subsidiários (...)*”

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar praticamente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Se se tornar provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço, a entidade divulga um ativo contingente.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a empresa divulga o respetivo passivo contingente.

h) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis em quantias conhecidas de dinheiro e que sejam sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

A conciliação obrigatória entre os saldos de caixa na ótica orçamental e na ótica patrimonial, que o SNC-AP introduziu na Demonstração de Fluxos de Caixa obrigou a algumas alterações de políticas contabilística para fazer coincidir os fluxos orçamentais com os fluxos financeiros, nomeadamente ao nível do momento de contabilização das transações pagas por cartão de crédito do IGCP e ao nível do esquema contabilístico do Sistema de Informação (e cobrança) de Taxas Moderadoras (SITAM).

Também foram adotadas as novas regras de contabilização das retenções em vencimentos que deixaram de ser operações de tesouraria para passarem a ser operações orçamentais. O pagamento dos vencimentos passou a ser registado na contabilidade orçamental pelo montante líquido dos descontos efetuados aos funcionários, no momento do pagamento dos vencimentos, sendo que a restante parte da execução das rubricas económicas relacionadas com os abonos só é registada no momento do pagamento dos descontos ao Estado.

i) CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Os saldos de clientes e outras contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentados em balanço deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas que lhes sejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

j) FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentados em balanço deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas.

k) IMPARIDADE

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

l) BENEFÍCIOS DOS TRABALHADORES

A empresa reconhece em gastos os benefícios a curto prazo para os trabalhadores que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo após a dedução da quantia já paga ou de um ativo na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

m) PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando:

- A empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.



n) ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até à data de aprovação pelo Conselho de Administração. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após aquela data são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais. Os acontecimentos materiais que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota destinada a essa divulgação.

2.3: PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As NCP requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos têm como objetivo melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela empresa é apresentada no ponto 2.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

a) RECUPERABILIDADE DE SALDOS DEVEDORES DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a

determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

2.4: PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da empresa situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da empresa.

2.5: PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZAS E ESTIMATIVAS

As principais fontes de incerteza estão relacionadas com as estimativas e julgamentos que ocorrem aquando da decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos específicos, conforme acima já se descreveu.

NOTA 3: ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Rubricas (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações acumuladas (3)	Perdas por imparidade acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações acumuladas (7)	Perdas por imparidade acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6)-(7)-(8)
Ativos Intangíveis								
Programas de computador e sistemas de informação	4 732 100,66	2 869 887,00	-	1 862 213,66	4 746 714,66	4 319 024,03	-	427 690,63
Total	4 732 100,66	2 869 887,00	-	1 862 213,66	4 746 714,66	4 319 024,03	-	427 690,63

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações							Quantia escriturada final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Amortizações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	
Ativos Intangíveis									
Programas de computador e sistemas de informação	1 862 213,66	14 614,00	-	-	-	-	-1 449 137,03	-	427 690,63
Total	1 862 213,66	14 614,00	-	-	-	-	-1 449 137,03	-	427 690,63

Rubricas (1)	Adições										Total (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou troca (5)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (6)	Dação em pagamento (7)	Locação financeira (8)	Fusão, Cisão, reestruturação (9)	outras (10)		
Ativos Intangíveis											
Programas de computador e sistemas de informação	-	14 614,00	-	-	-	-	-	-	-	-	14 614,00
Total	-	14 614,00	-	-	-	-	-	-	-	-	14 614,00

Não existiram diminuições nem revalorizações.

No que respeita aos ativos intangíveis, o montante investido foi inferior às amortizações anuais, resultando numa diminuição do ativo líquido.

NOTA 4: ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

Em 31 de dezembro de 2019 a SPMS não tinha acordos enquadráveis em natureza de concessão de serviços.

NOTA 5: ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Rubricas (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Depreciações acumuladas (3)	Perdas por imparidade acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Depreciações acumuladas (7)	Perdas por imparidade acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6)-(7)-(8)
Outros ativos fixos tangíveis								
Edifícios e outras construções	105 298,78	2 983,47	-	102 315,31	1 069 634,79	38 613,49	-	1 031 021,30
Equipamento básico	3 224 818,43	784 242,75	-	2 440 575,68	5 073 841,86	1 643 745,30	-	3 430 096,56
Equipamento administrativo	7 233 406,38	5 902 318,12	-	1 331 088,26	6 631 733,33	5 517 620,34	-	1 114 112,99
Outros	328 866,35	116 705,76	-	212 160,59	509 964,85	188 727,79	-	321 237,06
Ativos fixos tangíveis em curso	862 110,02	-	-	862 110,02	422 018,45	-	-	422 018,45
Total	11 754 499,96	6 806 250,10	-	4 948 249,86	13 707 193,28	7 388 706,92	-	6 318 486,36

Ativos Fixos Tangíveis (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações							Quantia escriturada final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Depreciações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	
Outros ativos tangíveis									
Edifícios e outras construções	102 315,31	76 538,45	887 797,56	-	-	-	-35 630,02	-	1 031 021,30
Equipamento básico	2 440 575,68	1 995 047,68	-	-	-	-	-948 687,46	(56 839,34)	3 430 096,56
Equipamento administrativo	1 331 088,26	245 562,05	-	-	-	-	-435 535,06	(27 002,26)	1 114 112,99
Outros	212 160,59	34 793,50	146 305,00	-	-	-	-72 022,03	-	321 237,06
Ativos fixos tangíveis em curso	862 110,02	594 010,99	(1 034 102,56)	-	-	-	-	-	422 018,45
Total	4 948 249,86	2 945 952,67	-	-	-	-	-1 491 874,57	-83 841,60	6 318 486,36

Ativos Fixos Tangíveis (1)	Adições										Total (12) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10) + (11)
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou troca (5)	Expropriação (6)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (7)	Doação em pagamento (8)	Locação financeira (9)	Fusão, Cisão, reestruturação (10)	outras (11)	
Outros ativos tangíveis											
Edifícios e outras construções	-	76 538,45	-	-	-	-	-	-	-	-	76 538,45
Equipamento básico	-	1 995 047,68	-	-	-	-	-	-	-	-	1 995 047,68
Equipamento administrativo	-	227 711,17	-	17 850,88	-	-	-	-	-	-	245 562,05
Outros	-	34 793,50	-	-	-	-	-	-	-	-	34 793,50
Ativos fixos tangíveis em curso	-	594 010,99	-	-	-	-	-	-	-	-	594 010,99
Total	-	2 928 101,79	-	17 850,88	-	-	-	-	-	-	2 945 952,67

Ativos Fixos Tangíveis (1)	Diminuições						Total (7) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6)
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Devolução ou reversão (4)	Fusão, Cisão, reestruturação (5)	Outras (6)		
Outros ativos tangíveis							
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	
Equipamento básico	(51 865,22)	-	-	-	(4 974,12)	(56 839,34)	
Equipamento administrativo	-	(5 162,20)	-	-	(21 840,06)	(27 002,26)	
Outros	-	-	-	-	-	-	
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	
Total	(51 865,22)	(5 162,20)	-	-	(26 814,18)	(83 841,60)	

O exercício de 2019 caracterizou-se por um nível de investimento inferior ao ano anterior, tendo a SPMS investido cerca de 2,9M€.

Tendo em conta que o volume das amortizações foi inferior ao investimento, o montante do ativo líquido sofreu um acréscimo em conformidade.

NOTA 6: LOCAÇÕES

A SPMS tem ao seu serviço viaturas abrangidas por contratos de locação operacional. No quadro seguinte apresentam-se todos os contratos com execução em 2019 ou celebrados em 2019 com execução em anos seguintes:

Bens Locados (1)	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos (4)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (5)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Viaturas - Contrato 20180359.LT1	21 375,87	6 735,72	-	9 525,38	-	-	11 850,49	-	11 850,49	11 850,49
Viaturas - Contrato 20180359.LT2	42 753,05	13 471,44	-	13 471,44	-	-	29 281,61	-	29 281,61	29 281,61
Viaturas - Contrato 20180790	6 148,77	1 935,86	-	5 905,09	-	-	243,68	-	243,68	243,68
Printing - Contrato 20190172	221 400,00	26 654,67	-	26 654,67	-	-	194 745,33	-	194 745,33	194 745,33
Total	291 677,69	48 797,69	-	55 556,58	-	-	236 121,11	-	236 121,11	236 121,11

NOTA 7: CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 2019 a SPMS não deteve produtos financeiros com a natureza de empréstimos obtidos.

NOTA 8: PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 2019 a SPMS não deteve propriedades de investimento.

NOTA 9: IMPARIDADE DE ATIVOS

Não se verificaram perdas por imparidade em ativos não geradores de caixa no período de relato.

Foi registada uma imparidade relativamente à totalidade da dívida de um cliente em virtude do incumprimento de um acordo de regularização de dívida, o qual foi estabelecido após inúmeras diligências no sentido do recebimento. Considerando que a imparidade reconhecida ultrapassa o limite fiscal, este registo gerou um ativo por impostos diferidos (ver nota 35).

Ativo (1)	Natureza (2)	Quantia bruta (3)	Imparidade acumulada (4)	Quantia recuperável (5) = (3) - (4)	Modelo utilizado (6)
Dívidas de clientes	Gerador de caixa	4 870,80	4 870,80	0,00	Justo valor - Julgamento
Total		4 870,80	4 870,80	-	

NOTA 10: INVENTÁRIOS

Em 2019 a SPMS não deteve quaisquer inventários.

NOTA 11: AGRICULTURA

Em 2019 a SPMS não deteve quaisquer ativos biológicos.

NOTA 12: CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Em 2019 a SPMS não obteve quaisquer rendimentos de contratos de construção.

NOTA 13: RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Quando o desfecho de uma transação que envolva a prestação de serviços puder ser estimado com fiabilidade, o rendimento associado à transação é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato.

No caso dos serviços prestados no âmbito do Contrato-Programa ou no âmbito de contratos que envolvam a entrega de comprovativos da realização dos serviços (entregáveis), bem como a aceitação por parte do cliente, o rendimento é reconhecido à medida da realização e envio desses “entregáveis”. Todavia, em termos práticos e como a validação do cliente ocorre normalmente num curto espaço de tempo (até 15 dias) o reconhecimento do rendimento pode ser registado à medida da faturação dos “entregáveis aceites”.

Os serviços prestados e reconhecidos nos últimos dois exercícios económicos foram os seguintes:

	2019	2018	Varição
Prestações de serviços:			
Contrato-Programa ACSS	21 477 561,61	15 678 444,74	5 799 116,87
Serviços Partilhados	1 303 481,13	2 886 851,39	(1 583 370,26)
Área de Compras	1 016 347,25	1 371 407,00	(355 059,75)
	23 797 389,99	19 936 703,13	3 860 686,86

Como se pode verificar, existiu um aumento dos rendimentos gerados por via do Contrato-Programa da SPMS e uma diminuição da componente de serviços partilhados.

O aumento do rendimento gerado pelo Contrato-Programa deve-se sobretudo ao aumento da capacidade de execução do mesmo por via da inclusão do licenciamento, área que tradicionalmente é financiada diretamente pelo Orçamento do Estado, mas que pela redução dessa componente, transitou para o Contrato-Programa.

A componente de serviços partilhados reduziu em virtude da cessação de alguns contratos que não foram renovados.

A repartição por linhas de serviço do contrato-programa foi a seguinte:

Contrato-Programa ACSS	Montante
CP - Racionalização de compras	1 732 600,00
CP - Sistemas de Financiamento e Prest. de Saúde	494 914,19
CP - Sistemas Financeiros	255 275,05
CP - Sistemas Recursos Humanos	579 205,12
CP - Sistemas de Informação Hospitalares	2 860 882,55
CP - Sistemas de Informação Cuidados de Saúde Prim	676 133,80
CP - Sistemas Centrais Transversais	5 145 408,87
CP - Projetos Internacionais	315 000,04
CP - Projetos Iniciativas Estruturais	1 093 185,91
CP - Serviços de Comunicação e Imagem	442 000,00
CP - Serviços de Telesaude	451 250,00
CP - Serviços Financeiros Partilhados	200 674,83
CP - Apoio Interno ACSS	31 031,25
CP - PRESI-CSP	200 000,00
CP - Licenciamento e Comunicação	7 000 000,00
	<u>21 477 561,61</u>

Em 2019, os rendimentos provenientes dos serviços partilhados foram os seguintes:

Serviços Partilhados	Montante
ARS Centro	32 936,30
ACSS	4 824,00
INSA	78 140,35
ARS Norte	123 230,48
Direção-Geral da Saúde	1 040 000,00
ULSAM	24 350,00
	<u>1 303 481,13</u>

No que respeita à área de negócio compras, a discriminação é a seguinte:

Serviços Área de compras	Montante
Direção-Geral da Saúde	550 372,92
CHUC	57 416,80
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	314 557,53
IASAUDE	28 000,00
SAUDAÇOR	66 000,00
	<u>1 016 347,25</u>

NOTA 14: RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos de transações sem contraprestação contemplam as transferências correntes do Orçamento do Estado e os subsídios provenientes de fundos comunitários. Ambas as situações foram consideradas como tendo condições associadas:

Tipo de Rendimento (1)	Rendimento do período reconhecido em (2)		Quantias por receber (3)		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Transferências com condição	36 829 270,10	-	2 886 029,74	3 412 008,23	-
Subsídios com condição	312 995,56	-	-	168 155,74	163 923,08
Total	37 142 265,66	0,00	2 886 029,74	3 580 163,97	163 923,08

A partir do exercício de 2016 a SPMS passou a receber transferências correntes diretamente do Orçamento do Estado.

Em 2019, o ponto 38 do mapa anexo ao artigo 8.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, dispunha o seguinte: *“Transferência de verbas da ACSS, I. P., para os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), até ao limite de 24 000 000 € destinada a financiar os serviços de manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do SNS, até ao limite de 2 392 894 €, destinada a financiar o Centro de Conferência e Monitorização do SNS, e até ao limite de 8 266 844 €, destinada a financiar o Centro de Contacto do SNS.”*

A aferição da existência de uma condição, nos termos da NCP 14, funda-se no disposto no n.º 3 do artigo 172.º da proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2020, nomeadamente a obrigação de entrega do saldo, pois tal revela uma condição de utilização de recursos¹⁰, constante naquele diploma: *“Os saldos da execução orçamental de 2019 das entidades tuteladas pelo Ministério da Saúde, (...), são integrados automaticamente no orçamento de 2020 da ACSS, I. P..”*.

Ao contrário dos anos anteriores, foi reconhecida a totalidade da receita como rendimento, não tendo sido considerado o saldo orçamental como um “não rendimento”.

Esta alteração decorre da ponderação da probabilidade de uso do saldo que se estimou ser maior do que a probabilidade de entrega do mesmo, tendo em conta dois indicadores principais: (i) o facto da SPMS ter beneficiado em 2019 da possibilidade de uso do saldo de 2018, abrindo um precedente e (ii) desse uso ter sido autorizado com base num pedido fundamentado por via da existência de dívidas a 31 de dezembro do ano anterior e pela verificada redução do orçamento aprovado face ao proposto, sendo que ambas as circunstâncias irão repetir-se em 2020.

A condição de utilização de recursos referente às transferências do Orçamento do Estado encontra-se cumprida a 31 de dezembro de 2019 com exceção do respetivo saldo orçamental. No que respeita às verbas recebidas de fundos comunitários, também se considera que as

¹⁰ A componente não executada do orçamento, leia-se recebida e não paga, é obrigatoriamente devolvida, logo, não cumpre a condição de uso dos recursos atribuídos e consequentemente os requisitos para reconhecimento de um rendimento.

condições para a sua obtenção foram observadas, e os rendimentos obtidos no respeito pelo princípio da especialização dos exercícios, sem prejuízo de eventuais restituições decorrentes de processos de auditoria ou outras avaliações similares pelas autoridades competentes cuja probabilidade é reduzida.

O detalhe das transferências e subsídios correntes obtidos é o seguinte:

	2019	2018	Variação
Transferências correntes			
ACSS - transferências do OE	26 760 747,34	39 896 056,97	(13 135 309,63)
ACSS - Centro de Contacto do SNS	8 497 617,28	10 333 131,45	(1 835 514,17)
ACSS - Centro de Controlo e monitorização do SNS	1 570 905,48	-	1 570 905,48
	36 829 270,10	50 229 188,42	(13 399 918,32)
Subsídios correntes			
Portugal 2020 - FEDER	189 594,42	-	189 594,42
ESPDint	88 315,42	-	88 315,42
JaseHN	21 097,05	46 000,00	(24 902,95)
Outros Financiamentos	8 317,99	9 106,44	(788,45)
Transferências de Outras entidades	5 435,00	-	5 435,00
EURO-CAS	235,68	1 737,50	(1 501,82)
eHaction		158 369,78	(158 369,78)
E-SENS		54 560,20	(54 560,20)
EPSOS		13 183,00	(13 183,00)
Trillium II		3 298,75	(3 298,75)
Value e Health		850,72	(850,72)
ESTANDARDS		286,78	(286,78)
	312 995,56	287 393,17	25 602,39
	37 142 265,66	50 516 581,59	(13 374 315,93)

A SPMS beneficiou de um reforço de 11M€ em 2019, sendo que a maior parte desse montante foi canalizado para o pagamento de dívidas que estavam classificadas em receitas próprias (transações com contraprestação). O reforço efetivo em receitas gerais foi de 2,7M€:

ACSS - transferências do OE	Montante
Montante transferido por duodécimos	24 000 000,00
Reforço orçamental	2 760 747,34
	26 760 747,34

NOTA 15: PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

No final de cada exercício são revistas as análises subjacentes, de forma a refletirem a melhor estimativa dos passivos da empresa na data do balanço, tendo em conta os factos conhecidos à data.

Em 31 de dezembro de 2019, as provisões reconhecidas são detalhadas como segue:



Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (11)=(2)+(6)-(10)
		Reforços (3)	Aumentos da quantia descontada (4)	Outros aumentos (5)	Total dos aumentos (6)=(3)+(4)+(5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outras diminuições (9)	Total das diminuições (10)=(7)+(8)+(9)	
Processos judiciais em curso	250 708,11	4 176 796,82	-	-	4 176 796,82	-	11 962,81	-	11 962,81	4 415 542,12
Total	250 708,11	4 176 796,82	-	-	4 176 796,82	-	11 962,81	-	11 962,81	4 415 542,12

A 31 de dezembro de 2019 a SPMS manteve constituídas provisões no montante de 4.415.542,12€, no âmbito de processos judiciais em curso, de acordo com avaliação da probabilidade de exfluxos financeiros, sendo esta quantificada com o auxílio do patrocínio jurídico dos respetivos processos, de acordo com as políticas contabilísticas em vigor.

Nº Proc. em Tribunal	Área de Direito	Parte Contrária	Valor Da Acção	Posição Atual da Acção	Contingências Associadas	Cobertura de Seguro ou Outros Mecanismos de Transferência de Responsabilidade	Estimativa Final de Responsabilidade
2983/14.4BELSB - 12571/15	Contencioso Pré-Contratual	Vodafone Portugal - Com. Pessoais, S.A.	233 532,00 €	Apresentada contestação a 15.10.2018. Apresentada Réplica pela Vodafone a 13.11.2018.	Perdas prováveis	Não aplicável.	236 316,60 €
Proc. n.º 1863/18.9BELSB	Contencioso Pré-Contratual	Eduardo Serra Jorge & Maria José Garcia	14 499,37 €	Em 30.09.2019, a SPMS interpôs recurso jurisdicional. Em 22.10.2019, a Autora apresentou as suas contra-alegações, aguardando o processo os ulteriores termos. Gasto provável: Indemnização à Autora, no valor de EUR 2k, mais custas finais, no valor aprox. de EUR 750. Gasto possível: Indemnização à Autora, no valor aprox. de EUR 12.5k.	Perdas prováveis	Não aplicável.	2 750,00 €
Proc. n.º 464/19.9T8LSB	Ação de Processo Comum	Ana Sofia Mendes de Sampaio	22 812,50 €	Depoimento de parte de representante da SPMS e a inquirição das testemunhas da SPMS decorreu a 13 e 14.01.2020. Gasto possível: EUR 22k.	Perdas prováveis	Não aplicável.	22 812,50 €
Proc. n.º 1274/18.6T8VFX	Ação de Processo comum	Carla Cristina Guerreiro Cunha	101 335,74 €	Acórdão da Conferência da Relação de Lisboa que confirmou a Decisão Singular do Desembargador Relator relativa à prescrição de créditos invocada p/ SPMS. (Desfavorável à SPMS). Cabe recurso para o STJ Gasto possível: EUR 101k, mais custas finais. Gasto possível: EUR 101k, mais valor de custas finais.	Perdas prováveis	Não aplicável.	101 335,74 €
Proc. n.º 923/19.3BELSB	Ação Administrativa	Eduardo Serra Jorge & Maria José Garcia - Soc. Adv.	52 327,28 €	Em 13.09.2019, a Autora apresentou réplica, aguardando o processo os ulteriores termos. Gasto possível: Indemnização à Autora no valor aprox. de EUR 52.5K	Perdas prováveis	Não aplicável.	52 327,28 €
Proc. n.º 130/19.5BELSB	Ação Administrativa	ITEN SOLUTIONS - Sistemas de Informação, S.A	Nd	Audiência preliminar realizada a 21.01.2020	Perdas prováveis	Não aplicável.	4 000 000,00 €
4 415 542,12 €							

O principal processo judicial em curso gerou o reconhecimento em 2019 de uma provisão no montante de 4M€. Trata-se da ação judicial intentada pela "ITEN SOLUTIONS – Sistemas de Informação, S.A." (ITEN), no âmbito do «Contrato para Aquisição de Serviços de Manutenção de Licenciamento Microsoft – Contrato n.º 47/2018» celebrado com a SPMS a 9 de março de 2018.

Apesar da SPMS ter cumprido escrupulosamente todos os trâmites legais em vigor no âmbito do procedimento aquisitivo e atuado com a diligência possível face aos inúmeros constrangimentos ocorridos, não foi possível obter o indispensável visto do Tribunal de Contas a tempo de abranger o período imediatamente seguinte ao *terminus* do contrato anterior.

Considerando que o período de licenciamento abrangido pelo contrato anterior havia terminado em 1 de outubro de 2017, a autora do processo reclama precisamente o período de

licenciamento Microsoft em que as licenças foram ‘disponibilizadas’ ao Ministério da Saúde mas não estavam abrangidas contratualmente.

As provisões que foram desreconhecidas face ao ano anterior respeitam a processos que tiveram sentenças proferidas e decisões favoráveis à SPMS ou cujas responsabilidades já foram pagas.

Apresentam-se de seguida dois quadros com os processos considerados passivos contingentes com referência a 31 de dezembro de 2019:

Nº Proc. em Tribunal	Área de Direito	Parte Contrária	Valor Da Acção	Posição Atual da Acção	Contingências Associadas	Cobertura de Seguro ou Outros Mecanismos de Transferência de Responsabilidade	Estimativa Final de Responsabilidade
Proc. n.º 3125/13.9BELSB	Ação Administrativa Comum	GFI Portugal - Tecnologias de Informação SA	35 261,68 €	Apresentada contestação pela SPMS a 30.01.2014. Despacho saneador 13.05.2019. Valor da acção: €35.261,68 + €734,40, + eventuais quantias a liquidar em sede de Conta final de processo; sem prejuízo de retificação da Nota de Custas de Parte, 10 dias após a notificação da Conta final de processo.	Perdas possíveis	Não aplicável.	35 996,08 €
2061/14.6BELSB	Ação Administrativa Especial	PT Comunicações, S.A./ MEO	11 759 988,00 €	Em 30.10.2018, a MEO interpôs recurso do despacho que indeferiu a reclamação e o pedido de esclarecimentos, tendo a SPMS apresentado as respetivas contra-alegações em 20.11.2018. O Tribunal Central Administrativo Sul decidiu rejeitar, por inadmissibilidade do recurso interposto pela MEO. O processo prossegue no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, estando designado o dia 10.01.2020 para audiência da a de julgamento.	Perdas remotas	Não aplicável.	11 759 988,00 €
Proc. n.º 2189/14.2BELSB	Ação Administrativa Especial	Onitelecom	30 000,01 €	Por despacho de 09.02.2017, foi determinada a suspensão da instância até ao trânsito em julgado da decisão a proferir no processo n.º 2061/14.6BELSB, a correr termos no Tribunal Administrativo de Círculo. Aguarda-se decisão final, que terá lugar após a prolação da decisão no referido processo.	Perdas possíveis	Não aplicável.	30 000,01 €
Proc. n.º 919/17.0BELSB	Ação Administrativa	Novartis	30 000,01 €	Apresentadas contra-alegações de recurso pela SPMS. Apresentada resposta ao Parecer do Ministério Público pela Novartis a 19.03.2018.	Perdas possíveis	Não aplicável.	30 000,01 €
Proc. n.º 1799/17.0BELSB	Ação Administrativa	Ana Maia de Andrade Tavares	30 000,01 €	Apresentada contestação pela SPMS a 13.11.2017. Apresentada Réplica pela Autora.	Perdas possíveis	Não aplicável.	30 734,41 €
Proc. n.º 1863/18.9BELSB	Contencioso Pré-Contratual	Eduardo Serra Jorge & Maria José Garcia	12 500,00 €	Em 30.09.2019, a SPMS interpôs recurso jurisdicional. Em 22.10.2019, a Autora apresentou as suas contra-alegações, aguardando o processo os ulteriores termos. Gasto provável: Indemnização à Autora, no valor de EUR 2k, mais custas finais, no valor aprox. de EUR 750. Gasto possível: Indemnização à Autora, no valor aprox. de EUR 12.5k.	Perdas possíveis	Não aplicável.	12 500,00 €
Proc. n.º 834/18.0BESNT	Contencioso Pré-Contratual	Strong Charon	30 000,01 €	O Tribunal determinou, oficiosamente, a realização de perícia singular, para a qual foi nomeado engenheiro informático indicado pela Ordem dos Engenheiros. Aguarda-se realização da perícia.	Perdas possíveis	Não aplicável.	30 000,01 €



Nº Proc. em Tribunal	Área de Direito	Parte Contrária	Valor Da Acção	Posição Atual da Acção	Contingências Associadas	Cobertura de Seguro ou Outros Mecanismos de Transferência de Responsabilidade	Estimativa Final de Responsabilidade
Proc. n.º 119/19.4BELSB	Ação Administrativa	Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, SA	140 677,12 €	Apresentado ao tribunal acordo de transação pelas partes, para extinguir o processo, em 11.12.2019. Valor da acção €139.427,62; €1.249,50. Custas eventualmente em dívida a julgo a suportar pela A. e pelas RR. em partes iguais, nos termos do artigo 8.º de Transação de 11.12.2019., mediante o qual as Partes prescindem ainda de custas de parte.	Perdas possíveis	Não aplicável.	140 677,12 €
Proc. n.º 1306/19.0BESNT	Contencioso Pré-Contratual	BRISTOL-MYERS	1 000,00 €	Em 17.12.2019, a SPMS apresentou contestação. Em 31.12.2019, as Autoras apresentaram a réplica, aguardando o processo os posteriores termos. Gasto possível: custas finais, no valor aprox. de EUR 1k.	Perdas possíveis	Não aplicável.	1 000,00 €
Proc. n.º 1389/19.3BELSB	Contencioso Pré-Contratual	DIMOR LUSITANA	42 500,00 €	Em 29.11.2019, a SPMS apresentou resposta à posição apresentada pela Contrainteressada PROCLINICA - Equipamentos e Produtos Clínicos Lda., aguardando o processo os posteriores termos. Gasto possível: custas finais, no valor aprox. de EUR 1k.	Perdas possíveis	Não aplicável.	42 500,00 €
Proc. n.º 61/19.9BESNT	Contencioso Pré-Contratual	Foamy Sparkle, Lda.	1 844 773,88 €	A Autora apresentou alegações a 01.07.2019 e a SPMS em 02.07.2019. Aguarda-se prolação da sentença.	Perdas possíveis	Não aplicável.	1 844 773,88 €
Proc.n.º 561/19.0BELSB	Contencioso Pré-Contratual	MEO, S.A.	307 864,32 €	A SPMS apresentou as suas contra-alegações em 20 de agosto de 2019. Aguarda-se a prolação de acórdão do TCA Norte. Por acórdão de 10 de dezembro de 2019, foi negado provimento ao recurso e confirmada a sentença recorrida, entretanto já transitado em julgado.	Perdas possíveis	Não aplicável.	307 864,32 €
Proc.n.º 1072/19.0BELSB	Contencioso Pré-Contratual	ACIN - Icloud Solutions, Lda.	94 166,67 €	Por sentença de 23 de novembro de 2019, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal julgou a ação improcedente.	Perdas possíveis	Não aplicável.	94 166,67 €
Proc.n.º 1429/19.6BELSB	Contencioso Pré-Contratual	NOS Comunicações, S.A.	30 000,01 €	Por sentença de 26 de novembro de 2019 a ação foi julgada improcedente, entretanto já transitada em julgado.	Perdas possíveis	Não aplicável.	30 000,01 €
Proc.n.º 2499/19.2BELSB	Contencioso Pré-Contratual	Grupo 8- Vigilância e Prevenção Eletrónica, Lda.	793 748,67 €	Foi apresentada a contestação	Perdas possíveis	Não aplicável.	793 748,67 €
Proc. n.º 2432/19.1BELSB	Contencioso Pré-Contratual	Prestibel - Empresa de Segurança SA	Nd	Foi apresentada a contestação	Perdas possíveis	Não aplicável.	Nd
Proc. n.º 2476/19.3BELSB	Contencioso Pré-Contratual	Prestibel - Empresa de Segurança SA	323 238,38 €	Foi apresentada a contestação	Perdas possíveis	Não aplicável.	323 238,38 €
Proc.º 2461/19.5BELSB	Contencioso Pré-Contratual	Prestibel - Empresa de Segurança SA	285 103,18 €	Foi apresentada a contestação	Perdas possíveis	Não aplicável.	285 103,18 €
Proc.n.º 2406/19.2BELSB	Ação Administrativa	ESTEC – Engenharia e Soluções Técnicas, Lda.	294 866,97 €	Foi apresentada a contestação	Perdas possíveis	Não aplicável.	294 866,97 €
	Contratos de prestação de serviços para a exploração do Centro de Atendimento do SNS com a DGS.	MEO – Serviços de Comunicação e Multimédia, S.A.	285 000,00 €	Existe risco de diferendo judicial e contingência no valor aproximado de EUR 285.000.	Perdas possíveis	Não aplicável.	285 000,00 €
	Consórcio discorda do acionamento do seguro-caução no valor de EUR 340.000 para regularização da utilização do software da CAPITA	LCS, Optimus e Teleperformance em Consórcio	340 000,00 €	Existe risco de diferendo judicial e contingência no valor aproximado de EUR 340.000.	Perdas possíveis	Não aplicável.	340 000,00 €

A SPMS realizou um depósito caução junto do IGCP no montante de 61.787,00€, a favor do Fundo Aberto de Investimento Imobiliário – AF Portfólio Imobiliário, para garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações assumidas no âmbito do contrato de arrendamento para fins não comerciais, das instalações da Avenida 5 de outubro.

No âmbito dos ativos contingentes, importa divulgar ainda duas reposições abatidas nos pagamentos, provenientes da Direção-Geral da Saúde no âmbito da transferência do Centro de Contacto do SNS24, no montante de 482.162,10€ e 81.466,34€, referentes a incumprimentos do operador do Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde, que ainda não foram executadas.

No período findo em 31 de dezembro de 2019 a empresa tinha em sua posse cauções tituladas por documentos, designadamente garantias bancárias, seguros de caução ou depósitos-caução



à ordem da SPMS, prestados por terceiros, no âmbito de contratos de aquisição de bens e serviços e de empreitadas, no montante total de 3.919.554,08 euros, conforme se discrimina nos próximos 3 quadros:

Cauções tituladas por documentos - Garantias Bancárias, Seguros-Caução ou Depósitos-Caução

Posição a: 31/12/2019

Empresa	Número	Entidade emissora	Data de emissão	Processo de compra associado	Montante
ALTRAN - Altranportugal, SA	403930	NOVO BANCO	05/06/2017	20170008	79 799,88 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	405668	NOVO BANCO	01/01/2018	20170357	14 998,19 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	407673	NOVO BANCO	22/05/2018	20180115	5 629,89 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	410554	NOVO BANCO	11/03/2019	20190072	7 796,06 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	410669	NOVO BANCO	11/03/2019	20190037	6 927,82 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	410670	NOVO BANCO	18/03/2019	20190035	5 755,00 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	410671	NOVO BANCO	18/03/2019	20190018	11 432,96 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	410672	NOVO BANCO	11/03/2019	20190101	4 936,80 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	410779	NOVO BANCO	18/03/2019	20190083	9 002,40 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	410780	NOVO BANCO	20/03/2019	20190036	7 392,00 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	410781	NOVO BANCO	20/03/2019	20180503	11 659,65 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	412408	NOVO BANCO	09/09/2019	20190088.LT1	11 663,87 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	4111484	NOVO BANCO	28/05/2019	20190182	6 668,93 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	411482	NOVO BANCO	28/05/2019	20190043	7 700,00 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	411483	NOVO BANCO	28/05/2019	20190174	7 151,69 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	411760	NOVO BANCO	31/08/2019	20190062.LT2	3 252,12 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	411761	NOVO BANCO	31/08/2019	20190148.LT1	4 559,54 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	411796	NOVO BANCO	31/08/2019	20190148.LT2	6 063,55 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	412001	NOVO BANCO	31/08/2019	20190023.LT1	3 309,41 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	412024	NOVO BANCO	31/08/2019	20190161	4 539,94 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	412044	NOVO BANCO	31/08/2019	20190023.LT2	1 563,35 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	412282	NOVO BANCO	31/08/2019	20190196	11 810,30 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	412373	NOVO BANCO	31/08/2019	20190120	3 784,00 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	412374	NOVO BANCO	31/08/2019	20190190	6 301,15 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	412688	NOVO BANCO	24/10/2019	20190281.LT3	1 571,33 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	412689	NOVO BANCO	24/10/2019	20190281.LT4	2 916,08 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	N00408797	NOVO BANCO	28/08/2018	20180375	2 215,58 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	N00408890	NOVO BANCO	06/09/2018	20180320	3 630,22 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	N00409194	NOVO BANCO	09/10/2018	20180400	7 893,60 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	N00409266	NOVO BANCO	16/10/2018	20180399	7 288,60 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	N00409422	NOVO BANCO	30/10/2018	20180383	5 902,51 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	N00409423	NOVO BANCO	30/10/2018	20180296	9 962,54 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	N00409437	NOVO BANCO	02/11/2018	20180382	6 846,84 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	N00409499	NOVO BANCO	07/11/2018	20180378	8 580,99 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	N00409662	NOVO BANCO	15/11/2018	20180381	5 235,91 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	N00409770	NOVO BANCO	04/12/2018	20190016	11 520,00 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	N00409770	NOVO BANCO	04/12/2018	20190017	8 440,32 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	N00409895	NOVO BANCO	17/12/2018	20190006	4 511,04 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	N00409895	NOVO BANCO	17/12/2018	20190071	4 878,00 €
ALTRAN - Altranportugal, SA	N00409896	NOVO BANCO	17/12/2018	20190005	9 604,80 €
Transporte:					344 696,86 €



Empresa	Número	Entidade emissora	Data de emissão	Processo de compra associado	Montante
A transportar:					344 696,86 €
Ambisig-Ambiente e Sist.Infor.Geográfica, SA	00125-02-2164863	MILLENNIUM	31/08/2019	20190123	6 387,20 €
António Franco - Instalações Elétricas, Unipessoal	411758	NOVO BANCO	31/08/2019	20190027	4 749,50 €
ARFUS- Sociedade de Construções, SA	100019088/200	COSEC	24/05/2018	20180061	13 972,70 €
Axianseu Digital Solutions, S.A.	9623004880025890	SANTANDER	20/08/2018	20180044	44 893,86 €
BABEL IBÉRICA, S.A.	10310	CGD	20/03/2019	20190041	8 860,54 €
BABEL IBÉRICA, S.A.	10343	CGD	20/03/2019	20180597	3 358,08 €
BABEL IBÉRICA, S.A.	10376	BABEL	04/10/2018	20180235	6 406,11 €
Cadimarte-Construções, Lda	77/2018-P	EUROBIC	14/03/2018	20170479	29 995,00 €
CILNET - Comunicações e Projectos Especiais SA	100018635/200	COSEC	01/01/2018	20170401	12 373,88 €
CLECE, S.A.	100018434/200	COSEC	01/01/2018	20170386	17 499,69 €
EPIMETHEUS Serviços de Gestão, SA	10998	CGD	06/11/2018	20180362	4 875,55 €
EVERIS PORTUGAL, SA	100018370/200	COSEC	01/01/2018	20170318.LT3	10 851,55 €
EVERIS PORTUGAL, SA	100018985/200	COSEC	16/04/2018	20180048	13 038,96 €
EVERIS PORTUGAL, SA	100019051/200	COSEC	11/05/2018	20180006	40 990,48 €
EVERIS PORTUGAL, SA	100019972/200	COSEC	11/03/2019	20190067.LT2	9 834,88 €
EVERIS PORTUGAL, SA	100020148/200	COSEC	20/03/2019	20190107	43 174,56 €
First Solutions - Sistemas de Informação S.A	00125-02-2137803	MILLENNIUM	11/12/2018	20180498	38 290,73 €
GFI Portugal - Tecnologias de Informação SA	00125-02-2017238	MILLENNIUM	01/01/2018	20160088	10 400,00 €
GFI Portugal - Tecnologias de Informação SA	00125-02-2057435	MILLENNIUM	02/05/2017	20160443	54 935,04 €
GFI Portugal - Tecnologias de Informação SA	00125-02-2110181	MILLENNIUM	28/05/2018	20160443	20 656,81 €
GFI Portugal - Tecnologias de Informação SA	00125-02-2163579	MILLENNIUM	30/05/2019	20190047	6 956,49 €
GFI Portugal - Tecnologias de Informação SA	00125-02-2174460	MILLENNIUM	31/08/2019	20190239	9 350,00 €
Glintt Healthcare Solutions, SA	9623004880028020	SANTANDER	29/04/2019	20190077	17 073,17 €
Glintt Healthcare Solutions, SA	962300488025256	SANTANDER	25/05/2018	20180078	15 372,00 €
Glintt Healthcare Solutions, SA	N00409011	NOVO BANCO	19/09/2018	20180293	5 551,40 €
Global Person, Lda.	2018-3020-669422	C. AGRÍCOLA	15/11/2018	20180531	14 992,54 €
IDW - Consultoria em Serviços de Informação, Lda	2534.002866.993	CGD	22/07/2019	20190198	11 428,24 €
Informantem - Informática e Manutenção, SA	962300488025693	SANTANDER	24/07/2018	20180227	16 464,81 €
ITEN Solutions - Sistemas Informação SA	00125-02-2137992	MILLENNIUM	12/12/2018	20180476	5 307,12 €
ITEN Solutions - Sistemas Informação SA	00125-02-2151564	MILLENNIUM	21/12/2018	20190118	6 048,00 €
ITEN Solutions - Sistemas Informação SA	962300488024922	SANTANDER	06/04/2018	20180003	537 997,29 €
ITEN Solutions - Sistemas Informação SA	962300488028740	SANTANDER	31/08/2019	20190133	145 152,00 €
ITEN Solutions - Sistemas Informação SA	GAR/18301661	BPI	25/09/2018	20180239	3 700,00 €
ITEN Solutions - Sistemas Informação SA	GAR/18301752	BPI	10/10/2018	20180249	3 717,87 €
ITEN Solutions - Sistemas Informação SA	N00409008	NOVO BANCO	19/09/2018	20180270	5 702,00 €
Liferay, S.L.	962300482027048	SANTANDER	25/02/2019	20180696	13 078,13 €
Link Consulting - Tecnologias de Informação S.A.	4042609	NOVO BANCO	25/01/2017	20160457	16 745,00 €
Link Consulting - Tecnologias de Informação S.A.	100018854/200	COSEC	05/03/2018	20180062	17 000,00 €
Link Consulting - Tecnologias de Informação S.A.	402608	NOVO BANCO	01/01/2018	20160453	17 000,00 €
Link Consulting - Tecnologias de Informação S.A.	411970	NOVO BANCO	15/07/2019	20190049	17 479,50 €
Link Consulting - Tecnologias de Informação S.A.	412776	NOVO BANCO	25/10/2019	20190403	7 000,00 €
Transporte:					1 633 357,54 €

Empresa	Número	Entidade emissora	Data de emissão	Processo de compra associado	Montante
A transportar:					1 633 357,54 €
MATCH PROFILER - CONSULTADORIA E DESENV	11409	CGD	15/11/2018	20180355	5 016,14 €
MATCH PROFILER - CONSULTADORIA E DESENV	0326 025 C085101	CGD	18/03/2019	20190108	12 196,80 €
Maxiglobal - Equipamentos e serviços de informátic	65141130150	CGD	09/09/2019	20190282	8 407,62 €
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA	412317	NOVO BANCO	31/08/2019	20190156	2 489,87 €
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA	962300488028635	SANTANDER	09/07/2019	20190195	246 735,43 €
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA	CP 2017/110	SANTANDER	21/05/2019	CP 2017/110	1 247 205,15 €
MSFT - Software Para Microcomputadores, Lda	BGA1801049	Deutsche B	14/12/2018	20180550	12 500,00 €
NIMBLE PORTAL - SERVIÇOS E CONSULTORIA DE GESTÃO L	12799	CGD	15/10/2018	20180187	9 073,19 €
Normática-Serviços de Informática e Organização SA	00125-02-2138214	MILLENNIUM	13/12/2018	20180584	16 999,84 €
Normática-Serviços de Informática e Organização SA	00125-02-2140069	MILLENNIUM	20/12/2018	20190011	318 658,23 €
NOS Comunicações, SA	00125-02-2147614	BCP	14/02/2019	20190149	42 000,00 €
NOS Comunicações, SA	00125-02-2182326	MILLENNIUM	25/10/2019	20190428	12 000,00 €
Novabase Business Solutions, S.A.	42291	BANKINTER	25/10/2019	20190345	4 118,40 €
Novabase Business Solutions, S.A.	9623004880026770	SANTANDER	14/12/2018	20190015	10 296,00 €
Oramix - Sistemas de Informação, SA	410568	NOVO BANCO	11/03/2019	201900048	43 865,04 €
Oramix - Sistemas de Informação, SA	N00410019	NOVO BANCO	27/12/2018	20180678	16 999,25 €
OSIRIS - Viagens e Turismo, Lda.	100020547/200	COSEC	31/08/2019	20190194.LT1	28 431,00 €
OSIRIS - Viagens e Turismo, Lda.	216-43.000385-7	MONTEPIO	22/02/2018	20170477.LT2	4 250,00 €
OSIRIS - Viagens e Turismo, Lda.	216-43.000386-5	MONTEPIO	22/02/2018	20170477.LT1	14 112,50 €
SEARCHWIND - CONSULTORES DE GESTÃO, LDA	0081.015236.993	CGD	29/03/2018	20170471	22 894,74 €
SIGESA - Sistemas de Gestão de Saúde (Portugal) Un	10001080498	SABADELL	04/04/2017	20170007	16 280,00 €
SIGESA - Sistemas de Gestão de Saúde (Portugal) Un	10001150434	SABADELL	22/03/2019	20190032	17 387,77 €
Socodefili - Soc. Const. Manuel Delgado&Filhos Lda	12690	CGD	31/08/2019	20190309	3 111,32 €
SOFTVENTURE - Consultoria e Tecnologia, SA	9623004880026480	SANTANDER	08/11/2018	20180263	4 564,50 €
SolidNetworks	10368	CGD	31/08/2019	20190051	14 917,51 €
SolidNetworks	00125-02-2084209	MILLENNIUM	01/01/2018	20170101	36 502,30 €
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	100020290/200	COSEC	13/05/2019	00053_2019	14 636,80 €
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	100018120/200	COSEC	01/01/2018	20170206	14 880,40 €
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	100019722/200	COSEC	15/11/2018	20190013	10 400,00 €
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	100019793/200	COSEC	21/12/2018	20190012	5 760,00 €
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	100019801/200	COSEC	21/12/2018	20190014	5 760,00 €
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	100020037/200	COSEC	11/03/2019	20180473	10 848,10 €
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	100020094/200	COSEC	18/03/2019	20180578	16 732,80 €
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	100020097/200	COSEC	18/03/2019	20190109	2 749,50 €
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	100020116/200	COSEC	18/03/2019	20190060	14 744,84 €
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	100020481/200	COSEC	31/08/2019	20190082	12 051,50 €
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	100020703/200	COSEC	25/10/2019	20190432	6 620,00 €
Total					3 919 554,08 €

NOTA 16: EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

A moeda de apresentação é o euro.

A SPMS reconhece as transações em moeda estrangeira às taxas de câmbio nas datas das referidas transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas para as taxas de câmbio da data de fecho.

Os itens não monetários mensurados ao custo histórico por uma moeda estrangeira mantêm o valor transposto à data da transação, não sendo atualizados. Os itens não monetários mensurados ao justo valor numa moeda estrangeira são atualizados para as taxas de câmbio à data em que os justos valores foram determinados.

Por questões práticas por vezes as transações em moeda estrangeira são registadas em euros às taxas de câmbio da data do processamento do documento de suporte (fatura) e posteriormente são corrigidas pelo montante que efetivamente constituiu o exfluxo financeiro.

NOTA 17: ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

As Demonstrações Financeiras de 2019 integram a informação proveniente da proposta de Orçamento do Estado para 2020.

Em janeiro de 2020 a ACSS, através do seu ofício n.º 1844/2020/DAG/UCL/ACSS devolveu a fatura n.º 2019/601, emitida a 30/12/2019, no valor de 1.136.568,67 € alegando que as metas constantes da mesma não foram contratualizadas no âmbito do Contrato-Programa de 2019. Existe a perspetiva destes serviços serem incluídos no Contrato-Programa de 2020.

Em março de 2020, a ACSS através do seu Ofício n.º 17537/2020, de 09.03.2020, apresentou a sua análise à faturação emitida e não paga em 2019 no âmbito do Contrato-Programa no montante global de 3.902.140,84 €, onde solicita a emissão de notas de crédito no montante global de 1.842.166,28€, por discordar dos valores faturados e alegar que é condição necessária para proceder ao pagamento da diferença. A SPMS inicialmente não concordou com esta posição da ACSS, no entanto, em finais de abril de 2020 veio a aceitar a emissão de Notas de Crédito, pelo que o respetivo efeito foi incluído nas Demonstrações Financeiras, designadamente através a diminuição dos rendimentos por contrapartida de um passivo por diferimento de rendimentos.

Como é do conhecimento generalizado, a Pandemia gerada por um Coronavírus designada de COVID-19 terá impactos adversos em todos os setores da economia e em especial no setor do turismo, dos transportes e de alguns serviços, sendo que afetará a Administração Pública de forma indireta.

Neste enquadramento, tendo presente a informação disponível à presente data, o Conselho de Administração não estima efeitos materiais ao nível das demonstrações financeiras do exercício de 2019 decorrente do evento acima.

Dada a incerteza inerente a esta situação, o Conselho de Administração não consegue estimar e quantificar à presente data, os impactos futuros do Coronavírus ao nível da economia Portuguesa, ao nível das administrações públicas e, em particular, ao nível da atividade da SPMS, contudo, é possível quantificar, desde já, que 2020 terá pelo menos cerca de 3,1M€ de despesas adicionais não previstas em orçamento.

Tais gastos resultaram da imprescindibilidade de serem executados um conjunto de processos de despesa inerentes ao Covid-19, em especial face à urgência de reforçar serviços no Centro de Contacto SNS24 e nos sistemas de informação e comunicação considerados indispensáveis ao funcionamento regular e contínuo dos Hospitais e demais entidades do Universo da Saúde que relevam na matéria.

Iremos continuar a avaliar esta situação de forma cuidada ao longo do próximo exercício.

A data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão corresponde à data da reunião do Conselho de Administração onde o mesmo aprecia o Relatório e Contas deste exercício e respetiva proposta de aplicação dos resultados, com vista à sua submissão para aprovação do acionista, sendo que a mesma (data) é aposta na capa do referido relatório com a

menção “*Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de (data)*” com assinatura dos respetivos membros.

NOTA 18: INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidos pela SPMS quando esta se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Quando um ativo financeiro ou um passivo financeiro é inicialmente reconhecido, a SPMS mensura-o pelo seu justo valor. Os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro são incluídos no custo de aquisição no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja ao justo valor.

Em regra, os ativos financeiros são mensurados subsequentemente ao justo valor com reconhecimento nos resultados, no entanto certos ativos financeiros podem ser mensurados ao custo amortizado caso cumpram as condições da NCP18. Os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto se forem classificados como detidos para negociação.

Os clientes e outras contas a receber ou a pagar são exemplos de instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado.

A discriminação e explicação das contas a receber e a pagar serão expressas em notas próprias.

NOTA 19: BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais que decorram da aplicação legal.

Todo o pessoal ao serviço da SPMS foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

A rubrica de gastos com pessoal, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é detalhada conforme segue:

	2019	2018	Varição
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	242 355,55	244 163,74	(1 808,19)
Remunerações do pessoal	7 686 990,33	7 110 878,86	576 111,47
Indemnizações	34 135,49	66 648,76	(32 513,27)
Encargos sobre remunerações	1 766 109,68	1 636 144,83	129 964,85
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	41 118,75	65 255,31	(24 136,56)
Gastos de ação social	41 579,28	-	41 579,28
Outros encargos sociais	60 678,22	20 957,92	39 720,30
	9 872 967,30	9 144 049,42	728 917,88

O número de trabalhadores ao serviço da empresa durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi de 281 e 275, respetivamente (inclui o Fiscal Único).

NOTA 20: DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

A SPMS não detém controlo sobre entidades terceiras, nem é controlada diretamente por nenhuma entidade específica, pelo que não existiram transações entre partes relacionadas durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2019 as pessoas chave da gestão eram:

Cargo	Número de pessoas	Remuneração anual (vencimento + despesas de representação)	Outras remunerações e compensações	Empréstimos	Benefícios diretos e indiretos
Presidente do Conselho de Administração	1	81 766,40	na	na	na
Vogal do Conselho de Administração	2	65 413,00	na	na	na

NOTA 21: RELATO POR SEGMENTOS

A SPMS não apresenta relato por segmentos, no entanto a contabilidade de gestão apresenta informação sobre rendimentos e gastos por áreas de negócio.

NOTA 22: INTERESSES EM ENTIDADES CONTROLADAS

A SPMS não detém interesses em entidades controladas à data de balanço.

NOTA 23: CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os clientes apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2019	31-12-2018
Cientes conta corrente		
Administração Central do Sistema de Saúde, IP	6 134 921,05	12 303 749,03
Direção-Geral da Saúde	261 698,49	104 734,50
Administração Regional de Saúde do Centro, IP (ARSC, IP)	69 911,99	216 666,63
Administração Regional Saúde do Norte, IP	37 893,39	-
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	29 950,50	-
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE	24 988,68	25 056,40
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	16 388,62	22 533,20
Outras entidades	9 386,81	87 116,58
	6 585 139,53	12 759 856,34
Cientes cobrança duvidosa	4 870,80	-
Perdas por imparidade acumuladas	(4 870,80)	-
	6 585 139,53	12 759 856,34

No que respeita a antiguidade, verifica-se que a esmagadora maioria do saldo respeita a dívida a receber, ainda não vencida:

	31-12-2019	31-12-2018
Não vencido	6 435 345,66	12 608 723,95
Vencido:		
1-90 dias	124 554,98	117 368,12
91-180 dias	442,80	30 562,06
181-360 dias	590,40	1 283,41
Superior a 1 ano	29 076,49	1 918,80
Imparidades acumuladas	(4 870,80)	-
	6 585 139,53	12 759 856,34

A Dívida a receber da ACSS corresponde à totalidade da faturação emitida e não paga a 31 de dezembro de 2019. O montante das notas de crédito emitidas em 2020 referentes a parte destas faturas foi contabilizado como diferimento de rendimentos (vide nota 26).

NOTA 24: ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A composição das rubricas de “Estado e outros entes públicos” é a seguinte:

	31-12-2019		31-12-2018
	Ativo	Passivo	
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)			
Imposto corrente		(21 004,10)	(740 936,59)
Retenção na fonte	-		-
Pagamentos por Conta	628 005,00		-
	628 005,00	(21 004,10)	(740 936,59)
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)		556,89	(130 501,84)
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7 214,79		(530 679,15)
Contribuições para a Segurança Social (SS)		(149 772,33)	(156 141,79)
Caixa Geral de Aposentações		(31 665,63)	(32 869,43)
Caixa de providência		(24,36)	(24,36)
Outros		2 983,67	-
	635 219,79	(198 925,86)	(1 591 153,16)

Não obstante existirem algumas contas com saldos contranatura, os mesmos são temporários e não são materialmente relevantes, pelo que foram agregadas às rubricas do ativo ou do passivo de acordo com a sua natureza original, conforme a relação entre contas e rubricas das demonstrações financeiras determinada pelos “*Requisitos para a integração de informação orçamental e económico-financeira preparada de acordo com o SNC-AP*”, do S3CP - Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas, publicado pela UNILEO – Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental.

NOTA 25: OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os outros créditos a receber apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2019	31-12-2018
Pessoal:		
Outras operações (a)	9 387,41	7 194,97
	9 387,41	7 194,97
Devedores por acréscimo de rendimento:		
Facturação a emitir (b)	4 032 775,63	3 019 186,29
	4 032 775,63	3 019 186,29
Outros devedores:		
Outros devedores	21 967,80	96 967,80
	21 967,80	96 967,80
	4 064 130,84	3 123 349,06

(a) O montante incluído nesta rubrica corresponde a valores a receber de colaboradores da SPMS na sequência da emissão de reposições, tendo sido efetuadas as diligências necessárias para a recuperação dos montantes em causa.

(b) Nesta rubrica foram registados rendimentos referentes a 2019 cuja faturação só ocorreu ou ocorrerá em 2020.

Para cumprimento do princípio da especialização, foi reconhecido um acréscimo de rendimentos relacionado com o financiamento consignado das faturas referentes ao contrato de operação do Centro de Contacto SNS24, cujo gasto é de 2019 e a ACSS ainda não havia transferido a respetiva verba a 31 de dezembro, no valor de 3.287.147,39€, que constitui o montante mais significativo da conta devedores por acréscimos de rendimentos.

NOTA 26: DIFERIMENTOS

A rubrica em apreço apresenta a seguinte composição:

	31-12-2019		31-12-2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Diferimentos				
Rendimentos a reconhecer	-	2 028 777,65	-	4 704 619,74
Gastos a reconhecer	75 102,75	-	774 683,58	-
	75 102,75	2 028 777,65	774 683,58	4 704 619,74

A rubrica rendimentos a reconhecer inclui, no passivo, o montante de 1.842.166,29€ referente a notas de crédito emitidas em 2020 relativas a faturação do Contrato-Programa de 2019 em dívida, por parte da ACSS, a 31 de dezembro de 2019 (vide nota 23). Este passivo foi reconhecido uma vez que a emissão das notas de crédito ocorreu em data anterior à autorização para emissão das demonstrações financeiras (vide nota 17).

A rubrica rendimentos a reconhecer inclui ainda adiantamentos de fundos comunitários no montante de 186.611,36 € cujo rendimento apenas é reconhecido à medida da realização dos projetos.

A rubrica gastos a reconhecer inclui faturas recebidas de fornecedores cuja faturação ocorreu em 2019, mas a prestação efetiva do serviço só ocorre em 2020.

NOTA 27: PATRIMÓNIO/CAPITAL

O capital estatutário é de 26.260.689 euros, detido a 100% pelo Estado Português, e encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2019.

Durante o ano de 2016 ocorreu um aumento de capital no montante de 19.637.140,00 euros, determinado pelo Despacho n.º 11013/2016 dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças e da Saúde, publicado em Diário da República no dia 13 de setembro de 2016.

O aumento de capital em apreço foi subscrito e realizado apenas para fazer face à cobertura da amortização antecipada da dívida bancária resultante da transmissão das posições jurídicas dos Agrupamentos Complementares de Empresas que, neste texto, abreviadamente se têm vindo a designar de “ACE’s SOMOS”.

Em junho de 2018 ocorreu um novo aumento de capital no montante de 623.549,00 euros para fazer face exclusivamente ao pagamento de dívidas, a fornecedores e a outros credores não bancários que ainda subsistiram do aumento de capital anterior, transmitidas pelos “ACE’s SOMOS”.

A SPMS não está autorizada a usar verbas do programa saúde para financiar as dívidas provenientes dos “ACE’s SOMOS”, pelo que teve de aguardar os aumentos de capital para liquidar a totalidade das dívidas. O processo de liquidação destas dívidas ficou concluído no final de 2018.

NOTA 28: RESULTADOS TRANSITADOS, OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO E RESERVAS

O movimento registado em resultados transitados foi o seguinte:

	31-12-2019	31-12-2018	Variação
Resultados Transitados			
De períodos anteriores			
Resultados transitados	7 535 956,21	10 584 943,77	(3 048 987,56)
Resultados transitados ACES	21 816 536,08	21 816 536,08	-
Regularizações não frequentes	(4 206 506,12)	118 851,37	(4 325 357,49)
	25 145 986,17	32 520 331,22	(7 374 345,05)

O resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de 3.048.987,56 euros, foi transferido para resultados transitados.

O detalhe dos movimentos em regularizações não frequentes é o seguinte:

Detalhe dos movimentos em regularizações não frequentes	Montante
Recebimento de verbas do CCMSNS não acrescidas em 2018	1 773 393,27
Faturação de metas do CP realizadas 2017 e não acrescidas naquele ano	1 136 568,67
Guias de Receita do Portugal 2020 referentes a gastos de anos anteriores	918 424,89
Pedidos de pagamento de Fundos Comunitários referentes a gastos de exercícios anteriores	349 973,16
Utilização do saldo de gerência considerado passivo em 2018	340 218,39
Regularização de excesso de estimativa de férias e subsídio de férias em 2018	327 206,53
Financiamento de fatura da operação do Centro de Contacto SNS24 dos últimos dias de 2018 não acrescida naquele ano	170 344,37
Regularização de dívida ao Ministério da Saúde da Turquia por alteração dos pressupostos do projeto internacional Proempower	(84 006,70)
Restituições à Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP.no âmbito do Portugal 2020 referentes a anos anteriores	(606 765,09)
	4 325 357,49

NOTA 29: FORNECEDORES C/C E FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS

A dívida a fornecedores gerais em 31 de dezembro de 2019 e 2018, era a seguinte:

	31-12-2019	31-12-2018
Fornecedores Gerais		
ALTRAN - Altranportugal, SA	(814 900,46)	(2 996 223,10)
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA	(224 292,01)	(33 885,91)
GFI Portugal - Tecnologias de Informação SA	(162 635,70)	(109 057,51)
ABS - CONSULTORIA INFORMÁTICA, LDA	(140 547,18)	-
Oramix - Sistemas de Informação, SA	(131 799,96)	(150 307,23)
Cybersafe, Lda.	(112 691,68)	-
Outscope Solutions, S.A	(91 895,76)	-
Sérvulo&Associados	(71 883,11)	-
Connect International Marketing e Comunicação, Lda.	(71 340,00)	-
Xpand Solutions - Informática e Novas Tecnologias	(63 625,45)	-
Winning - Management Consulting, Lda	(58 291,26)	(123 368,08)
OSIRIS - Viagens e Turismo, Lda.	(56 832,44)	-
Glantt Healthcare Solutions, SA	(55 164,74)	(112 316,86)
Outras entidades - valores inferiores a 50.000€	(569 120,74)	(2 687 902,37)
	(2 625 020,49)	(6 213 061,06)
Fornecedores faturas em conferência		
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA	-	(2 886 182,45)
Outras entidades com valores inferiores a 50.000€	-	(85 723,05)
	-	(2 971 905,50)
	(2 625 020,49)	(9 184 966,56)

O montante em dívida em fornecedores gerais explica-se sobretudo pelas faturas da “ALTRAN – Altran Portugal, SA”, referente a diversos contratos de prestação de serviços, essencialmente subcontratados no âmbito do Contrato-Programa com a ACSS.

Importa referir que a maior parte da dívida registada respeita a faturas recebidas no final do mês de dezembro de 2019 ou já em 2020.

Em relação aos fornecedores de investimentos a dívida era a seguinte:

	31-12-2019	31-12-2018
Fornecedores de Investimentos		
Pahldata - Comércio de Equipamento de Informática	(339 953,55)	-
Informatica El Corte Inglés, SA	(183 587,09)	-
Mbit - Computadores e Serviços de Informática, SA	(28 573,64)	(3 569,29)
Julcar Mobiliário Integrado SA	(16 944,78)	-
Outras entidades	(22 268,73)	(311 847,69)
	(591 327,79)	(315 416,98)

A maturidade da dívida com referência a 31 de dezembro de 2019 era a seguinte:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Não vencido	(2 750 259,47)	(8 433 048,15)
Vencido:		
1-90 dias	(466 088,81)	(751 918,41)
91-180 dias	-	-
181-360 dias	-	-
Superior a 1 ano	-	-
	<u>(3 216 348,28)</u>	<u>(9 184 966,56)</u>

NOTA 30: OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2019, as outras contas a pagar apresentam a seguinte discriminação:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	(1 390 921,70)	(1 324 622,79)
Outros acréscimos de gastos	(1 692 144,33)	(924 372,47)
Outros credores		
Saldo de gerência	-	(340 218,39)
Cauções	(59 666,94)	(29 398,76)
Processamento SITAM	(362 015,44)	(757 706,93)
Outras contas a pagar	(1 045,17)	(23 207,89)
	<u>(3 505 793,58)</u>	<u>(3 399 527,23)</u>

A rubrica de remunerações a liquidar apresenta o montante referente a férias e subsídio de férias a liquidar aos colaboradores em 2020, mas cujo direito foi adquirido em 2019.

Em outros acréscimos de gastos estão refletidos os gastos referente a faturas de 2019 que só chegaram em 2020 ou a faturas que têm data de emissão de 2020, apesar do serviço ter sido prestado em 2019.

NOTA 31: FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica em apreço, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é detalhada conforme segue:

	2019	2018	Variação
Subcontratos e concessões de serviços	31 959 010,26	36 896 613,24	(4 937 602,98)
Trabalhos especializados	11 659 577,57	14 852 404,83	(3 192 827,26)
Conservação e Reparação	1 586 324,44	1 021 461,46	564 862,98
Rendas e alugueres	665 604,59	501 627,01	163 977,58
Deslocações e estadas	413 456,90	349 450,57	64 006,33
Electricidade	352 839,37	302 458,77	50 380,60
Limpeza, higiene e conforto	265 524,01	213 897,70	51 626,31
Vigilância e Segurança	225 377,31	199 102,07	26 275,24
Comunicação	160 300,01	158 995,08	1 304,93
Comissões	106 338,00	85 702,22	20 635,78
Publicidade, comunicação e imagem	83 793,77	518 895,93	(435 102,16)
Material de escritório	38 880,12	52 515,55	(13 635,43)
Água	24 706,75	19 619,29	5 087,46
Combustíveis e lubrificantes	13 229,68	10 845,71	2 383,97
Honorários	3 349,20	21 352,50	(18 003,30)
Outros fornecimentos e serviços externos	93 559,76	236 936,17	(143 376,41)
	47 651 871,74	55 441 878,10	(7 790 006,36)

Em 2019, verificou-se uma diminuição nos gastos com fornecimentos e serviços externos, em especial com subcontratos e trabalhos especializados, devido à diminuição do orçamento inicial da SPMS.

A conta conservação e reparação incluiu os contratos de assistência técnica, designadamente de assistência técnica a software. Nesta conta foram reconhecidos os licenciamentos de software que não cumprem os requisitos de ativo intangível designadamente os licenciamentos anuais.

As comissões respeitam aos encargos de cobrança do IGCP no âmbito do SITAM.

NOTA 32: OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição desta rubrica nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

	2019	2018	Variação
Rendimentos suplementares	152 651,57	519 452,58	(366 801,01)
Rendimentos em investimentos não financeiros	17 850,88	-	17 850,88
Correcção relativas a períodos anteriores	688,68	99 776,76	(99 088,08)
Outros não especificados	691,29	4 868,51	(4 177,22)
	171 882,42	624 097,85	624 097,85

Os rendimentos suplementares respeitam à faturação da SPMS ocorrida no âmbito do projeto de recuperação de taxas moderadoras, conhecido com SITAM.

NOTA 33: OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição desta rubrica nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

	2019	2018	Variação
Entrega de saldo de gerência	-	236 275,36	(236 275,36)
Correcções relativas a períodos anteriores	3 491,92	530 017,87	(526 525,95)
Quotizações	7 521,47	113 838,42	(106 316,95)
Impostos e taxas	16 613,02	28 665,61	(12 052,59)
Insuficiência para estimativa de impostos	311,21	5 488,88	(5 177,67)
Outros	36 254,62	20 507,00	15 747,62
	64 192,24	934 793,14	934 793,14

NOTA 34: GASTOS DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

Nos períodos findos 2019 e 2018, os gastos de depreciação e de amortização foram os seguintes:

	2019	2018	Variação
Ativos fixos tangíveis (Nota 5)	1 491 874,57	870 488,09	621 386,48
Ativos intangíveis (Nota 3)	1 449 137,03	980 743,18	468 393,85
	2 941 011,60	1 851 231,27	1 089 780,33

NOTA 35: IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), à taxa normal de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC. A derrama municipal tem vindo a fixar-se em 1,5% ao longo dos anos e, adicionalmente, os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 euros são sujeitos a derrama estadual à taxa de 3%, nos termos do mesmo Código.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, a empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no referido artigo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em

que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2015 a 2019 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da SPMS entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2019.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 podem ser reportados por um período de 12 anos.

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os que foram apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2017 podem ser reportados por um período de 5 anos.

A partir de janeiro de 2017, foram revogadas as regras de utilização de prejuízos fiscais que preveem a dedução, em primeiro lugar, daqueles que foram gerados também em primeiro lugar (critério FIFO). Sendo assim, passa a ser permitida a dedução em primeiro lugar daqueles prejuízos cujo período de reporte se esgota primeiro.

O gasto com impostos sobre o rendimento do período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhado conforme se segue:

	31-12-2019	31-12-2018
Resultado antes de impostos	(3 588 299,52)	3 791 739,21
Taxa nominal de imposto até 12.500 Euros	0,0%	0,0%
Taxa nominal de imposto superior a 12.500 Euros	0,0%	22,5%
Imposto esperado	<u>-</u>	<u>853 141,32</u>
Outras situações líquidas	0,00	-118 596,30
Tributações autónomas	<u>21 004,10</u>	<u>6 799,96</u>
Imposto sobre o rendimento	<u>21 004,10</u>	<u>741 344,98</u>
Taxa efetiva de imposto	-0,59%	19,55%
Imposto corrente	21 004,10	740 936,59
Imposto diferido	<u>(461,07)</u>	<u>-</u>
	<u>20 543,03</u>	<u>740 936,59</u>

NOTA 36: INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

O Conselho de Administração informa o seguinte:

- a) Nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro, a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora;

- b) Nos termos do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a empresa apresenta a situação regularizada perante a Segurança Social e dentro dos prazos legalmente estipulados;
- c) Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas:

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 pelo Fiscal Único relacionados com a Revisão legal das contas anuais de 2019 e demais obrigações legais, ascenderam a 16.440,24€, verba a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

CAPÍTULO IV | DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS E DE GESTÃO

1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – CONTA DE GERÊNCIA 2019

A presente secção tem por objetivo explicitar sucintamente os níveis de execução orçamental, referenciando os aspetos mais relevantes da atividade financeira da SPMS, no domínio das receitas e das despesas.

No quadro seguinte apresenta-se o resumo da execução orçamental de 2019 em comparação com o ano de 2018:

(Unid Monetária: Euros)

Resumo da execução orçamental				
Principais agregados	DEZ - 2018	DEZ - 2019	Varição	%
Previsões Corrigidas	113 549 212,00 €	101 354 360,43 € -	12 194 851,57 €	-11%
Receitas Liquidadas	131 109 545,54 €	77 677 481,02 € -	53 432 064,52 €	-41%
Liquidações anuladas	36 755 053,50 €	9 441 987,47 € -	27 313 066,03 €	0%
Recebimentos	70 564 596,02 €	73 487 573,88 €	2 922 977,86 €	4%
Dotações corrigidas	102 854 988,00 €	101 354 360,43 € -	1 500 627,57 €	-1%
Cativos ou congelamentos	3 307 374,00 €	1 905 700,00 € -	1 401 674,00 €	-42%
Compromissos assumidos	83 816 785,31 €	80 535 548,13 € -	3 281 237,18 €	-4%
Obrigações	79 188 640,00 €	75 413 751,82 € -	3 774 888,18 €	-5%
Saldo de gerência anterior	10 694 221,37 €	1 563 804,29 € -	9 130 417,08 €	-85%
Reembolsos e restituições	9 678 865,17 €	646 038,65 € -	9 032 826,52 €	0%
Recebimentos Líquidos (sem rest.)	60 885 730,85 €	72 841 535,23 €	11 955 804,38 €	0%
Recebimentos (inclui saldo)	71 579 952,22 €	74 405 339,52 €	2 825 387,30 €	0%
Pagamentos	69 409 382,84 €	72 047 763,65 €	2 638 380,81 €	4%
Saldo	2 170 569,38 €	2 357 575,87 €	187 006,49 €	

Outros indicadores	DEZ - 2018	DEZ - 2019	Varição	%
Receita por cobrar no início	5 021 994,02 €	12 759 856,35 €	7 737 862,33 €	154%
Receita por cobrar no final	12 759 856,49 €	6 590 010,38 € -	6 169 846,11 €	-48%
Compromissos por faturar	81 796,47 €	5 121 796,31 €	5 039 999,84 €	6162%
Obrigações por pagar	9 779 257,00 €	3 365 988,17 € -	6 413 268,83 €	-66%

Em 2019 houve um aumento dos recebimentos face a 2018, tendo em consideração o impacto do reforço orçamental de 11M€ que serviu essencialmente para o pagamento de dívidas provenientes do ano anterior.

Foram assumidos compromissos num montante superior ao montante dos recebimentos e o montante dos pagamentos ficou muito abaixo dos compromissos (cerca de menos 8,5M€).

A distribuição dos saldos por fonte de financiamento é a seguinte:

(Unid Monetária: Euros)

Execução orçamental DEZ19												
Principais agregados	FF: 313	FF: 319	FF:411	FF:441	FF:482	FF: 488	FF: 511	FF: 513	FF: 521	FF: 540	FF: 724	Total
Recebimentos	103 943,03 €	33 719 628,95 €	318 518,17 €	621 345,40 €	113 320,54 €	1 074 554,73 €	23 946 323,68 €	3 122 398,49 €	374 640,98 €	11 000 000,00 €	10 665,55 €	74 405 339,52 €
Pagamentos	47 077,92 €	33 670 153,48 €	130 530,14 €	- €	12 679,09 €	- €	23 881 481,64 €	3 108 057,57 €	261 562,50 €	10 934 533,81 €	1 687,50 €	72 047 763,65 €
Saldo	56 865,11 €	49 475,47 €	187 988,03 €	621 345,40 €	100 641,45 €	1 074 554,73 €	64 842,04 €	14 340,92 €	113 078,48 €	65 466,19 €	8 978,05 €	2 357 575,87 €

Como se pode verificar o saldo de receitas gerais é de 106.340,58 (Fontes 313 e 319), o saldo de receitas próprias incluindo as dotações de capital é de 266.705,68€ (Fontes 511, 513, 521,540 e 724), o que totaliza 373.046,26€ de saldo orçamental sem fundos comunitários.

1 . DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Em anexo apresentamos a Demonstração do Desempenho Orçamental (DDORC) extraída diretamente do sistema de informação financeira (Anexo I).

2 . DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Em anexo apresenta-se o detalhe da Demonstração da Execução Orçamental da Receita (DOREC) – Controlo Orçamental da Receita (Anexo II).

O mapa de controlo orçamental da receita por grupo económico apresenta o detalhe seguinte:

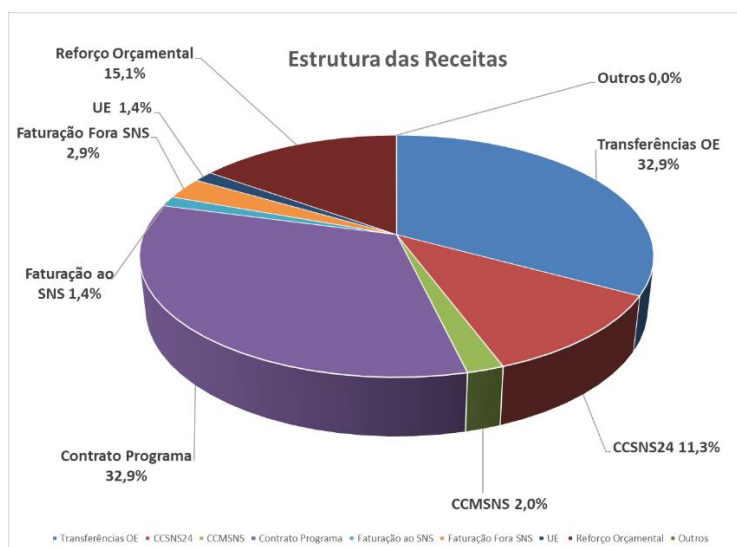
Mapa de controlo da execução orçamental da receita por subagrupamento - SPMS

DEZ19												Un: euro	
Font. Fin.	Agrup.	Designação	Previsões Corrigidas	Rec. por cob. Início do ano	Receitas liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições	Cobrada Líquida ano anterior	Cobrada Líquida ano atual	Receita cobrada líquida	Rec. por cobrar final do ano	Grau (%)
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=[7]+(8)	(10)=[2]+(11)	(11)=[7]/(11)
3.1.3	R06.03	RECEITAS CORRENTES	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%
3.1.3	R16.01	SALDO ORÇAMENTAL	103 943,03 €	- €	103 943,03 €	- €	103 943,03 €	- €	- €	103 943,03 €	103 943,03 €	- €	0,0%
3.1.9	R06.03	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	37 545 767,74 €	- €	33 712 888,64 €	- €	33 712 888,64 €	- €	- €	33 712 888,64 €	33 712 888,64 €	- €	0,0%
3.1.9	R06.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%
3.1.9	R10.03	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%
3.1.9	R15.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	6 740,31 €	- €	6 740,31 €	- €	6 740,31 €	- €	- €	6 740,31 €	6 740,31 €	- €	0,0%
4.1.1	R06.09	UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	1 250 716,09 €	- €	318 518,17 €	- €	318 518,17 €	- €	- €	318 518,17 €	318 518,17 €	- €	0,0%
4.1.1	R06.09	UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	685 905,58 €	- €	621 345,40 €	- €	621 345,40 €	- €	- €	621 345,40 €	621 345,40 €	- €	0,0%
4.8.2	R06.09	UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	10 783 051,33 €	- €	122 327,24 €	9 006,70 €	122 327,24 €	9 006,70 €	- €	113 320,54 €	113 320,54 €	- €	0,0%
4.8.8	R16.01	SALDO ORÇAMENTAL	1 681 319,82 €	- €	1 681 319,82 €	606 765,09 €	1 681 319,82 €	606 765,09 €	- €	1 074 554,73 €	1 074 554,73 €	- €	0,0%
5.1.1	R07.02	SERVÇOS	32 741 613,00 €	5 786 682,28 €	32 960 339,76 €	8 665 777,26 €	23 946 323,68 €	- €	- €	23 946 323,68 €	23 946 323,68 €	6 134 921,10 €	0,0%
5.1.3	R05.03	REDIMIENTOS DE PROPRIEDADE	1 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%
5.1.3	R06.07	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1 074,00 €	- €	1 073,90 €	- €	1 073,90 €	- €	- €	1 073,90 €	1 073,90 €	- €	0,0%
5.1.3	R07.02	SERVÇOS	5 033 170,00 €	507 314,68 €	3 097 385,42 €	103 599,42 €	3 151 275,25 €	30 266,86 €	474 824,87 €	2 646 183,52 €	3 121 008,29 €	380 092,29 €	9,4%
5.1.3	R08.01	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5 402,00 €	- €	5 401,20 €	- €	316,20 €	- €	- €	316,20 €	316,20 €	5 085,00 €	0,0%
5.1.3	R09.04	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	129 751,00 €	- €	126 750,99 €	56 839,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	69 911,99 €	0,0%
5.2.1	R16.01	SALDO ORÇAMENTAL	374 640,98 €	- €	374 640,98 €	- €	374 640,98 €	- €	- €	374 640,98 €	374 640,98 €	- €	0,0%
5.4.0	R06.03	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4 534 140,61 €	- €	4 534 140,61 €	- €	4 534 140,61 €	- €	- €	4 534 140,61 €	4 534 140,61 €	- €	0,0%
5.4.0	R07.02	SERVÇOS	6 465 859,39 €	6 465 859,39 €	- €	- €	6 465 859,39 €	- €	- €	6 465 859,39 €	- €	- €	100,0%
5.4.0	R10.03	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%
7.2.4	R16.01	SALDO ORÇAMENTAL	10 665,55 €	- €	10 665,55 €	- €	10 665,55 €	- €	- €	10 665,55 €	10 665,55 €	- €	0,0%
TOTAL OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS			101 354 360,43 €	12 759 856,35 €	77 677 481,02 €	9 441 987,47 €	75 051 378,17 €	646 038,65 €	6 940 684,26 €	67 464 655,26 €	74 405 339,52 €	6 590 010,38 €	73,4%
4.1.1	R17.02	OUTRAS OPERAÇÕES TESOURARIA	37 961,00 €	- €	37 960,58 €	- €	37 960,58 €	- €	- €	37 960,58 €	37 960,58 €	- €	0,0%
4.8.2	R17.02	OUTRAS OPERAÇÕES TESOURARIA	148 651,00 €	- €	148 650,78 €	- €	148 650,78 €	- €	- €	148 650,78 €	148 650,78 €	- €	0,0%
4.9.0	R17.02	OUTRAS OPERAÇÕES TESOURARIA	60 649,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%
5.1.1	R17.02	OUTRAS OPERAÇÕES TESOURARIA	1 436 072,00 €	- €	30 268,18 €	- €	30 268,18 €	- €	- €	30 268,18 €	30 268,18 €	- €	0,0%
5.1.3	R17.02	OUTRAS OPERAÇÕES TESOURARIA	4 716 667,00 €	- €	4 707 827,44 €	- €	4 707 827,44 €	- €	- €	4 707 827,44 €	4 707 827,44 €	- €	0,0%
TOTAL OPERAÇÕES EXTRA ORÇAMENTAIS			6 480 000,00 €	- €	4 924 706,98 €	- €	4 924 706,98 €	- €	- €	4 924 706,98 €	4 924 706,98 €	- €	76,9%
Total GERAL			107 754 360,43 €	12 759 856,35 €	82 602 188,00 €	9 441 987,47 €	79 976 085,15 €	646 038,65 €	6 940 684,26 €	72 389 362,24 €	79 330 046,30 €	6 590 010,38 €	74%

Analisando o mapa de execução orçamental da receita, por subagrupamento, verifica-se a existência de um grau de execução da receita de 73,4%.

O baixo grau de execução da receita resulta essencialmente do facto de ter sido adicionado ao orçamento da SPMS cerca de 10M€ em fundos comunitários não previstos na proposta de orçamento. Esta previsão teve como contrapartida a redução efetiva das receitas da SPMS face ao proposto e, como não se concretizou, contribuiu significativamente para a baixa execução (a taxa de execução da R06 da Fonte 482 é de apenas 1,1%). A execução do contrato-programa (em termos de recebimentos, diga-se) e de outras receitas próprias também contribuíram para este indicador.

Ao nível da estrutura das receitas, verifica-se que as transferências do Orçamento do Estado e o Contrato-programa com a ACSS, representam as duas principais fontes de receita da SPMS:



3 . DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

Em anexo apresenta-se o detalhe da Demonstração da Execução Orçamental da Despesa (DODES) – Controlo Orçamental da Despesa (Anexo III).

O mapa de controlo orçamental da despesa por Subagrupamento económico apresenta o detalhe seguinte:

Mapa de controlo da execução orçamental da despesa por subagrupamento - SPMS												
DEZ19												Un: euro
Descrição	Dotações corrigidas	Cálculos ou congelamentos	Dotações líquidas	Compromissos Assumidos	Obrigações	Despesa Pago	Dotação Não comprometida	Saldos	Compromissos por pagar	Grau (%)		
	[1]	[2]	[3]=[1]-[2]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]-[4]	[8]=[3]-[6]	[9]=[4]-[6]	[10]=[6]-[8]	[11]=[6]/[11]	
Font. Fin. Agrup. Designação												
3.1.3 D02.01 AQUISIÇÃO DE BENS	9 000,00 €	- €	9 000,00 €	3 119,95 €	2 453,91 €	1 355,96 €	5 880,05 €	7 644,04 €	1 763,99 €	- €	15,1%	
3.1.3 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	78 943,03 €	- €	78 943,03 €	53 233,24 €	45 057,81 €	37 665,51 €	25 709,79 €	41 277,52 €	15 567,73 €	- €	47,7%	
3.1.3 D07.01 INVESTIMENTOS	16 000,00 €	- €	16 000,00 €	9 953,16 €	8 056,45 €	6 046,84 €	6 046,84 €	7 943,55 €	1 896,71 €	- €	50,4%	
3.1.9 D01.01 REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	7 907 565,70 €	515 761,00 €	7 391 804,70 €	7 388 029,93 €	7 374 288,30 €	7 316 386,47 €	3 774,77 €	75 418,23 €	71 643,46 €	- €	99,0%	
3.1.9 D01.02 ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	429 674,00 €	- €	429 674,00 €	429 403,34 €	429 173,48 €	429 173,48 €	270,66 €	500,52 €	229,86 €	- €	99,9%	
3.1.9 D01.03 SEGURANÇA SOCIAL	2 140 502,80 €	113 885,00 €	2 026 617,80 €	2 025 628,03 €	1 954 191,07 €	1 830 107,36 €	989,77 €	196 510,44 €	195 520,67 €	- €	90,3%	
3.1.9 D02.01 AQUISIÇÃO DE BENS	132 840,50 €	20 600,00 €	112 240,50 €	90 121,23 €	53 887,57 €	50 947,05 €	22 119,27 €	61 293,45 €	39 174,18 €	- €	45,4%	
3.1.9 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	26 630 073,05 €	44 280,00 €	26 585 793,05 €	25 458 453,03 €	24 247 597,01 €	23 842 480,16 €	1 127 340,02 €	2 743 312,89 €	1 615 972,87 €	- €	89,7%	
3.1.9 D06.02 DIVERSAS	43 940,00 €	3 087,00 €	40 853,00 €	35 846,43 €	33 089,24 €	33 089,24 €	5 006,57 €	7 763,76 €	2 757,19 €	- €	81,0%	
3.1.9 D07.01 INVESTIMENTOS	267 912,00 €	- €	267 912,00 €	187 798,82 €	185 397,28 €	167 969,72 €	80 113,18 €	99 942,28 €	19 829,10 €	- €	62,7%	
3.6.1 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%	
3.6.7 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%	
4.1.1 D01.01 REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	2 230,00 €	- €	2 230,00 €	2 239,79 €	2 229,79 €	2 229,79 €	0,21 €	0,21 €	- €	- €	0,0%	
4.1.1 D01.03 SEGURANÇA SOCIAL	535,00 €	- €	535,00 €	534,19 €	534,19 €	534,19 €	0,81 €	0,81 €	- €	- €	0,0%	
4.1.1 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	1 247 951,09 €	- €	1 247 951,09 €	127 766,16 €	127 766,16 €	127 766,16 €	1 120 184,93 €	1 120 184,93 €	- €	- €	10,2%	
4.1.1 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	685 505,58 €	- €	685 505,58 €	- €	- €	- €	685 505,58 €	685 505,58 €	- €	- €	0,0%	
4.8.2 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	774 044,33 €	- €	774 044,33 €	12 679,09 €	12 679,09 €	12 679,09 €	761 365,24 €	761 365,24 €	- €	- €	1,6%	
4.8.2 D06.02 DIVERSAS	9 007,00 €	- €	9 007,00 €	- €	- €	- €	9 007,00 €	9 007,00 €	- €	- €	0,0%	
4.8.2 D07.01 INVESTIMENTOS	10 000 000,00 €	- €	10 000 000,00 €	- €	- €	- €	10 000 000,00 €	10 000 000,00 €	- €	- €	0,0%	
4.8.8 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	1 672 312,82 €	- €	1 672 312,82 €	- €	- €	- €	1 672 312,82 €	1 672 312,82 €	- €	- €	0,0%	
4.8.8 D06.02 DIVERSAS	9 007,00 €	- €	9 007,00 €	- €	- €	- €	9 007,00 €	9 007,00 €	- €	- €	0,0%	
5.1.1 D02.01 AQUISIÇÃO DE BENS	15 000,00 €	- €	15 000,00 €	- €	- €	- €	15 000,00 €	15 000,00 €	- €	- €	0,0%	
5.1.1 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	26 677 457,00 €	- €	26 677 457,00 €	25 215 878,60 €	22 659 008,86 €	20 740 542,64 €	1 461 578,40 €	5 936 914,36 €	4 475 335,96 €	- €	77,7%	
5.1.1 D06.02 DIVERSAS	1 770 800,00 €	1 208 087,00 €	562 713,00 €	562 712,18 €	562 712,18 €	562 712,18 €	0,82 €	0,82 €	- €	- €	100,0%	
5.1.1 D07.01 INVESTIMENTOS	4 278 356,00 €	- €	4 278 356,00 €	3 925 930,96 €	3 244 022,80 €	2 578 226,82 €	352 425,04 €	1 700 129,18 €	1 347 704,14 €	- €	60,3%	
5.1.3 D02.01 AQUISIÇÃO DE BENS	414 837,88 €	- €	414 837,88 €	354 036,82 €	315 253,69 €	315 253,69 €	60 801,06 €	99 584,16 €	38 783,13 €	- €	75,0%	
5.1.3 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	3 385 306,12 €	- €	3 385 306,12 €	2 080 546,15 €	1 584 707,91 €	1 423 551,08 €	1 304 759,97 €	1 961 755,04 €	656 995,07 €	- €	42,1%	
5.1.3 D03.06 ENCARGOS FINANCEIROS	1 000,00 €	- €	1 000,00 €	- €	- €	- €	1 000,00 €	1 000,00 €	- €	- €	0,0%	
5.1.3 D06.02 DIVERSAS	1 369 253,00 €	- €	1 369 253,00 €	1 369 252,80 €	1 369 252,80 €	1 369 252,80 €	0,20 €	0,20 €	- €	- €	100,0%	
5.1.3 D07.01 INVESTIMENTOS	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%	
5.2.1 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	374 640,98 €	- €	374 640,98 €	261 562,50 €	261 562,50 €	261 562,50 €	113 078,48 €	113 078,48 €	- €	- €	69,8%	
5.3.0 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%	
5.4.0 D02.01 AQUISIÇÃO DE BENS	24 616,16 €	- €	24 616,16 €	24 614,99 €	24 614,99 €	24 614,99 €	1,17 €	1,17 €	- €	- €	100,0%	
5.4.0 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	10 644 100,87 €	- €	10 644 100,87 €	10 583 246,96 €	10 583 244,96 €	10 578 636,54 €	60 853,91 €	65 464,33 €	4 610,42 €	- €	99,4%	
5.4.0 D06.02 DIVERSAS	10 964,00 €	- €	10 964,00 €	10 963,95 €	10 963,95 €	10 963,95 €	0,05 €	0,05 €	- €	- €	100,0%	
5.4.0 D07.01 INVESTIMENTOS	320 318,97 €	- €	320 318,97 €	320 318,33 €	320 318,33 €	320 318,33 €	0,64 €	0,64 €	- €	- €	100,0%	
7.2.4 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	8 978,05 €	- €	8 978,05 €	- €	- €	- €	8 978,05 €	8 978,05 €	- €	- €	0,0%	
7.2.4 D06.02 DIVERSAS	1 687,50 €	- €	1 687,50 €	1 687,50 €	1 687,50 €	1 687,50 €	- €	- €	- €	- €	0,0%	
TOTAL OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	101 354 360,43 €	1 905 700,00 €	99 448 660,43 €	80 535 548,13 €	75 413 751,82 €	72 047 763,65 €	18 913 112,30 €	27 400 896,78 €	8 487 784,48 €	- €	72,4%	
5.1.1 D12.02 OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA	2 000 000,00 €	- €	2 000 000,00 €	- €	- €	- €	2 000 000,00 €	2 000 000,00 €	- €	- €	0,0%	
5.1.3 D12.02 OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA	4 400 000,00 €	- €	4 400 000,00 €	4 312 798,66 €	- €	4 312 798,66 €	87 201,34 €	87 201,34 €	- €	- €	98,0%	
TOTAL OPERAÇÕES EXTRA ORÇAMENTAIS	6 400 000,00 €	- €	6 400 000,00 €	4 312 798,66 €	- €	4 312 798,66 €	2 087 201,34 €	2 087 201,34 €	- €	- €	67,4%	
Total GERAL	107 754 360,43 €	1 905 700,00 €	105 848 660,43 €	84 848 346,79 €	75 413 751,82 €	76 360 562,31 €	21 000 313,64 €	29 488 098,12 €	8 487 784,48 €	- €	72,1%	

A execução da despesa evidencia um grau de execução de 72,4%. Verifica-se um equilíbrio entre o nível de pagamentos e recebimentos.

O resumo da execução da despesa face ao ano anterior é o seguinte:

(Unid Monetária: Euros)

Resumo da execução da despesa - Evolução face a 2018

Principais agregados	ORÇ. 2019	DEZ - 2018	DEZ - 2019	Varição homóloga	%
Despesas com o pessoal	10 480 507,50 €	8 884 043,92 €	9 578 431,29 €	694 387,37 €	8%
Aquisição de bens e serviços	72 775 607,46 €	53 726 784,57 €	57 417 055,37 €	3 690 270,80 €	7%
Outras despesas correntes	3 215 658,50 €	535 584,68 €	1 977 705,67 €	1 442 120,99 €	269%
Investimento	14 882 586,97 €	5 788 451,84 €	3 074 571,32 €	- 2 713 880,52 €	-47%
Outros - Aumento de Capital	- €	474 517,83 €	- €	- 474 517,83 €	-100%
Total	101 354 360,43 €	69 409 382,84 €	72 047 763,65 €	3 112 898,64 €	4%

Como se pode verificar acima, verificou-se um incremento das despesas de aquisição de bens e serviços e uma redução no investimento.

4 . DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

No que respeita à Demonstração da execução do Plano Plurianual de investimentos (DPPI), importa referir que a SPMS não elaborou um PPI para 2019, no entanto foi possível construir uma Demonstração da execução do PPI com base nos dados disponíveis no sistema de informação financeira e orçamental que se apresenta no anexo IV.

2. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

1 . ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

Este mapa destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que tenham ocorrido no período de relato devendo as rubricas da receita ter um grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações, entretanto ocorridas.

O mapa extraído do sistema de informação financeira, apresenta-se no anexo V.

2 . ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

Este mapa destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que tenham ocorrido no período de relato devendo as rubricas da despesa ter um grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações, entretanto ocorridas.

O mapa extraído do sistema de informação financeiro apresenta-se no anexo VI.

3 . ALTERAÇÕES AO PPI (NA)

Considerando que a SPMS, em 2019, não utilizou as dotações dos projetos do PPI de forma vinculativa, não foram efetuadas alterações ao PPI.

4 . OPERAÇÕES DE TESOURARIA

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E

Exercício: 2019

Período Inicial: 1

Período Final: 12

Moeda: EUR

Operações de Tesouraria

Código das Contas		Designação	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
Recebimentos	Pagamentos					
07		Operações de Tesouraria				
071	072	Recebimentos/pagamentos por operações de tesouraria				
0711	0721	Intermediação de fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
0712	0722	Receita por conta de outrem				
07121	07221	Receita fiscal				
071211	072211	Região Autónoma dos Açores	0,00	0,00	0,00	0,00
071212	072212	Região Autónoma da Madeira	0,00	0,00	0,00	0,00
071213	072213	Autarquias locais	0,00	0,00	0,00	0,00
07122	07222	Receita não Fiscal	757 828,22	3 906 666,10	-4 278 752,32	385 742,00
0713	0723	Cauções e garantias	29 398,76	30 268,18	0,00	59 666,94
0714	0724	Recursos próprios comunitários	0,00	0,00	0,00	0,00
0715	0725	Receitas próprias - duplo cabimento	0,00	0,00	0,00	0,00
0716	0726	Retenções - Transição para o SNC-AP	0,00	0,00	0,00	0,00
0719	0729	Outras operações tesouraria	13 934,36	186 611,36	-34 046,34	166 499,38
			801 161,34	4 123 545,64	-4 312 798,66	611 908,32

5 . CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Os mapas “Situação dos contratos” e “Adjudicações por tipo de procedimento” são apresentados nos anexos VII e VIII, respetivamente.

6.1 . TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS

A SPMS não concedeu a terceiros qualquer transferência ou subsídio.

6.2. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS RECEBIDOS

Empresa: Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E

Exercício: Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2019

Moeda: EUR

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - RECEITA

Class. Económica <esconder>	Disposições Legais	Entidade financiadora	Transferências Orçamentadas	Transferências Obtidas	Observações
02060307A000	Lei n.º 71/2018, de 31/12 - Ponto 38 do Mapa a que se refer o artigo 8.º	Orçamento de Estado (OE)	24 000 000,00	24 000 000,00	Destinada a financiar os serviços de manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do SNS
02060307B000	Lei n.º 71/2018, de 31/12 - Ponto 38 do Mapa a que se refer o artigo 8.º	Orçamento de Estado (OE)	8 266 844,00	8 266 844,00	Destinada a financiar o Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde (CCSNS)
02060307c000	Lei n.º 71/2018, de 31/12 - Ponto 38 do Mapa a que se refer o artigo 8.º	Orçamento de Estado (OE)	2 392 894,00	1 446 044,64	Destinada a financiar o Centro de Controlo e Monitorização do SNS
TOTAL			34 659 738,00	33 712 888,64	

3. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE GESTÃO

1. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Apresentam-se de seguida alguns indicadores económicos e financeiros que espelham a situação da SPMS no final do ano de 2019 e comparação com os anos anteriores:

Indicadores	31-12-2014	31-12-2015	31-12-2016	31-12-2017	31-12-2018	31-12-2019
Resultado Líquido (€)	3 327 758,87 €	4 043 591,30 €	351 182,37 € -	1 769 257,58 €	3 048 987,56 € -	3 608 842,55 €
Autonomia financeira (%)	67%	-140%	26%	10%	26%	37%
Liquidez geral	2,91	1,13	1,11	0,99	1,02	1,60
Volume de negócios (VN)	39 081 611,35	39 987 311,54	41 337 541,02	16 396 383,74	19 936 703,13	23 797 389,99
EBIT (Resultado Operacional) (€)	5 579 039,15 €	5 673 909,76 €	1 001 439,55 € -	1 764 448,35 €	3 791 739,21 € -	3 588 209,62 €
EBITDA (€)	6 680 158,50 €	7 882 646,41 €	3 142 126,17 €	504 043,75 €	5 642 970,48 € -	647 198,02 €
Peso dos Gastos Operacionais no VN	82%	71%	88%	241%	324%	242%
Investimento	409 477,34 €	3 756 758,72 €	2 709 390,49 €	1 559 815,78 €	5 640 472,06	2 942 715,79
Prazo médio de pagamento (dias)	43,00	33,76	33,43	31,90	29,71	49,27
Prazo médio de recebimento (dias)	17,82	25,14	21,50	67,49	103,86	63,29

O indicador 'Autonomia Financeira' expressa a participação dos fundos próprios no financiamento da empresa (no caso da SPMS apenas a fornecedores e outros credores, excluindo dívida bancária), pode-se dizer que um valor inferior a $\frac{1}{3}$ significa uma dependência excessiva de financiamento, por outro lado valores superiores a $\frac{1}{3}$ representa um bom grau de autonomia financeira.

Tendo em conta o impacto que a transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS tinha no nível de autonomia financeira no ano de 2015, a liquidação das dívidas naquele âmbito, pela via do aumento de capital e das transferências do Orçamento do Estado, melhorou significativamente aquele indicador. Apesar do resultado líquido negativo em 2019 o nível autonomia financeira melhorou relativamente ao ano anterior em função das variações patrimoniais no património líquido e da redução do ativo líquido.

A 'Liquidez Geral' é um indicador utilizado na verificação da capacidade das instituições honrarem os seus compromissos de curto prazo, sendo o ativo circulante o que a organização transforma no prazo inferior a um ano em dinheiro, e o passivo circulante o que a organização tem de pagar nesse mesmo período. Pode-se dizer que a organização está em equilíbrio financeiro de Liquidez quando este rácio é superior a 1, ou seja o valor pago é inferior ao valor recebido.

A liquidez geral apresenta um nível elevado em função da elevada dívida de clientes comparativamente à dívida a fornecedores.

Em 2019 a SPMS diminuiu o nível de investimento, embora tivesse perspetivado um montante muito superior, o qual foi limitado pela redução do orçamento face ao proposto.

A empresa apresenta uma diminuição do peso dos gastos operacionais no volume de negócios de 324% para 242%, fruto da diminuição dos gastos operacionais e do aumento do volume de negócios.

4. CONTABILIDADE DE GESTÃO

A NCP 27 - Contabilidade de Gestão do DL n.º 192/2015, tem como propósito estabelecer os princípios para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientação para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo os requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação (NCP 27, §1).

De acordo com a esta norma, os objetivos da contabilidade de gestão são:

- Compreender como pode ser usada para apoiar os processos internos da gestão pública e contribuir para os propósitos de responsabilização pela prestação de contas;
- Facilitar a implementação da contabilidade de gestão por todas as entidades públicas;
- Explicitar os vários conceitos de custos que podem ser aplicados para satisfazer as necessidades de informação das diversas partes interessadas e os processos de contabilidade de gestão relacionados;
- Estabelecer as linhas orientadoras para o desenvolvimento do sistema de contabilidade de gestão e da informação a divulgar;
- Permitir uma melhor avaliação da economia, eficiência e eficácia das políticas públicas.

A contabilidade de gestão destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões.

A contabilidade de gestão é útil para a empresa, designadamente, nos seguintes domínios:

- No processo de elaboração de orçamentos (por exemplo, orçamentos por atividades, produtos ou serviços);
- Nas funções de planeamento e controlo, e na justificação para um plano de redução de custos;
- Na determinação de preços;
- No apuramento do custo de produção de ativos fixos ou de bens e serviços;
- Na mensuração e avaliação de desempenho (economia, eficiência, eficácia e qualidade) de objetivos, projetos e metas;
- Na fundamentação económica de decisões de gestão como, por exemplo, para justificar a entrega de determinados serviços a entidades externas ou para fundamentar o valor de comparticipação do Estado.

Em 2019 a SPMS, apresentou uma primeira informação analítica no âmbito da contabilidade de gestão. Esta obrigação legal de prestação de contas ocorreu, pela primeira vez, no âmbito do novo referencial contabilístico para as Administrações Públicas o SNC-AP.

A limitação dos recursos humanos, associada à ausência de instrumentos apropriados, designadamente, a inexistência de procedimentos automáticos, rápidos, eficientes e eficazes inviabilizam o cumprimento de alguns aspetos previstos na NCP27, nomeadamente, no que refere a alínea d) do nº 33 que prevê a comparação dos custos reais com os planos e orçamentos, com os custos padrão ou de referência, ou com uma combinação destes e comparar os custos reais com os períodos anteriores.

A contabilidade de gestão ainda não está completamente implementada, conforme determina a NCP27, no entanto a SPMS já utiliza Centros de Despesa para imputação de processos aquisitivos numa ótica de caixa e de compromissos e Centros de Custos equivalentes no processamento das transações em regime de acréscimo.

A SPMS, elegeu para apuramento de custos o Sistema de Custeio Total, que de acordo com a NPC27, corresponde à imputação aos produtos ou atividades finais, de todos os gastos diretos e indiretos, com exceção dos gastos não recorrentes. Os gastos diretos e indiretos incluem gastos administrativos e podem ser fixos ou variáveis.

Portanto, os gastos totais vão corresponder ao somatório dos gastos diretos e dos gastos indiretos, permitindo assim o cálculo do custo de cada bem produzido e de cada serviço prestado.

O custo de um bem ou serviço resulta de um processo de avaliação através do qual se agrupam gastos por natureza. Os centros de despesa, constituem assim, um nível elementar de agregação de gastos em que as unidades contabilísticas se adaptam à realidade organizativa e funcional de uma entidade, sendo perfeitamente reconhecidos, distintos e com a responsabilidade de efetuar uma atividade ou um conjunto de atividades. Portanto, podemos caracterizar os centros de despesa como grupos com atributos idênticos, nomeadamente quanto ao tipo de gastos (gastos com recursos humanos, materiais, gastos de funcionamento...), à sua origem (direção, unidade orgânica, produto /serviço) ou responsabilidade.

Os centros de despesa podem incluir unidades orgânicas, atividades, projetos, bem como produtos e serviços. Estes centros de despesa são classificados à partida e reclassificados automaticamente no processamento de faturas e outras obrigações em Centros de Custo equivalentes, existindo a possibilidade de distribuição por centros diferentes. A sua natureza de negócio ou de suporte, determina a sua classificação como principais (produtos/serviços) ou auxiliares (apoio aos centros principais, logo, indiretos aos produtos e serviços).

Os dados foram recolhidos automaticamente a partir da contabilidade patrimonial. Este sistema de custeio total iniciou-se com a reclassificação de gastos e rendimentos em gastos e rendimentos diretos e indiretos. De salientar, que relativamente aos gastos com recursos humanos foi possível associar os gastos com recursos humanos às unidades orgânicas correspondentes.

Os gastos com recursos humanos são registados de acordo com estrutura orgânica, no entanto constatamos que existem centros de despesa análogos a unidades orgânicas, que têm na sua dependência centros de despesa associados a produtos e serviços. Logo, sempre que o valor de

gastos com pessoal está imputado a um centro de despesa alusivo à orgânica, o seu valor foi repartido em partes iguais pelos centros de despesa de produtos e serviços que estejam na sua subordinação.

Seguidamente, os valores obtidos foram adicionados aos gastos diretos apurados com base na contabilidade, obtendo-se os gastos diretos dos centros de despesa relativos a produtos e serviços. Os restantes gastos com recursos humanos foram classificados como gastos indiretos para posterior repartição.

A repartição dos gastos indiretos ocorreu através da proporção dos gastos diretos e por avaliação direta de casos específicos. Um método semelhante foi usado na repartição dos rendimentos indiretos.

A execução a dezembro de 2019, apresenta um total de valores apurados de 64.699.747,69€ em gastos e de 61.111.538,07€ em rendimentos, obtendo a SPMS um resultado bruto de negativo de 3.588.209,62€.

O quadro seguinte evidencia o resultado agregado por 'área de negócio' em 2019 e 2018.

	2019			2018		
	Gastos	Rendimentos	Resultado Bruto	Gastos	Rendimentos	Resultado Bruto
Sistemas de Informação	49 525 495,69 €	46 588 064,29 €	-2 937 431,40 €	46 797 099,83 €	53 175 347,80 €	6 378 247,96 €
Centro Nacional de TeleSaúde e Centro de Contacto SNS SNS24	9 140 997,81 €	9 194 095,45 €	53 097,64 €	9 527 043,22 €	10 189 965,11 €	662 921,90 €
Centro de Controlo e Monitorização do SNS (CCM SNS)	2 427 166,70 €	2 344 298,75 €	-82 867,95 €	1 958 328,53 €	0,00 €	-1 958 328,53 €
Serviços Partilhados	1 144 144,11 €	1 279 131,13 €	134 987,02 €	3 002 893,17 €	4 346 195,48 €	1 343 302,31 €
Compras da Saúde	1 413 831,83 €	1 143 221,95 €	-270 609,88 €	2 286 356,41 €	1 816 130,82 €	-470 225,59 €
Comunicação - RP	863 817,20 €	562 726,50 €	-301 090,71 €	3 683 273,35 €	1 636 051,93 €	-2 047 221,42 €
Academia - Formação	184 294,35 €	0,00 €	-184 294,35 €	118 772,48 €	0,00 €	-118 772,48 €
	64 699 747,69 €	61 111 538,07 €	-3 588 209,62 €	67 373 766,99 €	71 163 691,14 €	3 789 924,15 €

De referir que em 2018 não foi acrescido o montante do financiamento do Centro de Controlo e Monitorização do SNS (CCM SNS), no valor de 1.773.393,27 euros o qual só foi desbloqueado em 2019 e contabilizado em regularizações não frequentes (vide Nota 28).

Os mapas de apuramento que a seguir se apresentam utilizam uma base única de imputação dos custos (rendimentos) indiretos que é a proporção dos custos (rendimentos) diretos de um centro de custos no total dos custos (rendimentos) diretos, tendo sido introduzidos de ajustamentos por avaliação direta para melhorar a qualidade da informação prestada.

Contabilidade de Gestão - Mapa dos Resultados Brutos				
Centro de Custo	Descrição	Gastos	Rendimentos	Resultado Bruto
100002	Gestão de Licenciamento	6 652 763,40 €	7 000 000,00 €	347 236,60 €
100044	Local Interoperability Gateway for Healthcare	670 944,80 €	945 735,09 €	274 790,29 €
100540	Sistema de Informação Cuidados Saúde Primários	555 376,26 €	794 310,50 €	238 934,24 €
100209	Programa de Definição da Arquitetura do eSIS	240 632,90 €	472 234,46 €	231 601,55 €
100057	Sistema de Recursos Humanos e Vencimentos	671 257,57 €	839 843,78 €	168 586,21 €
100247	BI Cuidados de Saúde Primários	189 355,18 €	346 811,22 €	157 456,05 €
100069	Portal de Requisição de Vinhetas e Receituário	57 288,91 €	208 120,06 €	150 831,15 €
100041	Sistema de Informação de Controlo do HIV / SIDA	140 652,61 €	283 953,26 €	143 300,65 €
100570	Óculos sem Papel	4 979,98 €	149 574,46 €	144 594,49 €
100556	Sistema de Cuidados de Saúde Hospitalares	715 028,14 €	824 996,54 €	109 968,40 €
100295	Registo Saúde Eletrónico (Área Administrativa)	24 202,12 €	159 021,23 €	134 819,12 €
100544	Núcleo de Acordos Quadro Transversais	92 492,46 €	220 425,53 €	127 933,07 €
100555	Sistema Clínico de Cuidados Hospitalares 3.0	655 104,10 €	751 345,71 €	96 241,61 €
100511	Serviços de Assesment e Compliance de SI	61 958,02 €	169 341,22 €	107 383,20 €
100549	Prescrição Eletrónica Médica - Móvel	54 779,73 €	162 170,54 €	107 390,82 €
100043	Sistema de informação para a Morbilidade Hospitalar	188 645,77 €	285 724,74 €	97 078,98 €
100228	ESPDint	14 601,93 €	115 438,43 €	100 836,49 €
100224	Sistema de Dados Referência da Saúde (eSIS)	61 958,02 €	160 242,05 €	98 284,04 €
100293	Exercício Físico - EF	54 779,73 €	149 574,46 €	94 794,74 €
100070	Gestão Integrada da Doença	199 739,76 €	284 101,85 €	84 362,09 €
100076	Serviços partilhados ARS Norte	27 284,54 €	123 230,48 €	95 945,94 €
100232	Infraestruturas e Sistemas - Sistemas Centrais	1 680 855,30 €	1 800 000,00 €	119 144,70 €
100245	Prescrição Eletrónica Médica - Dispositivos Médicos	54 779,73 €	139 497,87 €	84 718,14 €
100154	Atestado Médico Incapacidade Multiusos	165 148,41 €	241 394,90 €	76 246,49 €
100027	Benefícios Adicionais de Saúde (Central)	77 673,21 €	157 446,80 €	79 773,59 €
100172	Sistema administrativo para os cuidados de saúde primários	77 673,21 €	157 446,80 €	79 773,59 €
100541	Módulo de Apoio a Registo de Taxas e Atos	77 673,21 €	157 446,80 €	79 773,59 €
100255	Testes e auditorias de software em pré-produção	176 557,31 €	251 914,89 €	75 357,57 €
	Centros com resultado inferior a 75.000 euros em módulo	41 224 333,85 €	39 149 196,91 €	-2 075 136,94 €
100055	Sistema de Informação Taxas Moderadoras	443 155,14 €	293 165,29 €	-149 989,85 €
100215	ProEmpower	145 808,09 €	4 198,58 €	-141 609,51 €
100047	Sistema de Informação de Gestão de Acessos - Cirurgias	316 745,23 €	166 660,59 €	-150 084,64 €
100274	Unidade "Academia SPMS"	145 364,08 €	0,00 €	-145 364,08 €
100168	Registo Clínico Único do Utente	224 235,39 €	70 851,06 €	-153 384,32 €
100509	Implementação do MoGSS no eSIS	237 749,10 €	83 165,59 €	-154 583,50 €
100035	Faturação CP Hospitais e Auditorias GDH	453 236,65 €	280 543,01 €	-172 693,64 €
100014	Registo Nacional de Utentes	478 584,26 €	299 703,64 €	-178 880,62 €
100246	Sistemas de Rastreios	654 232,51 €	466 977,65 €	-187 254,86 €
100038	Sistema de Informação CSP (Módulo Administrativo)	335 871,72 €	157 446,80 €	-178 424,92 €
100042	Sistema Integrado de Informação Hospitalar	1 035 071,01 €	786 706,77 €	-248 364,24 €
100162	Coord da Estratégia Nacional para o EcoSistema de Informação da Saúde 2020	331 469,47 €	124 617,26 €	-206 852,21 €
100236	Infraestruturas de Ambientes Produtivos	258 677,22 €	33 161,47 €	-225 515,74 €
100180	Sistema de Informação de Gestão de Acessos	451 765,13 €	189 251,01 €	-262 514,13 €
100059	Sistema de Gestão de Transportes de Doentes (CSP)	535 810,99 €	231 997,12 €	-303 813,87 €
100244	Registo Oncológico Nacional	337 534,51 €	25 060,49 €	-312 474,02 €
100049	Sistema de Informação para a Saúde Oral	540 360,91 €	174 729,68 €	-365 631,23 €
100039	Sistema Clínico Cuidados Saúde Primários	1 012 495,60 €	319 846,48 €	-692 649,11 €
100040	Sistema Clínico Cuidados Hospitalares	1 893 060,57 €	902 914,99 €	-990 145,58 €
	Total	64 699 747,69 €	61 111 538,07 €	-3 588 209,62 €

No que respeita aos custos diretos apresenta-se a imputação que resulta do sistema.

Contabilidade de Gestão - Mapa dos Custos Diretos		
Centro de Custo	Descrição	Montante
100223	Unidade de Gestão e Desenvolvimento do Centro de Contacto do SNS SNS 24	8 506 330,81 €
100002	Gestão de Licenciamento	6 056 872,27 €
100501	Direção de Centro de Controlo e Monitorização do SNS (CCM SNS)	2 378 417,73 €
100004	RIS/Comunicações	2 114 506,03 €
100040	Sistema Clínico Cuidados Hospitalares	1 893 060,57 €
100042	Sistema Integrado de Informação Hospitalar	1 014 281,90 €
100039	Sistema Clínico Cuidados Saúde Primários	1 012 495,60 €
100003	Centro de Suporte	624 858,98 €
100059	Sistema de Gestão de Transportes de Doentes (CSP)	535 810,99 €
100081	Plano Nacional de Troca de Seringas	532 323,13 €
100265	Unidade Ministerial de Compras	516 582,72 €
100246	Sistemas de Rastreios	464 018,48 €
100014	Registo Nacional de Utentes	397 177,28 €
100176	Novas implementações do SONHO e Sclinico	390 031,64 €
100057	Sistema de Recursos Humanos e Vencimentos	331 514,81 €
100219	Portais das Instituições do SNS (Suporte Tecnológico)	301 047,29 €
100028	Sistema Informação de Monitorização do SNS	278 576,06 €
100242	Registo Saúde Eletrónico (Área do Cidadão)	275 540,56 €
100049	Sistema de Informação para a Saúde Oral	266 868,72 €
100241	Registo Saúde Eletrónico (Área do Profissional)	266 397,66 €
100044	Local Interoperability Gateway for Healthcare	254 173,60 €
100285	Sistema de Informação de Centralizado Contabilidade - SNC-AP	251 887,74 €
100136	Portuguese National Broker	225 667,04 €
100120	Eventos	225 525,49 €
100035	Faturação CP Hospitais e Auditorias GDH	223 840,55 €
100180	Sistema de Informação de Gestão de Acessos	223 113,81 €
100055	Sistema de Informação Taxas Moderadoras	218 861,58 €
100178	Vacinas	209 709,31 €
100244	Registo Oncológico Nacional	209 013,73 €
100232	Infraestruturas e Sistemas - Sistemas Centrais	205 115,59 €
100008	Prescrição Eletrónica Médica - Prescrição de Medicamentos	204 939,30 €
100019	Registo Nacional de Entidades	204 435,62 €
100015	Registo Nacional de Profissionais	203 651,92 €
100235	Operação e Produção - Sistemas Centrais	201 571,24 €
	Outros Centros com custos diretos abaixo de 200.000 euros	6 536 192,19 €
	Total	37 754 411,92 €

No que respeita aos rendimentos diretos apresenta-se o quadro dos centros mais significativos que beneficiaram de financiamento explícito.

Contabilidade de Gestão - Mapa dos Rendimentos Diretos		
	Descrição	
100223	Unidade de Gestão e Desenvolvimento do Centro de Contacto do SNS SNS 24	8 734 350,78 €
100002	Gestão de Licenciamento	7 000 000,00 €
100004	RIS/Comunicações	2 640 000,00 €
100538	Redes Core - Sistemas Centrais	2 350 000,00 €
100501	Direção de Centro de Controlo e Monitorização do SNS (CCM SNS)	2 344 298,75 €
100233	Segurança – Sistemas Centrais	2 000 000,00 €
100232	Infraestruturas e Sistemas - Sistemas Centrais	1 800 000,00 €
100081	Plano Nacional de Troca de Seringas	1 040 000,00 €
100176	Novas implementações do SONHO e Sclinico	1 013 618,93 €
100239	Produção Regionais e Locais	1 000 000,00 €
100003	Centro de Suporte	950 000,00 €
100235	Operação e Produção - Sistemas Centrais	900 000,00 €
100044	Local Interoperability Gateway for Healthcare	750 837,00 €
100057	Sistema de Recursos Humanos e Vencimentos	666 767,89 €
100040	Sistema Clínico Cuidados Hospitalares	657 219,93 €
100556	Sistema de Cuidados de Saúde Hospitalares	654 980,38 €
100165	Programa de Gestão do Risco e da Segurança do eSIS	638 000,00 €
100540	Sistema de Informação Cuidados Saúde Primários	630 618,15 €
100555	Sistema Clínico de Cuidados Hospitalares 3.0	596 507,59 €
100217	Exames sem Papel	533 078,68 €
100042	Sistema Integrado de Informação Hospitalar	523 425,12 €
100265	Unidade Ministerial de Compras	490 000,00 €
100242	Registo Saúde Eletrónico (Área do Cidadão)	421 334,94 €
100219	Portais das Instituições do SNS (Suporte Tecnológico)	394 999,93 €
100209	Programa de Definição da Arquitetura do eSIS	374 915,88 €
100015	Registo Nacional de Profissionais	374 567,56 €
100296	Registo Saúde Eletrónico (Área Institucional)	374 302,43 €
100246	Sistemas de Rastreios	370 742,40 €
100222	Unidade de Promoção e Desenvolvimento da Telessaúde	365 000,00 €
100028	Sistema Informação de Monitorização do SNS	349 340,19 €
100285	Sistema de Informação de Centralizado Contabilidade - SNC-AP	345 484,89 €
100008	Prescrição Eletrónica Médica - Prescrição de Medicamentos	335 967,25 €
100241	Registo Saúde Eletrónico (Área do Profissional)	329 479,50 €
100546	BI CSP/PDACES - Plano Desempenho ACES	325 000,00 €
100019	Registo Nacional de Entidades	322 589,25 €
100263	3rd Joint Action – eHealth Network	318 333,42 €
100149	Certificados de Incapacidade Temporária	314 699,28 €
100173	Melhoria da Gestão da Segurança e dos Serviços da Função Informática	300 000,00 €
	Outros Centros com rendimentos diretos abaixo de 300.000 euros	11 055 147,51 €
	Total	54 585 607,64 €

5. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Em 2018 a SPMS passou a aplicar o SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro.

CAPÍTULO V | PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Em conformidade com o previsto na alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea b) do artigo 19.º dos Estatutos da SPMS, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, na sua redação atual, apresenta-se a seguinte proposta de aplicação do resultado líquido negativo a 31 de dezembro de 2019:

Proposta de aplicação dos resultados

Reserva legal (20%)	-	€
Reserva para investimentos	-	€
Resultados transitados	-	3 608 842,55 €
Total -		3 608 842,55 €

O CONTABILISTA CERTIFICADO

N.º 61668

P/ CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

APÊNDICE 1

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		OPRLO (2)			N.º DE MANDATOS
			FORMA (1)	DATA	SIM/NÃO	ENTIDADE DE ORIGEM	ENTIDADE PAGADORA (O/D)	
23/06/2017 - 31/12/2019	PRESIDENTE CA	HENRIQUE MANUEL GIL MARTINS	RESOLUÇÃO N.º 94/2017	03.07.2017	NÃO		D	3
23/06/2017 - 31/12/2019	VOGAL CA	ARTUR MANUEL TRINDADE MIMOSO	RESOLUÇÃO N.º 94/2017	03.07.2017	NÃO		D	2
23/06/2017 - 31/12/2019	VOGAL CA	JOÃO LUÍS DA COSTA RITO DIAS MARTINS	RESOLUÇÃO N.º 94/2017	03.07.2017	NÃO		D	1

(1) INDICAR RESOLUÇÃO (R)/AG/DUE/DESPACHO (D)
 INDICAR ENTIDADE PAGADORA (O-ORIGEM/D-DESTINO)

MEMBRO DO CA	ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES		
	ENTIDADE	FUNÇÃO	REGIME [PÚBLICO / PRIVADO]
HENRIQUE MANUEL GIL MARTINS	FACULDADE CIÊNCIAS DA SAÚDE UBI - UNIV. BEIRA INTERIOR	PROF. AUXILIAR. CONVIDADO	PÚBLICO
	UNIV. CATÓLICA PORTUGUESA	PROF. CONVIDADO	PRIVADO, COM UTILIDADE PÚBLICA
	ISCTE – INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA	PROF. CONVIDADO	PÚBLICO
	UNIV. LISBOA - FACULDADE DE DIREITO	PROF. CONVIDADO	INSTITUIÇÃO PÚBLICA COM REGIME DE DIREITO PRIVADO
ARTUR MANUEL TRINDADE MIMOSO	UNIV. CATÓLICA PORTUGUESA	PROF. CONVIDADO	PRIVADO, COM UTILIDADE PÚBLICA

MEMBRO DO CA	EGP			
	FIXADO	CLASSIFICAÇÃO	REMUNERAÇÃO MENSAL BRUTA (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	VENCIMENTO MENSAL	DESPESAS REPRESENTAÇÃO
HENRIQUE MANUEL GIL MARTINS	S	C	4 578,19 €	1 831,27 €
ARTUR MANUEL TRINDADE MIMOSO	S	C	3 662,55 €	1 465,02 €
JOÃO LUÍS DA COSTA RITO DIAS MARTINS	S	C	3 662,55 €	1 465,02 €

MEMBRO DO CA	REMUNERAÇÃO ANUAL (€)				
	FIXA (1)	VARIÁVEL (2)	VALOR BRUTO (3)=(1)+(2)	REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS (4)	VALOR BRUTO FINAL (5) = (3)-(4)
HENRIQUE MANUEL GIL MARTINS	85 612,08 €	- €	85 612,08 €	3 845,64 €	81 766,40 €
ARTUR MANUEL TRINDADE MIMOSO	68 489,68 €	- €	68 489,68 €	3 076,68 €	65 413,00 €
JOÃO LUÍS DA COSTA RITO DIAS MARTINS	68 489,68 €	- €	68 489,68 €	3 076,68 €	65 413,00 €

(1) O VALOR DA REMUNERAÇÃO FIXA CORRESPONDE AO VENCIMENTO + DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO (SEM REDUÇÕES).

(4) REDUÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 12.º DA LEI N.º 12-A/2010, DE 30 DE JUNHO.

MEMBRO DO CA	BENEFÍCIOS SOCIAIS (€)							
	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		REGIME DE PROTEÇÃO SOCIAL		ENCARGO ANUAL SEGURO DE SAÚDE	ENCARGO ANUAL SEGURO DE VIDA	OUTROS	
	VALOR/DIA	MONTANTE PAGO ANO	IDENTIFICAR	ENCARGO ANUAL			IDENTIFICAR	VALOR
HENRIQUE MANUEL GIL MARTINS	4,77 €	906,30 €	SS	19 419,58 €	- €	- €	SERVIÇOS SOCIAIS DA AP	3360,00 €
ARTUR MANUEL TRINDADE MIMOSO	4,77 €	1 025,55 €	CGA	15 535,52 €	- €	- €	SERVIÇOS SOCIAIS DA AP	3360,00 €
JOÃO LUÍS DA COSTA RITO DIAS MARTINS	4,77 €	1 035,09 €	CGA	15 535,52 €	- €	- €	SERVIÇOS SOCIAIS DA AP	3360,00 €

MEMBRO DO CA	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO (€)					
	DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO	CUSTO COM ALOJAMENTO	AJUDAS DE CUSTO	OUTRAS		GASTO TOTAL COM VIAGENS (Σ)
				IDENTIFICAR	VALOR	
HENRIQUE MANUEL GIL MARTINS	20.925,56€	7.517,27€	2 993,08 €	SEGUROS	1.075,00€	29.517,83€
ARTUR MANUEL TRINDADE MIMOSO	3.192,81€	3.848,37€	375,24 €	SEGUROS TRANSFERS	355,00€ 509,82€	7.906,00€
JOÃO LUÍS DA COSTA RITO DIAS MARTINS	0€	152€	- €	SEGUROS+TRANSFERS	0€	152€


**FISCALIZAÇÃO
 ROC/FU**

MANDATO (INICIO-FIM)	CARGO	IDENTIFICAÇÃO SROC/FU			DESIGNAÇÃO			N.º ANOS DE FUNÇÕES EXERCIDAS NA SPMS	N.º DE ANOS DE FUNÇÕES EXERCIDAS NA SOCIEDADE
		NOME	N.º INSCRIÇÃO NA OROC	N.º REGISTO NA CMVM	FORMA	DATA	DATA DE CONTRATO		
DESDE 04.05.2015	EFETIVO	ANTÓNIO MARIA VELEZ BELÉM	96	20161420	DESPACHO DA SECRETÁRIA DE ESTADO DO TESOURO	04.05.2015	02.06.2015	5	29
	SUPLENTE	CARLOS ANTÓNIO LISBOA NUNES	67	20161403		04.05.2015	02.06.2015	5	30

NOME ROC/FU	VALOR ANUAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – 2019 (€)			VALOR ANUAL DE SERVIÇOS ADICIONAIS – 2019 (€)			
	VALOR (1)	REDUÇÕES (2)	VALOR FINAL (3) = (1) – (2)	IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	VALOR (1)	REDUÇÕES (2)	VALOR FINAL (3) = (1) – (2)
ANTÓNIO MARIA VELEZ BELÉM	16.440,24 €	A)	16.440,24 €				0,00 €
CARLOS ANTÓNIO LISBOA NUNES	0 €	A)	0 €				0,00 €

Valores sem IVA incluído.

A) não aplicável, considerando que a remuneração se encontra fixada no despacho de nomeação.

APÊNDICE 2

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS - 2018	CUMPRIMENTO	QUANTIFICAÇÃO/IDENTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO / REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO
	S/N/N.A.		
OBJETIVOS DE GESTÃO			
OBJETIVO DE GESTÃO 1: CONSOLIDAR E AMPLIAR OS SERVIÇOS PRESTADOS ÀS ENTIDADES DO SETOR DA SAÚDE	S	92%	VER PÁGS. 21-24 DO RELATÓRIO
OBJETIVO DE GESTÃO 2: AFIRMAR O PAPEL DA SPMS NA GESTÃO DO RELACIONAMENTO DO CIDADÃO COM O SNS	S	100%	
OBJETIVO DE GESTÃO 3: IDENTIFICAR E DESENVOLVER ÁREAS NOVAS E COMPLEMENTARES DE SERVIÇOS SPMS	S	89%	
OBJETIVO DE GESTÃO 4: CONTRIBUIR PARA A INOVAÇÃO, A INVESTIGAÇÃO E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR DA SAÚDE EM PORTUGAL	S	95%	
OBJETIVO DE GESTÃO 5: REVER O MODELO ORGANIZACIONAL E OPERATIVO E ESTIMULAR, OTIMIZAR E CAPACITAR OS RECURSOS HUMANOS	S	90%	
OBJETIVO DE GESTÃO 6: CONTRIBUIR PARA A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DO SNS E DA SPMS, REVENDO O SEU MODELO DE FINANCIAMENTO E EXPLORANDO FONTES DE RECEITA ALTERNATIVAS	S	80%	
CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS EXPLANADOS NO PAO 2019	S	91%	
PRINCÍPIOS FINANCEIROS DE REFERÊNCIA	S		NOTAS EXPLICATIVAS (ANEXO) ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INVESTIMENTO	S	2.945.952,67 €	VER PÁG. 74 DO RELATÓRIO
GASTOS COM PESSOAL	S	9.872.967,30 €	VER PÁG. 87 DO RELATÓRIO
ETC.			
GRAU DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CARREGADO NO SIGO/SOE	S	72,4%	VER PÁG. 102 DO RELATÓRIO
GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	N.A.	TAXA MÉDIA DE FINANCIAMENTO	NÃO APLICÁVEL
LIMITES DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO	N.A.	VAR. ENDIVIDAMENTO	NÃO APLICÁVEL
EVOLUÇÃO DO PMP A FORNECEDORES	S	49	VER PÁG. 38 DO RELATÓRIO
DIVULGAÇÃO DOS ATRASOS NOS PAGAMENTOS ("ARREARS")		ZERO	VER PÁG. 38 DO RELATÓRIO
RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA NA ÚLTIMA APROVAÇÃO DE CONTAS (ANO 2014 EM FEV 2018)			VER PÁG. 38 DO RELATÓRIO
REMUNERAÇÕES			
NÃO ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS DE GESTÃO	S	ZERO	VER PÁG. 40 DO RELATÓRIO
CA - REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS VIGENTES EM 2019	S	ART. 12 DA LEI N.º 12-A/2010, DE 30 DE JUNHO	VER PÁG. 40 DO RELATÓRIO
FISCALIZAÇÃO (CF/ROC/FU) - REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS VIGENTES EM 2019 (SE APLICÁVEL)	S	INDEXADO À REMUNERAÇÃO DO PCA	VER PÁG. 42 DO RELATÓRIO
AUDITOR EXTERNO - REDUÇÃO REMUNERATÓRIA VIGENTES EM 2019 (SE APLICÁVEL)	N.A.		
RESTANTES TRABALHADORES – EM CONFORMIDADE COM O ART.º 16º DA LEI 71 /2018, DE 31 DE DEZEMBRO.	S		VER PÁG. 42 DO RELATÓRIO

EGP - ARTIGO 32.º E 33.º DO EGP			
NÃO UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE CRÉDITO	S		VER PÁG. 43 DO RELATÓRIO
NÃO REEMBOLSO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO PESSOAL	S		VER PÁG. 43 DO RELATÓRIO
VALOR MÁXIMO DAS DESPESAS ASSOCIADAS A COMUNICAÇÕES	S		VER PÁG. 43 DO RELATÓRIO
VALOR MÁXIMO DE COMBUSTÍVEL E PORTAGENS AFETO MENSALMENTE ÀS VIATURAS DE SERVIÇO	N.A.		VER PÁG. 43 DO RELATÓRIO
DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS- N.º 2 DO ARTIGO 16.º DO RJSPE E ARTIGO 11.º DO EGP			
PROIBIÇÃO DE REALIZAÇÃO DE DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS	S		VER PÁG. 43 DO RELATÓRIO
PROMOÇÃO DA IGUALDADE SALARIAL ENTRE MULHERES E HOMENS - N.º 2 DA RCM N.º 18/2014			
ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO SOBRE AS REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS	S	HTTP://WWW.SPMS.MIN-SAUDE.PT/INSTRUMENTOS-DE-GESTAO/	VER PÁG. 43 DO RELATÓRIO
ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO	S	HTTP://WWW.SPMS.MIN-SAUDE.PT/INSTRUMENTOS-DE-GESTAO/	VER PÁG. 44 DO RELATÓRIO
CONTRATAÇÃO PÚBLICA			
APLICAÇÃO DAS NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA PELA EMPRESA	S	CÓDIGO CONTRATOS PÚBLICOS	VER PÁG. 45 DO RELATÓRIO
APLICAÇÃO DAS NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA PELAS PARTICIPADAS	N.A.		
CONTRATOS SUBMETIDOS A VISTO PRÉVIO DO TC	S	2	VER PÁG. 48-50 DO RELATÓRIO
AUDITORIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS (B)			
NÃO FORAM EMITIDAS RECOMENDAÇÕES PELO TRIBUNAL DE CONTAS DIRIGIDAS À SPMS EM 2018 E 2019			VER PÁG. 55 DO RELATÓRIO
PARQUE AUTOMÓVEL	S		
N.º DE VIATURAS	S	3	NÃO HOUE VARIAÇÃO.
GASTOS OPERACIONAIS DAS EMPRESAS PÚBLICAS		QUADRO "MEDIDAS DE REDUÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS" PREENCHIDO	VER PÁG. 53 DO RELATÓRIO
PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA (ARTIGO 28.º DO DL 133/2013)		CUMPRE	VER PÁG. 54 DO RELATÓRIO
DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES CENTRALIZADAS NO IGCP	S	100%	VER PÁG. 54 DO RELATÓRIO
DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES NA BANCA COMERCIAL	S	0	
JUROS AUFERIDOS EM INCUMPRIMENTO DA UTE E ENTREGUES EM RECEITA DO ESTADO	S	0	

(A) INDICAR CADA OBJETIVO DE GESTÃO DA EMPRESA.

(B) DEVERÃO SER INDICADAS TAMBÉM RECOMENDAÇÕES RESULTANTES DE AUDITORIAS TRANSVERSAIS AO SECTOR DE ATIVIDADE E/OU SEE.

ANEXOS

- I. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL 2019.
- II. CONTROLO ORÇAMENTAL RECEITA 2019.
- III. CONTROLO ORÇAMENTAL DESPESA 2019.
- IV. DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PPI.
- V. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS RECEITA 2019.
- VI. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DESPESA 2019.
- VII. MAPA DE CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA 5.1.
- VIII. MAPA DE CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA 5.2.

ANEXO I - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL 2019.

Demonstração Desempenho Orçamental (Janeiro até Dezembro)

Exercício: 2019
 Lançamento: 000

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
	Saldo de gerência anterior							
	Operações orçamentais [1]	374.640,98	103.943,03	1.074.554,73	10.665,55	0,00	1 563 804,29	1 015 356,20
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	-606.765,09	0,00	0,00	-606 765,09	9 678 865,17
	Operações de tesouraria [A]					801.161,34	801 161,34	
	Receita corrente							
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	4.534.214,51	33.712.888,64	1.053.184,11	0,00	0,00	39.301.287,26	48.332.192,99
R5.1	Transferências correntes	4.535.214,51	33.712.888,64	1.053.184,11	0,00	0,00	39.301.287,26	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas	4.534.140,61	33.712.888,64	0,00	0,00	0,00	38.247.029,25	47.447.101,71
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	4.534.140,61	33.712.888,64	0,00	0,00	0,00	38.247.029,25	47.447.101,71
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	1.048.823,01	0,00	0,00	1.048.823,01	0,00
R5.1.3	Outras	1.073,90	0,00	4.361,10	0,00	0,00	5.435,00	885.091,28
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	33.533.191,46	0,00	0,00	0,00	0,00	33.533.191,46	20.963.185,50
R7	Outras Receitas Correntes	316,20	0,00	0,00	0,00	0,00	316,20	264.855,41
	Receita de Capital							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.000,00
R9.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.000,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita efetiva [2]	38.068.722,17	33.719.628,95	1.053.184,11	0,00	0,00	72.841.535,23	69 941 047,02
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	623 549,00
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	623 549,00
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	38.443.363,15	33.823.571,98	2.127.738,84	10.665,55	0,00	74.405.339,52	71 579 952,22
	Recebimentos de operações de tesouraria [B]					4.123.545,64	4.123.545,64	

Demonstração Desempenho Orçamental (Janeiro até Dezembro)

Exercício: 2019
 Lançamento: 000

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
	Despesa corrente							
D1	Despesas com o pessoal	0,00	9.575.667,31	2.763,98	0,00	0,00	9.578.431,29	8.884.043,92
D1.1	Remunerações certas e permanentes	0,00	7.316.386,47	2.229,79	0,00	0,00	7.318.616,26	6.568.805,48
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	429.173,48	0,00	0,00	0,00	429.173,48	604.256,48
D1.3	Segurança social	0,00	1.830.107,36	534,19	0,00	0,00	1.830.641,55	1.710.981,96
D2	Aquisição de bens e serviços	33.344.161,44	23.932.448,68	140.445,25	0,00	0,00	57.417.055,37	53.726.784,57
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	1.942.928,93	33.089,24	0,00	1.687,50	0,00	1.977.705,67	1.010.102,51
	Despesa de Capital							
D6	Aquisição de bens de capital	2.898.545,15	176.026,17	0,00	0,00	0,00	3.074.571,32	5.788.451,84
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa efetiva [5]	38 185 635,52	33 717 231,40	143 209,23	1 687,50	0,00	72 047 763,65	
	Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D10	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D11	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Soma [7]=[5]+[6]	38 185 635,52	33 717 231,40	143 209,23	1 687,50	0,00	72 047 763,65	
	Pagamentos de operações de tesouraria [C]					4 312 798,66	4 312 798,66	
	Saldos para gerência seguinte							
	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	257.727,63	106.340,58	1.984.529,61	8.978,05	0,00	2.357.575,87	2.170.569,38
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					611.908,32	611.908,32	
	Saldo global [2]-[5]	-116 913,35	2 397,55	909 974,88	-1 687,50	0,00	793 771,58	531 664,18
	Despesa primária	38 185 635,52	33 717 231,40	143 209,23	1 687,50	0,00	72 047 763,65	69 409 382,84
	Saldo corrente	2 781 631,80	171 683,41	909 974,88	-1 687,50	0,00	3 861 602,59	5 939 302,90
	Saldo de capital	-2 898 545,15	-176 026,17	0,00	0,00	0,00	-3 074 571,32	-5 448 451,84
	Saldo primário	-116 913,35	2 397,55	909 974,88	-1 687,50	0,00	793 771,58	531 664,18
	Receita total [1]+[2]+[3]	38 443 363,15	33 823 571,98	2 127 738,84	10 665,55	0,00	74 405 339,52	71 579 952,22
	Despesa total [5]+[6]	38 185 635,52	33 717 231,40	143 209,23	1 687,50	0,00	72 047 763,65	69 409 382,84

ANEXO II - CONTROLO ORÇAMENTAL RECEITA 2019.

Controlo Orçamental da Receita - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2019

Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receita liquidada	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida			Por cobrar no final do período	Grau exec. orç.	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
Receitas Correntes														
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R4	Rendimentos de propriedade	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5	Transferências e subsídios correntes	54.800.255,35	0,00	39.310.293,96	9.006,70	39.310.293,96	9.006,70	9.006,70	0,00	39.301.287,26	39.301.287,26	0,00	0,00%	71,72%
R5.1	Transferências correntes	54.800.255,35	0,00	39.310.293,96	9.006,70	39.310.293,96	9.006,70	9.006,70	0,00	39.301.287,26	39.301.287,26	0,00	0,00%	71,72%
R5.1.1	Administrações Públicas	42.079.908,35	0,00	38.247.029,25	0,00	38.247.029,25	0,00	0,00	0,00	38.247.029,25	38.247.029,25	0,00	0,00%	90,89%
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	42.079.908,35	0,00	38.247.029,25	0,00	38.247.029,25	0,00	0,00	0,00	38.247.029,25	38.247.029,25	0,00	0,00%	90,89%
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.2	Exterior - U E	12.714.911,00	0,00	1.057.829,71	9.006,70	1.057.829,71	9.006,70	9.006,70	0,00	1.048.823,01	1.048.823,01	0,00	0,00%	8,25%
R5.1.3	Outras	5.436,00	0,00	5.435,00	0,00	5.435,00	0,00	0,00	0,00	5.435,00	5.435,00	0,00	0,00%	99,98%
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R6	Venda de bens e serviços	44.240.642,39	12.759.856,35	36.057.725,18	8.769.376,68	33.563.458,32	30.266,86	30.266,86	6.940.684,26	26.592.507,20	33.533.191,46	6.515.013,39	15,69%	60,11%
R7	Outras Receitas Correntes	5.402,00	0,00	5.401,20	0,00	316,20	0,00	0,00	0,00	316,20	316,20	5.085,00	0,00%	5,85%
Total das Receitas Correntes		99.047.299,74	12.759.856,35	75.373.420,34	8.778.383,38	72.874.068,48	39.273,56	39.273,56	6.940.684,26	65.894.110,66	72.834.794,92	6.520.098,39	7,01%	66,53%
Receitas de Capital														
R8	Venda de bens de investimento	129.751,00	0,00	126.750,99	56.839,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.911,99	0,00%	0,00%
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%

Controlo Orçamental da Receita - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2019

Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receita liquidada	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida			Por cobrar no final do período	Grau exec. orç.	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
	Total das Receitas de Capital	129.751,00	0,00	126.750,99	56.839,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.911,99	0,00%	0,00%
	Receitas não efetivas													
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R13	Receita com Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
	Total das Receitas não efetivas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	6.740,31	0,00	6.740,31	0,00	6.740,31	0,00	0,00	0,00	6.740,31	6.740,31	0,00	0,00%	100,00%
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	2.170.569,38	0,00	2.170.569,38	606.765,09	2.170.569,38	606.765,09	606.765,09	0,00	1.563.804,29	1.563.804,29	0,00	0,00%	72,05%
	Total Geral (Receitas Correntes)	99.047.299,74	12.759.856,35	75.373.420,34	8.778.383,38	72.874.068,48	39.273,56	39.273,56	6.940.684,26	65.894.110,66	72.834.794,92	6.520.098,39	7,01%	66,53%
	Total Geral (Rec. de Capital)	129.751,00	0,00	126.750,99	56.839,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.911,99	0,00%	0,00%
	Total Geral (Receitas Não Efetivas)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
	Total Geral	101.354.360,43	12.759.856,35	77.677.481,02	9.441.987,47	75.051.378,17	646.038,65	646.038,65	6.940.684,26	67.464.655,26	74.405.339,52	6.590.010,38	6,85%	66,56%

O Contabilista Público

O Órgão de Gestão

Em ___ de _____ de _____

Em ___ de _____ de _____

ANEXO III - CONTROLO ORÇAMENTAL DESPESA 2019.

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2019

Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau exec. orc.	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
Despesas Correntes													
D1	Despesas com o pessoal	315.449,15	10.480.507,50	629.646,00	9.845.825,28	9.760.416,83	304.898,55	9.273.532,74	9.578.431,29	85.408,45	181.985,54	2,91%	88,48%
D1.1	Remunerações certas e permanentes	184.411,68	7.909.795,70	515.761,00	7.390.259,72	7.376.518,09	174.367,58	7.144.248,68	7.318.616,26	13.741,63	57.901,83	2,20%	90,32%
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	429.674,00	0,00	429.403,34	429.173,48	0,00	429.173,48	429.173,48	229,86	0,00	0,00%	99,88%
D1.3	Segurança social	131.037,47	2.141.037,80	113.885,00	2.026.162,22	1.954.725,26	130.530,97	1.700.110,58	1.830.641,55	71.436,96	124.083,71	6,10%	79,41%
D2	Aquisição de bens e serviços	9.192.477,74	72.775.607,46	64.880,00	64.265.258,72	59.917.834,46	9.103.657,06	48.313.398,31	57.417.055,37	4.347.424,26	2.500.779,09	12,51%	66,39%
D3	Juros e outros encargos	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D5	Outras Despesas Correntes	41,23	3.214.658,50	1.211.174,00	1.980.462,86	1.977.705,67	41,23	1.977.664,44	1.977.705,67	2.757,19	0,00	0,00%	61,52%
Total das Despesas Correntes		9.507.968,12	86.471.773,46	1.905.700,00	76.091.546,86	71.655.956,96	9.408.596,84	59.564.595,49	68.973.192,33	4.435.589,90	2.682.764,63	10,88%	68,88%
Despesas de Capital													
D6	Aquisição de bens de capital	315.416,90	14.882.586,97	0,00	4.444.001,27	3.757.794,86	315.416,89	2.759.154,43	3.074.571,32	686.206,41	683.223,54	2,12%	18,54%
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Total das Despesas de Capital		315.416,90	14.882.586,97	0,00	4.444.001,27	3.757.794,86	315.416,89	2.759.154,43	3.074.571,32	686.206,41	683.223,54	2,12%	18,54%

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2019

Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau exec. orc.	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
	Despesas não efetivas												
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
	Total das Despesas não efetivas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0%
	Total Geral (Despesas Correntes)	9.507.968,12	86.471.773,46	1.905.700,00	76.091.546,86	71.655.956,96	9.408.596,84	59.564.595,49	68.973.192,33	4.435.589,90	2.682.764,63	10,88%	68,88%
	Total Geral (Despesas Capital)	315.416,90	14.882.586,97	0,00	4.444.001,27	3.757.794,86	315.416,89	2.759.154,43	3.074.571,32	686.206,41	683.223,54	2,12%	18,54%
	Total Geral (Despesas não efetivas)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
	Total Geral	9.823.385,02	101.354.360,43	1.905.700,00	80.535.548,13	75.413.751,82	9.724.013,73	62.323.749,92	72.047.763,65	5.121.796,31	3.365.988,17	9,59%	61,49%

O Contabilista Público

O Órgão de Gestão

Em ___ de _____ de _____

Em ___ de _____ de _____

ANEXO IV – DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PPI

Demonstração da execução do Plano Plurianual de Investimento

Exercício: 2019

Lançamento: <TODOS>

Fase Execução:

(Valores em EUR)

Objetivo	Número do Projeto	Rubrica Orçamental	Designação	Forma de Realização	Fontes de Financiamento					Datas		Montante Previsto			Montante Executado			Nível de Execução Financeira Anual (%)	Nível de Execução Financeira Global (%)
					RG	RP	UE	EMP R	ND	Início	Fim	Ano t	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano t	Total		
PI-2018			PI do ano anterior (PAO2018)									0,00	0,00	0,00	0,00	1 727 248,59	1 727 248,59		
	I2018		PI do ano anterior (PAO2018)	O						01/01/2019	31/12/2019	0,00	0,00	0,00	0,00	1 727 248,59	1 727 248,59	0,00%	0,00%
		D6	Aquisição de bens de capital									0,00	0,00	0,00	0,00	1 727 248,59	1 727 248,59	0,00%	0,00%
PI-2019			Plano de Investimentos para 2019 - PAO									8 013 836,00	0,00	8 013 836,00	0,00	1 347 322,73	1 347 322,73		
	I2019.1		Beneficiação de Edifícios	E		100,00				01/01/2019	31/03/2020	2 601 450,00	0,00	2 601 450,00	0,00	569 519,45	569 519,45	21,89%	21,89%
		D6	Aquisição de bens de capital									2 601 450,00	0,00	2 601 450,00	0,00	569 519,45	569 519,45	21,89%	21,89%
	I2019.2		Equipamento básico	O		100,00				01/01/2019	29/02/2020	4 686 300,00	0,00	4 686 300,00	0,00	145 475,96	145 475,96	3,10%	3,10%
		D6	Aquisição de bens de capital									4 686 300,00	0,00	4 686 300,00	0,00	145 475,96	145 475,96	3,10%	3,10%
	I2019.3		Equipamento informático (administrativo)	O	2,03	97,97				01/01/2019	31/12/2019	246 000,00	0,00	246 000,00	0,00	414 502,77	414 502,77	4,56%	4,56%
		D6	Aquisição de bens de capital									246 000,00	0,00	246 000,00	0,00	414 502,77	414 502,77	4,56%	4,56%
	I2019.4		Equipamento administrativo	O		100,00				01/01/2019	29/02/2020	152 436,00	0,00	152 436,00	0,00	98 280,59	98 280,59	0,41%	0,41%
		D6	Aquisição de bens de capital									152 436,00	0,00	152 436,00	0,00	98 280,59	98 280,59	0,41%	0,41%
	I2019.5		Outros Investimentos	O		100,00				01/01/2019	31/12/2019	67 650,00	0,00	67 650,00	0,00	43 005,51	43 005,51	56,93%	56,93%
		D6	Aquisição de bens de capital									67 650,00	0,00	67 650,00	0,00	43 005,51	43 005,51	56,93%	56,93%
	I2019.6		Software Informático	O		100,00				01/01/2019	31/12/2019	260 000,00	0,00	260 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
		D6	Aquisição de bens de capital									260 000,00	0,00	260 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
	I2019.7		Não previsto	O						01/01/2019	29/02/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	76 538,45	76 538,45	0,00%	0,00%
		D6	Aquisição de bens de capital									0,00	0,00	0,00	0,00	76 538,45	76 538,45	0,00%	0,00%
Total												8 013 836,00	0,00	8 013 836,00	0,00	3 074 571,32	3 074 571,32		

O Contabilista Público

O Órgão de Gestão

Em ____ de _____ de _____

Em ____ de _____ de _____

ANEXO V - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS RECEITA 2019.

Alterações Orçamentais da Receita - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2019
 Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Receita				Previsões Corrigidas	Observações
		Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais				
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
Receitas Correntes							
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R4	Rendimentos de propriedade	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
R5	Transferências e subsídios correntes	47.379.011,00	2.690.941,58	1.689.867,58	6.420.170,35	54.800.255,35	
R5.1	Transferências correntes	47.379.011,00	2.690.941,58	1.689.867,58	6.420.170,35	54.800.255,35	
R5.1.1	Administrações Públicas	34.659.738,00	2.000.000,00	1.000.000,00	6.420.170,35	42.079.908,35	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	34.659.738,00	2.000.000,00	1.000.000,00	6.420.170,35	42.079.908,35	
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.2	Exterior - U E	12.719.273,00	685.505,58	689.867,58	0,00	12.714.911,00	
R5.1.3	Outras	0,00	5.436,00	0,00	0,00	5.436,00	
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R6	Venda de bens e serviços	37.911.010,00	56.839,00	193.066,00	6.465.859,39	44.240.642,39	
R7	Outras Receitas Correntes	0,00	5.402,00	0,00	0,00	5.402,00	
Total das Receitas Correntes		85.291.021,00	2.753.182,58	1.882.933,58	12.886.029,74	99.047.299,74	
Receitas de Capital							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	186.590,00	56.839,00	0,00	129.751,00	
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	1.000.000,00	2.000.000,00	1.000.000,00	0,00	
R9.1	Transferências de capital	0,00	1.000.000,00	2.000.000,00	1.000.000,00	0,00	
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	1.000.000,00	2.000.000,00	1.000.000,00	0,00	
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	1.000.000,00	2.000.000,00	1.000.000,00	0,00	
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Alterações Orçamentais da Receita - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2019
 Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Receita				Previsões Corrigidas	Observações
		Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais				
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Total das Receitas de Capital	0,00	1.186.590,00	2.056.839,00	1.000.000,00	129.751,00	
	Receitas não efetiva						
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R13	Receita com Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Total das Receitas não efetiva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	6.740,31	6.740,31	
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	2.170.569,38	2.170.569,38	
	Total Geral (Receitas Correntes)	85.291.021,00	2.753.182,58	1.882.933,58	12.886.029,74	99.047.299,74	
	Total Geral (Receitas Capital)	0,00	1.186.590,00	2.056.839,00	1.000.000,00	129.751,00	
	Total Geral (Receitas Não Efetivas)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Total Geral	85.291.021,00	3.939.772,58	3.939.772,58	16.063.339,43	101.354.360,43	

O Contabilista Público

O Órgão de Gestão

Em ____ de _____ de _____

Em ____ de _____ de _____

ANEXO VI - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DESPESA 2019.

Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2019

Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Despesa					Observações
		Dotações Iniciais	Alterações Orçamentais			Dotações Corrigidas	
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
Despesas Correntes							
D1	Despesas com o pessoal	9.763.189,00	2.920.892,30	2.203.573,80	0,00	10.480.507,50	
D1.1	Remunerações certas e permanentes	7.433.610,00	2.124.345,50	1.648.159,80	0,00	7.909.795,70	
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	688.160,00	38.187,00	296.673,00	0,00	429.674,00	
D1.3	Segurança social	1.641.419,00	758.359,80	258.741,00	0,00	2.141.037,80	
D2	Aquisição de bens e serviços	54.915.196,00	64.860.677,41	61.668.188,41	14.667.922,46	72.775.607,46	
D3	Juros e outros encargos	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D5	Outras Despesas Correntes	2.597.800,00	4.248.199,50	3.711.341,00	80.000,00	3.214.658,50	
Total das Despesas Correntes		67.277.185,00	72.029.769,21	67.583.103,21	14.747.922,46	86.471.773,46	
Despesas de Capital							
D6	Aquisição de bens de capital	18.013.836,00	21.468.074,65	25.914.740,65	1.315.416,97	14.882.586,97	
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2019
 Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Despesa					Observações
		Dotações Iniciais	Alterações Orçamentais			Dotações Corrigidas	
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Total das Despesas de Capital	18.013.836,00	21.468.074,65	25.914.740,65	1.315.416,97	14.882.586,97	
	Despesas não efetivas						
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Total das Despesas não efetivas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Total Geral (Despesas Correntes)	67.277.185,00	72.029.769,21	67.583.103,21	14.747.922,46	86.471.773,46	
	Total Geral (Despesas Capital)	18.013.836,00	21.468.074,65	25.914.740,65	1.315.416,97	14.882.586,97	
	Total Geral (Despesas não efetivas)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Total Geral	85.291.021,00	93.497.843,86	93.497.843,86	16.063.339,43	101.354.360,43	

O Contabilista Público

O Órgão de Gestão

Em ___ de _____ de _____

Em ___ de _____ de _____

ANEXO VII – MAPA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA 5.1

Mapa 5.1 - Situação dos contratos

Entidade	Objeto	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações (19)	
		(1)	Data (2)	Valor do contrato (3)	Preço contratual (4)	Número do registo (5)	Data (6)	Data do primeiro pagamento (7)	Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (11)	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos (12)	Total de pagamentos no período = (8)+(9)+(10)+(11)-(12) (13)	Trabalhos normais (14)	Revisão de preços (15)	Trabalhos a mais (16)		Trabalhos de suprimento de erros e omissões (17)
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
NOS Comunicações, SA	Aq. Impl. e Exploração do RIS	02/12/2014	5 313 600,00	5 313 600,00	2010/2014	01/12/2014	19/10/2015	105 528,47	-	-	-	-	105 528,47	5 104 248,47	-	-	-	-	-
ALTRAN - Altranportugal, SA	Desenvolvimento de sistemas de gestão, logística	21/09/2015	119 250,00	119 250,00			01/12/2017	2 599,78	-	-	-	-	2 599,78	119 510,66	-	-	-	-	-
ALTRAN - Altranportugal, SA	Manutenção 2ª linha SIMAVE	01/10/2016	160 970,20	160 970,20			29/03/2017	10 433,26	-	-	-	-	155 855,20	10 433,26	-	-	-	-	-
Joaquim Paulo Gomes Moreira	Estudo Potencial Internacionalização SNS	29/08/2016	82 360,80	82 360,80			29/03/2017	11 690,10	-	-	-	-	11 690,10	82 360,80	-	-	-	-	-
NOS Comunicações, SA	Plataforma Electrónica Alojamento e Viagens	25/08/2016	42 957,75	42 957,75			13/03/2019	42 957,75	-	-	-	-	42 957,75	42 957,75	-	-	-	-	-
ALTRAN - Altranportugal, SA	Evolução do RCU2 para a v3	25/11/2016	125 674,95	125 674,95			04/05/2017	19 959,26	-	-	-	-	19 959,26	125 608,22	-	-	-	-	-
GFI Portugal - Tecnologias de Informação SA	Servicos para Call center e suporte de 14 linha	01/06/2018	254 078,90	254 078,90			02/08/2018	108 105,16	-	-	-	-	108 105,16	214 082,76	-	-	-	-	-
ALTRAN - Altranportugal, SA	Aquisição de serviços para monitorização de sistemas	25/07/2017	405 350,56	405 350,56			28/12/2017	109 352,40	-	-	-	-	109 352,40	405 246,63	-	-	-	-	-
AMBIMED- Gestão Ambiental, Lda.	Recolha Incineradora de resíduos PTL	01/01/2017	101 234,54	101 234,54			04/05/2017	2 932,82	-	-	-	-	2 932,82	47 593,30	-	-	-	-	-
ALTRAN - Altranportugal, SA	Manutenção Corretiva suporte especializado SIM@SNS	19/06/2017	981 537,64	981 537,64	2392/17	01/08/2017	28/09/2017	387 174,26	-	-	-	-	387 174,26	919 422,28	-	-	-	-	-
AGFA HealthCare Spain, S.A.U.	Licença Visor Web (AGFA)	08/05/2017	12 000,00	12 000,00			16/12/2019	12 000,00	-	-	-	-	12 000,00	12 000,00	-	-	-	-	-
ALTRAN - Altranportugal, SA	Man. Corretiva e Evoluções Sist. Inf. Gd	18/10/2017	101 044,20	101 044,20			22/12/2017	32 480,86	-	-	-	-	32 480,86	97 452,14	-	-	-	-	-
ALTRAN - Altranportugal, SA	Aquisição de serviços manutenção 3º Vida	22/06/2017	73 234,20	73 234,20			25/08/2017	5 111,69	-	-	-	-	5 111,69	73 200,05	-	-	-	-	-
SIBS - Forward Payment Solutions, Lda.	Servicos utilização aplicação de multibanc	06/07/2017	5 840,04	5 840,04			12/10/2017	956,94	-	-	-	-	956,94	5 840,04	-	-	-	-	-
ALTRAN - Altranportugal, SA	Gestão Projeto - PEM	28/09/2017	61 722,78	61 722,78			29/12/2017	20 574,26	-	-	-	-	20 574,26	59 384,20	-	-	-	-	-
NOS Comunicações, SA	Servicos IVR apoio callercenter do centro suporte	01/06/2017	143 496,72	143 496,72			07/12/2017	55 221,23	-	-	-	-	55 221,23	137 386,45	-	-	-	-	-
SolidNetworks	Servicos de Backoffice - Centro de Suporte	02/01/2018	448 978,34	448 978,34	288/2018	12/04/2018	17/05/2018	26 963,89	-	-	-	-	26 963,89	142 689,52	-	-	-	-	-
ALTRAN - Altranportugal, SA	Manutenção e Suporte ao Sistema RNP	14/06/2017	106 811,23	106 811,23			26/07/2017	2 489,13	-	-	-	-	2 489,13	106 225,57	-	-	-	-	-
ALTRAN - Altranportugal, SA	Man. e Manutenção BIRH para RNV	21/06/2017	147 928,54	147 928,54			10/11/2017	43 298,57	-	-	-	-	43 298,57	143 213,77	-	-	-	-	-
GFI Portugal - Tecnologias de Informação SA	Consult. Arqu. Empr. eSI5	17/10/2017	170 478,00	170 478,00			15/03/2018	111 733,59	-	-	-	-	111 733,59	170 478,00	-	-	-	-	-
ITEN Solutions - Sistemas Informação SA	Servicos de apoio de gestão à UGSS	16/06/2017	73 800,00	73 800,00			26/07/2017	10 565,70	-	-	-	-	10 565,70	69 359,70	-	-	-	-	-
Safebox (Urbanos) - Gestão Documental	Gestão e Custódia de arquivos	14/07/2017	9 216,39	9 216,39			03/11/2017	680,87	-	-	-	-	680,87	9 216,39	-	-	-	-	-
GFI Portugal - Tecnologias de Informação SA	Aa. Servicos Manut. SITAM	28/08/2017	230 031,65	230 031,65			07/12/2017	19 570,33	-	-	-	-	19 570,33	200 763,32	-	-	-	-	-
ITEN Solutions - Sistemas Informação SA	Apoio Administrativo UAG	12/09/2017	40 100,76	40 100,76			07/12/2017	11 868,69	-	-	-	-	11 868,69	40 100,76	-	-	-	-	-
ITEN Solutions - Sistemas Informação SA	Unidade Ministerial de Compras (UMC)	12/09/2017	40 100,76	40 100,76			28/11/2017	15 410,62	-	-	-	-	15 410,62	38 692,42	-	-	-	-	-
Deloitte Consultores, S.A.	Apoio Administrativo DSI	15/11/2017	219 554,02	219 554,02			05/04/2018	37 854,92	-	-	-	-	37 854,92	219 554,02	-	-	-	-	-
ALTRAN - Altranportugal, SA	Desenvolvimento de software PNP50	18/12/2017	119 548,92	119 548,92			22/02/2018	28 981,55	-	-	-	-	28 981,55	119 548,92	-	-	-	-	-
Gliatt Healthcare Solutions, SA	Servicos de implementação de Data Discovery	10/10/2017	30 811,50	30 811,50			28/11/2017	5 366,18	-	-	-	-	5 366,18	30 811,50	-	-	-	-	-
EVERIS PORTUGAL, SA	Desmateralização do atestado Médico Multiusos	11/10/2017	231 245,66	231 245,66			29/12/2017	117 532,55	-	-	-	-	117 532,55	209 547,41	-	-	-	-	-
ALTRAN - Altranportugal, SA	Consult. Func. Certif. Electricos SCUNICO	22/09/2017	127 186,33	127 186,33			11/05/2018	56 186,01	-	-	-	-	56 186,01	127 186,33	-	-	-	-	-
ALTRAN - Altranportugal, SA	Proj. Manut. evoluções SINUS, MARTIA e SCLINICO	22/09/2017	127 186,33	127 186,33			11/05/2018	51 127,46	-	-	-	-	51 127,46	126 825,01	-	-	-	-	-
ALTRAN - Altranportugal, SA	Formação e suporte SI Cuidados Saúde Primários	22/09/2017	280 587,60	280 587,60			11/05/2018	119 202,97	-	-	-	-	119 202,97	280 482,33	-	-	-	-	-
Interfire, Lda.	Insp. e Manut. Equip. Extinção de Incendios	12/09/2017	5 916,92	5 916,92			14/12/2017	1 820,58	-	-	-	-	1 820,58	5 916,91	-	-	-	-	-
Universidade Nova de Lisboa (SASNOVA)	Conteúdos formativos PLIC	21/07/2017	92 237,70	92 237,70			19/12/2017	18 437,70	-	-	-	-	18 437,70	92 237,70	-	-	-	-	-
First Solutions - Sistemas de Informação S.A	Implementação Plataforma Restrição Populacional	01/06/2017	92 090,10	92 090,10			16/05/2019	21 041,49	-	-	-	-	21 041,49	92 090,10	-	-	-	-	-
ALTRAN - Altranportugal, SA	Suporte LSI. Sistema Inf. Cuidados Saúde Primários	12/09/2017	182 360,42	182 360,42			16/11/2017	37 372,14	-	-	-	-	37 372,14	175 412,53	-	-	-	-	-
EVERIS PORTUGAL, SA	BI para Sistemas de Restrição Electrónica	18/09/2017	56 864,97	56 864,97			19/12/2017	6 461,93	-	-	-	-	6 461,93	56 864,98	-	-	-	-	-
EVERIS PORTUGAL, SA	Apoio gestão de portfolios de iniciativas ENESIS	14/05/2018	34 040,25	34 040,25			21/09/2018	6 309,90	-	-	-	-	6 309,90	34 040,25	-	-	-	-	-
ITEN Solutions - Sistemas Informação SA	Desenv. Manut. Portais Iniciais do MS	05/12/2017	73 677,00	73 677,00			23/03/2018	9 009,75	-	-	-	-	9 009,75	73 677,00	-	-	-	-	-
ALTRAN - Altranportugal, SA	Manutenção e desenvolvimento do SGES	07/12/2017	227 953,44	227 953,44			29/12/2017	117 681,48	-	-	-	-	117 681,48	220 529,16	-	-	-	-	-
ALTRAN - Altranportugal, SA	Servicos de desenvolvimento de Backoffice RNU	09/12/2017	152 377,07	152 377,07			29/12/2017	37 296,55	-	-	-	-	37 296,55	152 420,12	-	-	-	-	-
EVERIS PORTUGAL, SA	Servicos no âmbito dos processos evolutivos RNU	07/12/2017	266 948,13	266 948,13			28/08/2018	170 864,64	-	-	-	-	170 864,64	266 965,39	-	-	-	-	-
CGITI Portugal, SA	Servicos p manutenção e Suporte SIGLIC	24/10/2017	218 913,24	218 913,24			01/03/2018	18 242,77	-	-	-	-	18 242,77	218 913,24	-	-	-	-	-
Retenções a fornecedores devedores à Seg Social	Serv. Apoio à Área de Apoio Geral	18/01/2018	36 900,01	36 900,01			31/05/2018	18 450,00	-	-	-	-	18 450,00	36 900,01	-	-	-	-	-
MATCH PROFILER - CONSULTORIA E DESENV	Monit. e Suporte workflows PNB	21/12/2017	94 298,69	94 298,69			31/03/2018	12 323,12	-	-	-	-	12 323,12	94 298,66	-	-	-	-	-
MEDI T2 - Higiene e Segurança, Lda.	Aq. Serv. Seg. e Higiene Trabalho LTI	07/05/2018	7 749,01	7 749,01			21/06/2018	2 583,04	-	-	-	-	2 583,04	5 166,08	-	-	-	-	-
MEDT 2 SAÚDE, Lda	Aa. Serv. Saúde no Trabalho LTI	07/05/2018	7 674,96	7 674,96			07/05/2018	2 360,05	-	-	-	-	2 360,05	2 900,15	-	-	-	-	-
EVERIS PORTUGAL, SA	Apoio especializado controlo de gestão da DSI	30/04/2018	52 602,48	52 602,48			19/10/2018	26 790,31	-	-	-	-	26 790,31	52 602,47	-	-	-	-	-
ALTRAN - Altranportugal, SA	Análise Funcional SLICA	31/08/2017	194 814,29	194 814,29			19/10/2018	62 443,78	-	-	-	-	62 443,78	174 939,46	-	-	-	-	-
Timstamp - Sistemas de Informação, S.A.	Servicos de apoio ao Sclínico Hospitalar	31/08/2017	194 832,00	194 832,00			01/03/2018	82 065,60	-	-	-	-	82 065,60	181 843,20	-	-	-	-	-
ALTRAN - Altranportugal, SA	Manutenção evolutiva e corretiva SICA	31/08/2017	238 993,92	238 993,92			11/05/2018	41 642,88	-	-	-	-	41 642,88	168 470,55	-	-	-	-	-
ALTRAN - Altranportugal, SA	Servicos de Evolução RNP	12/12/2017	112 742,78	112 742,78			09/12/2018	49 324,96	-	-	-	-	49 324,96	112 742,78	-	-	-	-	-
BIQ. HEALTH SOLUTIONS	Serv. Projeto Transf. Dig. SNS sem Papel	09/11/2017	61 497,54	61 497,54			29/12/2017	9 724,11	-	-	-	-	9 724,11	61 488,69	-	-	-	-	-
ALTRAN - Altranportugal, SA	Desenvol. e Impl. Func. PEM	01/02/2018	368 955,52	368 955,52			31/05/2018	153 033,06	-	-	-	-	153 033,06	267 867,09	-	-	-	-	-
Optimizer - Servicos e Consultoria Informatica.	Desenvolvimento PNB	26/03/2018	87 544,51	87 544,51			29/12/2018	58 031,40	-	-	-	-	58 031,40	87 544,51	-	-	-	-	-
Deloitte Consultores, S.A.	Servicos de apoio especializado UMC	28/03/2018	232 531,99	232 531,99			28/08/2018	163 966,62	-	-	-	-	163 966,62	232 531,99	-	-	-	-	-
EVERIS PORTUGAL, SA	S																		

Entidade	Objeto	Contrato			Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento (7)	Pagamentos no período						Pagamentos acumulados						Observações (19)
		(1)	Data (2)	Valor do contrato (3)	Preço contratual (4)	Número do registro (5)		Data (6)	Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (11)	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos (12)	Total de pagamentos no período = (8)+(9)+(10)+(11)+(12)	Trabalhos normais (14)	Revisão de preços (15)	Trabalhos a mais (16)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (17)	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos (18)	
PDM&C	Evolução App MV SMS	15/03/2018	148 072,33 €	148 072,33 €			26/07/2018	62 713,40 €	- €	- €	- €	- €	62 713,40 €	139 816,88 €	- €	- €	- €	- €	- €	20170548
Onitelem Infocomunicações, SA	Ligação da SPMS à coletora - União das Miseriórdi	27/02/2018	4 445,71 €	4 445,71 €			27/07/2018	1 942,03 €	- €	- €	- €	- €	1 942,03 €	3 053,47 €	- €	- €	- €	- €	- €	20170580.L11
Onitelem Infocomunicações, SA	Ligação da SPMS à coletora	27/02/2018	7 380,00 €	7 380,00 €			27/07/2018	3 372,59 €	- €	- €	- €	- €	3 372,59 €	7 062,59 €	- €	- €	- €	- €	- €	20170580.L12
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serviços TIC para RENTEV	21/03/2018	70 607,12 €	70 607,12 €			23/04/2018	37 833,20 €	- €	- €	- €	- €	37 833,20 €	66 539,63 €	- €	- €	- €	- €	- €	20170591.L11
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serviços TIC RNU	21/03/2018	143 656,13 €	143 656,13 €			23/04/2018	45 933,23 €	- €	- €	- €	- €	45 933,23 €	111 464,69 €	- €	- €	- €	- €	- €	20170591.L12
EVERIS PORTUGAL, SA	Gestão e Suporte para sistemas da SPMS	26/02/2018	104 486,91 €	104 486,91 €			28/11/2018	34 827,32 €	- €	- €	- €	- €	34 827,32 €	104 486,91 €	- €	- €	- €	- €	- €	20170595.L11
ITEN Solutions - Sistemas Informação SA	Gestão e Suporte para sistemas da SPMS	19/02/2018	89 056,31 €	89 056,31 €			11/05/2018	29 735,88 €	- €	- €	- €	- €	29 735,88 €	89 056,36 €	- €	- €	- €	- €	- €	20170595.L12
IPWIRE - TECNOLOGIAS PARA COMUNICAÇÕES, LDA	Manutenção Equipamentos Videoconferência	26/02/2018	13 530,00 €	13 530,00 €			06/07/2018	3 382,50 €	- €	- €	- €	- €	3 382,50 €	12 402,52 €	- €	- €	- €	- €	- €	20170596
José Luis Gomes de Azevedo	Serviços de Apoio Logístico à SPMS	13/02/2018	91 635,00 €	91 635,00 €			05/07/2018	31 717,73 €	- €	- €	- €	- €	31 717,73 €	60 352,83 €	- €	- €	- €	- €	- €	20170611
ROSTAND I.D - Prestação de Serviços, Lda	Serviços de Apoio Transversal DCPI	12/03/2018	86 059,41 €	86 059,41 €			03/05/2018	28 982,77 €	- €	- €	- €	- €	28 982,77 €	86 059,40 €	- €	- €	- €	- €	- €	20170613
Luranchon - Jürgens Wehnert	Serviços Especializados Projetos Internacionais	07/03/2018	74 000,00 €	74 000,00 €			14/06/2018	4 991,30 €	- €	- €	- €	- €	4 991,30 €	74 000,10 €	- €	- €	- €	- €	- €	20170614
ITEN Solutions - Sistemas Informação SA	Renovação Licenciamento Microsoft	23/07/2018	13 234 733,26 €	13 234 733,26 €	1096/2018	20/07/2018	14/09/2018	3 705 725,30 €	- €	- €	- €	- €	3 705 725,30 €	13 234 733,26 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180003
SEARCHWIND - CONSULTORES DE GESTÃO, LDA	Serviços de apoio Projetos Europeus	12/06/2018	179 479,24 €	179 479,24 €			02/08/2018	110 230,67 €	- €	- €	- €	- €	110 230,67 €	179 463,67 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180005.L11
INOVAMIS - Serv. de Consult. em Inv. Tecn., SA	Serviços de apoio Projetos Europeus	25/07/2018	231 525,36 €	231 525,36 €			27/11/2018	79 702,72 €	- €	- €	- €	- €	79 702,72 €	112 280,09 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180005.L12
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA	Liciação Coletora Miseriórdias	19/03/2018	2 952,00 €	2 952,00 €			11/01/2018	492,00 €	- €	- €	- €	- €	492,00 €	2 862,09 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180007
ALTRAN - Altranportugal, SA	Gestão de Projeto Exames sem papel	15/05/2018	114 561,22 €	114 561,22 €			13/07/2018	35 583,41 €	- €	- €	- €	- €	35 583,41 €	114 561,22 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180018
ALTRAN - Altranportugal, SA	Manutenção de equipamento CISCO	03/04/2018	104 213,34 €	104 213,34 €			24/04/2018	26 053,32 €	- €	- €	- €	- €	26 053,32 €	104 213,34 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180018
ALTRAN - Altranportugal, SA	Implementação do regulamento RNU	23/04/2018	173 184,00 €	173 184,00 €			02/08/2018	138 544,13 €	- €	- €	- €	- €	138 544,13 €	173 184,01 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180022
ALTRAN - Altranportugal, SA	Análise e Desenvolvimento para o PNB	13/04/2018	164 005,25 €	164 005,25 €			19/10/2018	7 896,85 €	- €	- €	- €	- €	7 896,85 €	163 976,93 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180023
ALTRAN - Altranportugal, SA	Desenvolvimento das aplicações RNU	05/04/2018	129 888,00 €	129 888,00 €			21/06/2018	88 412,40 €	- €	- €	- €	- €	88 412,40 €	129 888,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180024
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA	Serviços de Comunicação Datacenter	14/05/2018	2 053,95 €	2 053,95 €			27/07/2018	81,49 €	- €	- €	- €	- €	81,49 €	502,50 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180025.L11
ALTRAN - Altranportugal, SA	Operação e Suporte SISO	04/06/2018	157 679,94 €	157 679,94 €			06/08/2018	127 251,38 €	- €	- €	- €	- €	127 251,38 €	148 895,58 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180025.L12
EVERIS PORTUGAL, SA	Manutenção e Suporte SISO	27/03/2018	82 803,60 €	82 803,60 €			15/06/2018	38 100,48 €	- €	- €	- €	- €	38 100,48 €	69 706,56 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180029
Axiense Digital Solutions, S.A.	Infraestrutura p/ upgrade de rede central	07/11/2018	1 104 389,08 €	1 104 389,08 €	2683/2018	05/11/2018	24/04/2019	1 104 389,08 €	- €	- €	- €	- €	1 104 389,08 €	1 104 389,08 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180044
ABS - CONSULTORIA INFORMÁTICA, LDA	Serviço desenvolvimento LIGHT	01/06/2018	162 273,41 €	162 273,41 €			13/09/2018	48 743,92 €	- €	- €	- €	- €	48 743,92 €	162 273,41 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180047
EVERIS PORTUGAL, SA	Consultoria Propriedade Intelectual e Protec. dados	07/05/2018	320 758,42 €	320 758,42 €			07/09/2018	85 214,89 €	- €	- €	- €	- €	85 214,89 €	320 758,42 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180048
Miranda & Associados - Sociedade de Advogados, RL	Serviços Patrocinio Judicial	21/03/2018	83 025,00 €	83 025,00 €			13/07/2018	10 147,50 €	- €	- €	- €	- €	10 147,50 €	75 368,25 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180049
BIQ HEALTH SOLUTIONS	Suporte à realização de Workshops ENESIS 2020	25/06/2018	30 627,00 €	30 627,00 €			24/04/2019	15 313,50 €	- €	- €	- €	- €	15 313,50 €	15 313,50 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180051
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	Serv.gestão de projeto SONHO, SCLINICO e SONHOS OS	24/05/2018	427 692,65 €	427 692,65 €			05/07/2018	114 182,24 €	- €	- €	- €	- €	114 182,24 €	427 692,61 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180054
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	Serv.concepção e desenv. tecnologias ORACLE	24/05/2018	361 976,21 €	361 976,21 €			05/07/2018	99 333,94 €	- €	- €	- €	- €	99 333,94 €	361 976,20 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180055
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	Serv.apoiio e execução de rollouts	25/05/2018	420 417,94 €	420 417,94 €			05/07/2018	115 458,62 €	- €	- €	- €	- €	115 458,62 €	420 417,92 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180056
ALTRAN - Altranportugal, SA	Manut correç. e evol. Certificados Eletrónicos	24/07/2018	252 772,87 €	252 772,87 €	2352/2018	24/09/2018	27/11/2018	199 763,64 €	- €	- €	- €	- €	199 763,64 €	252 746,71 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180058.L11
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv.desenv. e manut.do portal administrativo	15/07/2018	165 737,00 €	165 737,00 €	2353/2018	24/09/2018	26/05/2019	156 265,62 €	- €	- €	- €	- €	156 265,62 €	165 737,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180058.L12
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv.desenv. e manut.do portal institucional	24/07/2018	186 363,76 €	186 363,76 €	2354/2018	24/09/2018	26/02/2019	186 363,76 €	- €	- €	- €	- €	186 363,76 €	186 363,76 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180058.L13
ALTRAN - Altranportugal, SA	Manutenção Evol. e correç. Portal do Profissional	24/07/2018	216 934,61 €	216 934,61 €	24/09/2018	24/09/2018	26/02/2019	216 934,61 €	- €	- €	- €	- €	216 934,61 €	216 934,61 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180058.L14
INOVASTREAM LDA	Desenvolvimento de Conteúdos Audiovisuais	09/10/2018	111 725,00 €	111 725,00 €			08/11/2018	83 793,77 €	- €	- €	- €	- €	83 793,77 €	111 724,99 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180059
BABEL IBERICA, S.A.	Gestão de processos e de Business Analysis	18/06/2018	118 030,80 €	118 030,80 €			14/11/2018	53 822,04 €	- €	- €	- €	- €	53 822,04 €	117 420,90 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180060
Link Consulting - Tecnologias de Informação S.A.	Manut. e suporte aplicacional SIGTD	20/03/2018	418 200,00 €	418 200,00 €			24/05/2018	9 994,73 €	- €	- €	- €	- €	9 994,73 €	418 200,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180062
ITEN Solutions - Sistemas Informação SA	Serv. especializados para a DPOD	10/05/2018	107 670,00 €	107 670,00 €			09/08/2018	47 842,08 €	- €	- €	- €	- €	47 842,08 €	107 670,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180064
Euroxem - Facility Services, Lda	Serv. limpeza para edifício 5 Out	13/03/2018	37 694,09 €	37 694,09 €			14/06/2018	9 589,97 €	- €	- €	- €	- €	9 589,97 €	34 614,62 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180066
ITAU - Instituto Técnico de Alimentação Humana, SA	Serviço de Catering	11/04/2018	61 500,00 €	61 500,00 €			17/05/2018	23 276,18 €	- €	- €	- €	- €	23 276,18 €	51 657,68 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180074
Informatica El Corte Inglés, SA	Serv. manutenção de equipamento F5	30/05/2018	74 379,12 €	74 379,12 €			27/07/2018	8 264,39 €	- €	- €	- €	- €	8 264,39 €	74 379,15 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180077
Glintt Healthcare Solutions, SA	Serv.manut e suporte RHV	11/06/2018	378 151,20 €	378 151,20 €			02/08/2018	117 735,02 €	- €	- €	- €	- €	117 735,02 €	378 151,19 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180078
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv.manutenção Área do Cidadão	22/06/2018	137 233,17 €	137 233,17 €			28/08/2018	92 045,31 €	- €	- €	- €	- €	92 045,31 €	137 222,62 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180085.L11
EVERIS PORTUGAL, SA	Evolução APP MV SMS	22/06/2018	93 806,40 €	93 806,40 €			26/02/2019	93 806,40 €	- €	- €	- €	- €	93 806,40 €	93 806,40 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180085.L14
Cappemini Portugal, SA	Serv.Apoio aos projetos transversais UPICCC	22/06/2018	116 498,22 €	116 498,22 €			19/10/2018	78 929,10 €	- €	- €	- €	- €	78 929,10 €	116 498,22 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180085.L15
Daily Spin - Consultoria de Gestão, Unipessoal Lda	Serv. apoio transversal DCPI	30/07/2018	50 614,50 €	50 614,50 €			15/10/2018	12 563,64 €	- €	- €	- €	- €	12 563,64 €	50 614,50 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180088.L11
Rules and Knowledge - Consultoria Lda	Serv. apoio transversal DCPI	29/06/2018	42 508,80 €	42 508,80 €			28/08/2018	10 627,20 €	- €	- €	- €	- €	10 627,20 €	42 508,80 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180088.L12
MindCoordinate, Lda.	Serv. apoio transversal DCPI	29/06/2018	50 577,60 €	50 577,60 €			28/08/2018	3 161,10 €	- €	- €	- €	- €	3 161,10 €	41 094,30 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180088.L13
SEARCHWIND - CONSULTORES DE GESTÃO, LDA	Serv. apoio transversal DCPI	23/07/2018	43 554,30 €	43 554,30 €			28/08/2018	14 981,36 €	- €	- €	- €	- €	14 981,36 €	43 554,32						

Entidade	Objeto	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento (7)	Pagamentos no período						Pagamentos acumulados						Observações (19)
		(1)	Data (2)	Valor do contrato (3)	Preço contratual (4)	Número do registro (5)	Data (6)		Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (11)	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos (12)	Total de pagamentos no período (13) = (8)+(9)-(10)-(11)+(12)	Trabalhos normais (14)	Revisão de preços (15)	Trabalhos a mais (16)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (17)	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos (18)		
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv. Especializ. migração dados SICSP	26/07/2018	119 486,96 €	119 486,96 €			28/11/2018	114 518,01 €	- €	- €	- €	- €	114 518,01 €	119 497,05 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802048	
ITEN Solutions - Sistemas Informação SA	Manutenção Corretiva e Evolutiva Plataforma GPFMS	25/10/2018	91 459,73 €	91 459,73 €			03/12/2018	16 905,74 €	- €	- €	- €	- €	16 905,74 €	16 905,74 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802049	
Novabase Business Solutions, S.A.	Serv.manutenção corretiva e evolutiva SICA	27/08/2018	304 658,70 €	304 658,70 €			06/12/2018	198 028,16 €	- €	- €	- €	- €	198 028,16 €	304 658,71 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802053	
Winning - Scientific Management, Lda	Serviços de Gestão - UIAAI	09/10/2018	59 034,10 €	59 034,10 €			26/02/2019	53 071,06 €	- €	- €	- €	- €	53 071,06 €	53 071,06 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802056.171	
Winning Scientific Data, Lda	Serviços de Gestão - UIAAI	09/10/2018	59 638,08 €	59 638,08 €			29/12/2018	42 168,34 €	- €	- €	- €	- €	42 168,34 €	45 782,77 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802056.172	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serviços de Gestão - UIAAI	24/09/2018	58 410,63 €	58 410,63 €			06/12/2018	50 620,92 €	- €	- €	- €	- €	50 620,92 €	57 710,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802056.173	
BIQ. HEALTH SOLUTIONS	Serviços de Gestão - UIAAI	24/09/2018	51 552,55 €	51 552,55 €			29/12/2018	32 578,35 €	- €	- €	- €	- €	32 578,35 €	41 642,36 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802056.174	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Testing para Exames sem papel	05/09/2018	58 962,85 €	58 962,85 €			06/12/2018	43 355,04 €	- €	- €	- €	- €	43 355,04 €	58 962,85 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802061	
ITEN Solutions - Sistemas Informação SA	Serviços de manutenção do SIGLIC	05/11/2018	57 150,72 €	57 150,72 €			06/02/2019	50 006,88 €	- €	- €	- €	- €	50 006,88 €	50 006,88 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802062	
SOFTVENTURE - Consultoria e Tecnologia, SA	Desenvolvimento da Plataforma de Gestão GPR SNS	21/11/2018	112 286,70 €	112 286,70 €			24/04/2019	42 107,51 €	- €	- €	- €	- €	42 107,51 €	42 107,51 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802063	
ITEN Solutions - Sistemas Informação SISP	Serv.manutenção evolutiva SISP	01/10/2018	140 279,04 €	140 279,04 €			24/04/2019	140 279,04 €	- €	- €	- €	- €	140 279,04 €	140 279,04 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802070	
GFI Portugal - Tecnologias de Informação SA	Serviços Gestão Projeto Programa de Rastreios	09/11/2018	90 331,20 €	90 331,20 €			23/04/2019	71 202,24 €	- €	- €	- €	- €	71 202,24 €	71 202,24 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802072	
SYNSNOVARE Innovative Solutions, SA	Licenciamento Solução Gestão Presenças	31/07/2018	15 547,20 €	15 547,20 €			06/09/2018	1 943,40 €	- €	- €	- €	- €	1 943,40 €	1 943,40 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802074	
BABEL IBERICA, S.A.	Serviços para análise de conformidade	11/10/2018	35 938,14 €	35 938,14 €			27/12/2018	28 296,19 €	- €	- €	- €	- €	28 296,19 €	35 938,23 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802080	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv Consultoria Tecnológica para Testes Software	02/11/2018	70 970,80 €	70 970,80 €			06/02/2019	67 713,51 €	- €	- €	- €	- €	67 713,51 €	67 713,51 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802089.171	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serviços de release engineer	02/11/2018	20 098,00 €	20 098,00 €			28/05/2019	20 098,00 €	- €	- €	- €	- €	20 098,00 €	20 098,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802089.172	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv Consultoria Tecnológica para o projeto LIVE	02/11/2018	48 231,74 €	48 231,74 €			23/04/2019	48 176,94 €	- €	- €	- €	- €	48 176,94 €	48 176,94 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802089.173	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Servico de Gestão de Projeto	02/11/2018	21 552,75 €	21 552,75 €			28/05/2019	17 144,22 €	- €	- €	- €	- €	17 144,22 €	17 144,22 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802089.174	
BABEL IBERICA, S.A.	Serv. Gestão projeto p implementação do MOGSS	13/03/2019	47 080,86 €	47 080,86 €			22/08/2019	47 080,85 €	- €	- €	- €	- €	47 080,85 €	47 080,85 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802092.171	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv Especializadas área Gestão Serv. Suporte	14/03/2019	53 114,75 €	53 114,75 €			18/10/2019	33 514,06 €	- €	- €	- €	- €	33 514,06 €	33 514,06 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802092.172	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serviços de consultoria p apoio à implementação	14/03/2019	17 957,61 €	17 957,61 €			30/12/2019	17 957,61 €	- €	- €	- €	- €	17 957,61 €	17 957,61 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802092.173	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serviços para as primeiras linhas de suporte	11/12/2018	70 980,77 €	70 980,77 €			28/05/2019	52 405,28 €	- €	- €	- €	- €	52 405,28 €	52 405,28 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802092.174	
Glintt - Global Intelligent Technologies, S.A.	Desenvolvimento e Alargamento Exisitiva	11/10/2018	136 564,44 €	136 564,44 €			06/02/2019	84 549,40 €	- €	- €	- €	- €	84 549,40 €	84 549,40 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802093	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv.Manut., Desenv. e Suporte SONHO	13/11/2018	245 078,58 €	245 078,58 €			24/04/2019	229 977,48 €	- €	- €	- €	- €	229 977,48 €	229 977,48 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802096	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Manutenção e desenv. módulo faturação SONHO	31/07/2018	90 921,60 €	90 921,60 €			28/11/2018	30 996,00 €	- €	- €	- €	- €	30 996,00 €	90 887,16 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802097	
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	Serv.desenv., arq. e implement. Sclínico Hospitalar	08/08/2018	318 816,00 €	318 816,00 €	26/23/2018	22/10/2018	23/04/2019	318 816,00 €	- €	- €	- €	- €	318 816,00 €	318 816,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802098	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv.desenv., arq. e implem. MCDT	08/08/2018	318 816,00 €	318 816,00 €	26/24/2018	22/10/2018	23/04/2019	318 816,00 €	- €	- €	- €	- €	318 816,00 €	318 816,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	201802099	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv. Serviços de suporte 2ª linha - Exames sem Papel	22/10/2018	24 575,70 €	24 575,70 €			06/12/2018	14 377,62 €	- €	- €	- €	- €	14 377,62 €	24 575,70 €	- €	- €	- €	- €	- €	201803001.171	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Aq.Serv Suporte 2ª linha - Prescr Eletrónica Médica	22/10/2018	41 571,24 €	41 571,24 €			06/12/2018	19 531,32 €	- €	- €	- €	- €	19 531,32 €	41 571,25 €	- €	- €	- €	- €	- €	201803000.172	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv Gestão Projeto Suporte PEM âmbito Hospitalar	12/11/2018	139 159,64 €	139 159,64 €			23/04/2019	64 161,71 €	- €	- €	- €	- €	64 161,71 €	64 161,71 €	- €	- €	- €	- €	- €	201803003	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Consultoria tecnológica HEALTHIED	01/10/2018	166 237,40 €	166 237,40 €			07/12/2018	150 237,41 €	- €	- €	- €	- €	150 237,41 €	159 854,44 €	- €	- €	- €	- €	- €	201803006	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv.Testing Aplicacional	12/11/2018	105 114,03 €	105 114,03 €			23/04/2019	50 800,28 €	- €	- €	- €	- €	50 800,28 €	50 800,28 €	- €	- €	- €	- €	- €	201803008	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Projeto exames sem papel área Gestão Medicamento	27/09/2018	27 656,70 €	27 656,70 €			23/04/2019	27 656,70 €	- €	- €	- €	- €	27 656,70 €	27 656,70 €	- €	- €	- €	- €	- €	201803009	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Aquisição de serviços de suporte de 1ª Linha	04/12/2018	84 897,95 €	84 897,95 €			27/12/2018	25 301,94 €	- €	- €	- €	- €	25 301,94 €	33 826,53 €	- €	- €	- €	- €	- €	201803010	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv.Desenv.Aplicacional - Exames sem Papel	19/11/2018	24 540,17 €	24 540,17 €			23/04/2019	24 540,19 €	- €	- €	- €	- €	24 540,19 €	24 540,19 €	- €	- €	- €	- €	- €	201803111	
EVERIS PORTUGAL, SA	Serv.Consultoria Integrd.Sistemas-Exames sem Papel	19/11/2018	27 006,47 €	27 006,47 €			26/02/2019	27 006,46 €	- €	- €	- €	- €	27 006,46 €	27 006,46 €	- €	- €	- €	- €	- €	201803111.172	
BABEL IBERICA, S.A.	Gestão de Projeto RNTI	09/10/2018	53 015,95 €	53 015,95 €			06/02/2019	53 015,96 €	- €	- €	- €	- €	53 015,96 €	53 015,96 €	- €	- €	- €	- €	- €	201803012	
ITEN Solutions - Sistemas Informação SA	Aquisi serv p/ levantamento de dados de exames	02/11/2018	61 598,40 €	61 598,40 €			21/11/2019	61 598,40 €	- €	- €	- €	- €	61 598,40 €	61 598,40 €	- €	- €	- €	- €	- €	201803014	
Novabase Business Solutions, S.A.	Serv.Manut.Suporte 2ª linha - Exames sem Papel	23/11/2018	89 303,41 €	89 303,41 €			28/05/2019	44 424,66 €	- €	- €	- €	- €	44 424,66 €	89 303,41 €	- €	- €	- €	- €	- €	201803015	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Manutenção Evolutiva e Corretiva SICG	21/09/2018	89 303,41 €	89 303,41 €			06/12/2018	83 879,38 €	- €	- €	- €	- €	83 879,38 €	89 303,41 €	- €	- €	- €	- €	- €	201803020	
STAPLES PORTUGAL - EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO, SA	Aquisição de consumíveis de impressão	16/10/2018	39 178,11 €	39 178,11 €			28/05/2019	10 147,40 €	- €	- €	- €	- €	10 147,40 €	10 147,40 €	- €	- €	- €	- €	- €	201803025	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serviços para área de interoperabilidade semântica	21/09/2018	16 241,90 €	16 241,90 €			06/02/2019	16 241,91 €	- €	- €	- €	- €	16 241,91 €	16 241,91 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180329.171	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serviços de manutenção esportes ao RENTEV e RENDDA	26/11/2018	10 953,89 €	10 953,89 €			23/04/2019	10 953,89 €	- €	- €	- €	- €	10 953,89 €	10 953,89 €	- €	- €	- €	- €	- €	201803030.171	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serviços de manutenção e suporte ao RNP	26/11/2018	21 246,81 €	21 246,81 €			26/03/2019	21 241,01 €	- €	- €	- €	- €	21 241,01 €	21 241,01 €	- €	- €	- €	- €	- €	201803030.172	
Novabase Business Solutions, S.A.	Desenvolvimento sistema de informação geografica	04/10/2018	94 090,87 €	94 090,87 €			06/12/2018	56 656,84 €	- €	- €	- €	- €	56 656,84 €	66 511,84 €	- €	- €	- €	- €	- €	201803038	
Novabase Business Solutions, S.A.	Projeto Business Intelligence	07/09/2018	126 640,80 €	126 640,80 €			06/12/2018	84 427,20 €	- €	- €	- €	- €	84 427,20 €	126 640,80 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180344	
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	Serv. Análise Func - Sclínico Hospitalar	14/08/2018	59 040,00 €	59 040,00 €			28/11/2018	29 520,00 €	- €	- €	- €	- €	29 520,00 €	59 040,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180345.171	
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	Serv.Formação Ativação - Sclínico Hospitalar	14/08/2018	127 920,00 €	127 920,00 €			28/11/2018	63 960,00 €	- €	- €	- €	- €	63 960,00 €	127 920,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180345.172	
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	Serv.Manut Base Dados - Sclínico Hospitalar	14/08/2018	59 040,00 €	59 040,00 €			28/11/2018	29 520,00 €	- €	- €	- €	- €	29 520,00 €	59 040,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	20180345.173	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv. Desen Ap. Cln Interio - Sclínico Hospitalar	02/1																			

Entidade	Contrato			Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento (7)	Pagamentos no período						Pagamentos acumulados						Observações (19)
	Objeto	Data (2)	Valor do contrato (3)	Preço contratual (4)	Número do registro (5)		Data (6)	Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (11)	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos (12)	Total de pagamentos no período (13) (8)+(9)+(10)+(11)+(12)	Trabalhos normais (14)	Revisão de preços (15)	Trabalhos a mais (16)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (17)	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos (18)	
FONTE VIVA (Iet Cooler - Águas e Cafés, SA)	Serv e instalação purificadoras de água CCMSNS	30/11/2018	1.173,42 €	1.173,42 €			27/12/2018	85,79 €	- €	- €	- €	85,79 €	102,09 €	- €	- €	- €	- €	20180492.114	
Galp Energia - Petróleos de Portugal - Petrolgal SA	Combustíveis rodoviários p/ viaturas SPMS	07/01/2019	11.770,73 €	11.770,73 €			03/04/2019	7.474,74 €	- €	- €	- €	7.474,74 €	7.474,74 €	- €	- €	- €	- €	20180494	
Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda	Eletricidade Lisboa Porto e Maia	01/01/2019	332.002,00 €	332.002,00 €			12/04/2019	242.392,51 €	- €	- €	- €	242.392,51 €	242.392,51 €	- €	- €	- €	- €	20180495	
First Solutions - Sistemas de Informação S.A	Serv.manut.corretiva e evoluitiva SIMA Restreios	01/01/2019	941.951,84 €	941.951,84 €	3746/2018	27/02/2019	16/05/2019	431.743,07 €	- €	- €	- €	431.743,07 €	431.743,07 €	- €	- €	- €	- €	20180498	
Colmeal - Consultores em Rede, Lda	Serv desenvolvimento portais SIMA	26/12/2018	57.859,20 €	57.859,20 €			26/03/2019	57.859,20 €	- €	- €	- €	57.859,20 €	57.859,20 €	- €	- €	- €	- €	20180499	
CSH - Comércio Serviços Higiene, Lda	SPMS Porto - Lisboa (AREL) - Lixévia (SOUT125) e CCM	01/03/2019	68.274,84 €	68.274,84 €			26/07/2019	18.529,50 €	- €	- €	- €	18.529,50 €	18.529,50 €	- €	- €	- €	- €	20180502	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv.Desenv.Implem Regular RNU	02/02/2019	286.827,34 €	286.827,34 €			08/11/2019	90.433,63 €	- €	- €	- €	90.433,63 €	90.433,63 €	- €	- €	- €	- €	20180503	
J.P.N. - José Pereira Novais, Lda	Manutenção Sistema AVAC - Edifício CCMSNS - MAIA	26/11/2018	5.996,25 €	5.996,25 €			27/12/2018	11.372,70 €	- €	- €	- €	11.372,70 €	11.372,70 €	- €	- €	- €	- €	20180504	
MATCH PROFILER - CONSULTADORIA E DESENV	Serv.manut.suporte RENTEV e RENDA	01/01/2019	68.560,20 €	68.560,20 €			08/05/2019	38.376,00 €	- €	- €	- €	38.376,00 €	38.376,00 €	- €	- €	- €	- €	20180509	
Areia Atlântico, SA	Aluguer Alttice Areia eHealth Summit	18/03/2019	97.785,00 €	97.785,00 €			11/03/2019	92.219,26 €	- €	- €	- €	92.219,26 €	92.219,26 €	- €	- €	- €	- €	20180520	
Comarcas - Lda - Serviços Audiovisuais SA	Aq Serv s'eminário de Compras Públicas	20/11/2018	19.892,79 €	19.892,79 €			14/03/2019	17.312,25 €	- €	- €	- €	17.312,25 €	17.312,25 €	- €	- €	- €	- €	20180530	
Global Person, Lda	Empreitada Requalif Entrada/Cobertura SPMS Lisboa	30/11/2018	149.925,39 €	149.925,39 €			02/04/2019	149.925,39 €	- €	- €	- €	149.925,39 €	149.925,39 €	- €	- €	- €	- €	20180531	
Niosis Portugal - Consultadoria em Sistemas Inform	Licença de software Outsystems	19/12/2018	62.791,50 €	62.791,50 €			08/05/2019	62.791,50 €	- €	- €	- €	62.791,50 €	62.791,50 €	- €	- €	- €	- €	20180533	
Link Consulting - Tecnologias de Informação S.A.	Serv Manut Plataforma ATLAS	03/12/2018	79.329,10 €	79.329,10 €			26/03/2019	79.329,12 €	- €	- €	- €	79.329,12 €	79.329,12 €	- €	- €	- €	- €	20180545	
TC3 DIGIBÉRIA Tecnologias de Informação SA	Equipamento informático para a DCRP	07/12/2018	40.257,90 €	40.257,90 €			26/03/2019	40.257,90 €	- €	- €	- €	40.257,90 €	40.257,90 €	- €	- €	- €	- €	20180547	
OPET - Observat. Project de Eng e Tecnologia	Formação s/ Execução Contratos Públicos	09/10/2018	356,70 €	356,70 €			26/06/2019	290,00 €	- €	- €	- €	290,00 €	290,00 €	- €	- €	- €	- €	20180562	
ALCER - Associação Portuguesa de Certificação Memorizward, Lda	Reforço de equipa mobilie-Área funcional e testine	26/10/2018	1.100,00 €	1.100,00 €			16/05/2019	1.050,00 €	- €	- €	- €	1.050,00 €	1.050,00 €	- €	- €	- €	- €	20180564	
TimeStamp - Sistemas de Informação, S.A.	Serv. desenvol, arquitetura e implementação S3	25/03/2019	411.626,88 €	411.626,88 €			24/07/2019	411.626,88 €	- €	- €	- €	411.626,88 €	411.626,88 €	- €	- €	- €	- €	20180578	
PDM&FC	Serviços para reforço da equipa MOBIE	20/12/2018	23.493,00 €	23.493,00 €			24/04/2019	23.493,00 €	- €	- €	- €	23.493,00 €	23.493,00 €	- €	- €	- €	- €	20180580	
TimeStamp - Sistemas de Informação, S.A.	Serv Apoio Inicia SNS Sem Pap - Consultor JG	09/11/2018	97.858,80 €	97.858,80 €			23/04/2019	97.858,80 €	- €	- €	- €	97.858,80 €	97.858,80 €	- €	- €	- €	- €	20180590	
Marcos Real Martins	Formação A Avaliação de Propostas face ao CCP	07/01/2019	3.394,80 €	3.394,80 €			28/03/2019	3.394,80 €	- €	- €	- €	3.394,80 €	3.394,80 €	- €	- €	- €	- €	20180593	
Oramix - Sistemas de Informação, SA	Serv.Manut.Prev.Corr.e Evol.Bases Dados	20/12/2018	245.896,68 €	245.896,68 €			26/03/2019	245.896,68 €	- €	- €	- €	245.896,68 €	245.896,68 €	- €	- €	- €	- €	20180594	
GIGANOMICS, LDA	Serv.Def.e Acompanham.Deploy e Operacão	27/12/2018	90.892,08 €	90.892,08 €			26/03/2019	90.892,08 €	- €	- €	- €	90.892,08 €	90.892,08 €	- €	- €	- €	- €	20180595	
BABEL IBERICA, S.A.	Serv Manut corretiva do SINUS e do MARTA	09/04/2019	82.608,03 €	82.608,03 €			28/12/2019	59.140,37 €	- €	- €	- €	59.140,37 €	59.140,37 €	- €	- €	- €	- €	20180597	
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv Análise, Operação e Suporte Projeto LIGHT	16/11/2018	22.459,80 €	22.459,80 €			24/04/2019	22.459,80 €	- €	- €	- €	22.459,80 €	22.459,80 €	- €	- €	- €	- €	20180603	
Luis Verde de Sousa	Formação A Exec de Contratos e a Resp Adjudicante	01/01/2019	3.394,80 €	3.394,80 €			28/03/2019	690,00 €	- €	- €	- €	690,00 €	3.394,80 €	- €	- €	- €	- €	20180614	
Josão Amarel Almeida	Formação Construção de Modelos e Avaliação de Prop	07/01/2019	3.394,80 €	3.394,80 €			28/03/2019	690,00 €	- €	- €	- €	690,00 €	3.394,80 €	- €	- €	- €	- €	20180623	
OPET - Observat. Project de Eng e Tecnologia	Formação Seminário s/ Execução Contratos Públicos	07/11/2018	178,35 €	178,35 €			26/06/2019	145,00 €	- €	- €	- €	145,00 €	145,00 €	- €	- €	- €	- €	20180638	
PAHidata - Comércio de Equipamento de Informática	Aq Solução Conetividade Seg Inter Datacenter Porto	11/12/2018	153.241,47 €	153.241,47 €			16/05/2019	153.241,47 €	- €	- €	- €	153.241,47 €	153.241,47 €	- €	- €	- €	- €	20180639	
Ludocrescer - Formação Profissional, Unip., Lda	Aq Serv Form e Apoio ao roll-out (SLINICO-CSP)	12/11/2018	6.016,24 €	6.016,24 €			26/02/2019	6.016,24 €	- €	- €	- €	6.016,24 €	6.016,24 €	- €	- €	- €	- €	20180663	
Terminal de Controlo de Acessos	Terminal de Controlo de Acessos	19/12/2018	4.489,50 €	4.489,50 €			26/03/2019	4.489,50 €	- €	- €	- €	4.489,50 €	4.489,50 €	- €	- €	- €	- €	20180669	
Ana Ermete Ferreira	Formação Debetos da Teleseleção no Contexto Geral	01/12/2018	553,00 €	553,00 €			28/03/2019	553,00 €	- €	- €	- €	553,00 €	553,00 €	- €	- €	- €	- €	20180673	
Willis - Coretores de Seguros, SA	Seguro Multi Risco Judicial n.º P17PRO024	26/12/2018	7.860,20 €	7.860,20 €			25/09/2019	7.860,20 €	- €	- €	- €	7.860,20 €	7.860,20 €	- €	- €	- €	- €	20180680	
Worten-Equipamentos para o Lar, SA	Carregadores Moveis	01/12/2018	615,00 €	615,00 €			14/02/2019	299,88 €	- €	- €	- €	299,88 €	299,88 €	- €	- €	- €	- €	20180693	
Lifery, S.L.	Renovação de Licenciamento LIFERAY para 2019	13/03/2019	321.721,88 €	321.721,88 €			06/06/2019	261.562,50 €	- €	- €	- €	261.562,50 €	261.562,50 €	- €	- €	- €	- €	20180696	
António Ferreira Martins da Palma	Formç 2ª Ed Team Building Gestores Proj "SURVIVIA"	01/01/2019	3.640,00 €	3.640,00 €			26/02/2019	3.640,00 €	- €	- €	- €	3.640,00 €	3.640,00 €	- €	- €	- €	- €	20180698	
IDW - Consultoria em Serviços de Informação, Lda	Placas Dual Storage Conetividade Fibra	27/12/2018	11.069,86 €	11.069,86 €			26/03/2019	11.069,86 €	- €	- €	- €	11.069,86 €	11.069,86 €	- €	- €	- €	- €	20180702	
Comarcas - Lda - Serviços Audiovisuais SA	Licenças Platuf Arquivo e Datacenter	24/04/2019	12.171,00 €	12.171,00 €			24/04/2019	12.171,00 €	- €	- €	- €	12.171,00 €	12.171,00 €	- €	- €	- €	- €	20180715	
José Silva Carvalho - Catering, S.A.	Servico de Catering para Reunião Geral SPMS 2018	26/12/2018	24.600,00 €	24.600,00 €			12/07/2019	20.158,60 €	- €	- €	- €	20.158,60 €	20.158,60 €	- €	- €	- €	- €	20180724	
Euroservice - Serviços Audiovisuais SA	Serv Audiovisuais para Reunião Geral Empresa 2018	20/12/2018	6.137,70 €	6.137,70 €			11/03/2019	6.076,20 €	- €	- €	- €	6.076,20 €	6.076,20 €	- €	- €	- €	- €	20180727	
Lisboa Feiras Congressos e Eventos	Aluguer Espaço FIL Reunião Geral SPMS 2018	20/12/2018	6.137,70 €	6.137,70 €			11/03/2019	4.403,40 €	- €	- €	- €	4.403,40 €	4.403,40 €	- €	- €	- €	- €	20180728	
International Health Terminology Standards Develop	SNOMED CT PORTUGAL'S 2019 Member Fees	01/01/2019	51.189,01 €	51.189,01 €			28/06/2019	51.261,25 €	- €	- €	- €	51.261,25 €	51.261,25 €	- €	- €	- €	- €	20180730	
Vantagem Expectável Audiovisuais Unipessoal, Lda.	Serv Acessórios Multimídia Comité Cibersegurança	01/12/2018	615,00 €	615,00 €			06/02/2019	242,93 €	- €	- €	- €	242,93 €	242,93 €	- €	- €	- €	- €	20180733	
Alpita 2 - New Concept, Lda	Aq Binguleiros e suporte para Chapeus de Chuva	16/12/2018	6.137,54 €	6.137,54 €			06/02/2019	6.135,24 €	- €	- €	- €	6.135,24 €	6.135,24 €	- €	- €	- €	- €	20180739	
Sombrea, Lda	Renovação dos estores de ensombreamento CCMSNS	11/12/2018	6.088,50 €	6.088,50 €			06/02/2019	6.088,50 €	- €	- €	- €	6.088,50 €	6.088,50 €	- €	- €	- €	- €	20180747	
Secretaria Geral do Ministério da Defesa Nacional	Aluguer de Sala Cisteme Forte São Julião da Barra	01/12/2018	14.760,00 €	14.760,00 €			01/03/2019	4.305,00 €	- €	- €	- €	4.305,00 €	4.305,00 €	- €	- €	- €	- €	20180749	
IPQ - Instituto Português da Qualidade	Aquisição de Normas	01/12/2018	312,99 €	312,99 €			15/01/2019	214,44 €	- €	- €	- €	214,44 €	214,44 €	- €	- €	- €	- €	20180754	
Ludocrescer - Formação Profissional, Unip., Lda.	Servico Formação e Apoio ao Roll-Out (Slcinico-CSP)	12/11/2018	6.126,94 €	6.126,94 €			16/05/2019	6.016,24 €	- €	- €	- €	6.016,24 €	6.016,24 €	- €	- €	- €	- €	20180755	
Sombrea, Lda - Estores de Ensoberamento CCMSNS	Renovação dos estores de ensombreamento CCMSNS	12/12/2018	6.088,50 €	6.088,50 €			06/02/2019	6.088,50 €	- €	- €	- €	6.088,50 €	6.088,50 €	- €	- €	- €	- €	20180756	
IMPRESA PUBLISHING, S.A.	Servico de Publicação de Consulta Pública	01/12/2018	1.660,50 €	1.660,50 €			26/03/2019	1.660,50 €	- €	- €	- €	1.660,50 €	1.660,50 €	- €	- €	- €	- €	20180757	
Euroshelves - Estantes Metálicas, Lda	Blocos de Gavetas SPMS	14/12/2018	6.061,44 €	6.061,44 €			06/02/2019	6.061,44 €	- €	- €	- €	6.061,44 €	6.061,44 €	- €	- €	- €	- €	20180758	
STAPLES PORTUGAL - EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO, SA	Material e Equipamento para Atividade Formativa	21/12/2018	2.214,00 €	2.214,00 €			20/08/2019	1.900,86 €	- €	- €	- €	1.900,86 €	1.900,86 €	- €	- €	- €	- €	20180763	
Fundação Caixa Geral de Depósitos - Culturgest	Aluguer de audifónio e aqis servicos coffee break	13/12/2018	6.027,00 €	6.027,00 €			06/06/2019	3.323,15 €	- €	- €	- €	3.323,15 €	3.323,15 €	- €	- €	- €	- €	20180767	
PAHidata - Comércio de Equipamento de Informática	Equipamento de Videoconferência CCMSNS	21/12/2018	6.150,00 €	6.150,00 €			16/05/2019	6.088,76 €	- €	- €	- €	6.088,76 €	6.088,76 €	- €	- €	- €	- €		

Entidade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento (7)	Pagamentos no período						Pagamentos acumulados					Observações (19)	
	Objeto	(1)	Data (2)	Valor do contrato (3)	Preço contratual (4)	Número do registro (5)		Data (6)	Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (11)	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos (12)	Total de pagamentos no período = (8)+(9)+(10)+(11)+(12)	Trabalhos normais (14)	Revisão de preços (15)	Trabalhos a mais (16)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (17)		Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos (18)
SEARCHWIND - CONSULTORES DE GESTÃO, LDA	Serv. Anál. Oper. e Suporte LIGHT	12/08/2019	138 443,29 €	138 443,29 €	28/12/2019	24 384,90 €	-	-	-	-	-	-	24 384,90 €	24 384,90 €	-	-	-	-	-	20190038
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv Gestão de Projeto RNIT - I	19/07/2019	36 173,81 €	36 173,81 €	20/11/2019	31 789,10 €	-	-	-	-	-	-	31 789,10 €	31 789,10 €	-	-	-	-	-	20190039.L11
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv Gestão de Projeto RNIT - II	19/07/2019	36 173,81 €	36 173,81 €	20/11/2019	35 625,71 €	-	-	-	-	-	-	35 625,71 €	35 625,71 €	-	-	-	-	-	20190039.L12
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv Gestão de Projeto RNIT - III	19/07/2019	36 784,28 €	36 784,28 €	28/11/2019	22 293,50 €	-	-	-	-	-	-	22 293,50 €	22 293,50 €	-	-	-	-	-	20190039.L13
AES - CONSULTORIA INFORMÁTICA, LDA	Serv.Operação (HOLD OUT e SUPORTE) LIGHT	26/06/2019	201 867,60 €	201 867,60 €	19/10/2019	61 320,42 €	-	-	-	-	-	-	61 320,42 €	61 320,42 €	-	-	-	-	-	20190040
BABEL, S.A.	Serv. TIC-RNUI-Desenv.Manut e Sup. 2ª linha	09/04/2019	217 869,38 €	217 869,38 €	28/11/2019	51 661,58 €	-	-	-	-	-	-	51 661,58 €	51 661,58 €	-	-	-	-	-	20190041
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv.manutenção corr.e evol.Sclínico	14/06/2019	189 420,00 €	189 420,00 €	28/11/2019	189 319,34 €	-	-	-	-	-	-	189 319,34 €	189 319,34 €	-	-	-	-	-	20190043
GFI Portugal - Tecnologias de Informação SA	Serv Manut Corretiva e Evolutiva SITAM	19/06/2019	171 129,53 €	171 129,53 €	03/12/2019	56 538,04 €	-	-	-	-	-	-	56 538,04 €	56 538,04 €	-	-	-	-	-	20190047
Oramix - Sistemas de Informação, SA	Servicos de Operação	11/03/2019	1 079 079,98 €	1 079 079,98 €	1062/2019	22/05/2019	22/05/2019	-	-	-	-	-	947 279,04 €	947 279,04 €	-	-	-	-	-	20190048
Link Consulting - Tecnologias de Informação S.A.	Serv Manut e Suporte Aplicacional SGGD	29/07/2019	429 995,70 €	429 995,70 €	21/11/2019	429 995,72 €	-	-	-	-	-	-	429 995,72 €	429 995,72 €	-	-	-	-	-	20190049
Informatica e Corte Inglês, SA	Manutenção Equip Computado Webseries	08/05/2019	61 276,50 €	61 276,50 €	03/12/2019	53 616,92 €	-	-	-	-	-	-	53 616,92 €	53 616,92 €	-	-	-	-	-	20190050.L11
Informatica e Corte Inglês, SA	Manutenção para equipamentos de balancamento	08/05/2019	73 678,33 €	73 678,33 €	18/10/2019	73 678,35 €	-	-	-	-	-	-	73 678,35 €	73 678,35 €	-	-	-	-	-	20190050.L12
WARPCOM SERVICES, SA	Manutenção para equipamentos de conectividade	08/05/2019	61 500,00 €	61 500,00 €	26/07/2019	55 375,50 €	-	-	-	-	-	-	55 375,50 €	55 375,50 €	-	-	-	-	-	20190050.L13
Informantem - Informática e Manutenção, SA	Aq Serv Manut especializado de computação e storage	12/06/2019	163 165,49 €	163 165,49 €	29/10/2019	150 614,34 €	-	-	-	-	-	-	150 614,34 €	150 614,34 €	-	-	-	-	-	20190050.L14
Retenções a fornecedores devidos à Set Social RONSEGUR - RONDAS E SEGURANÇA, LDA	Servicos de Outsourcing para CCMSNS	07/06/2019	366 970,78 €	366 970,78 €	22/08/2019	240 728,67 €	-	-	-	-	-	-	240 728,67 €	240 728,67 €	-	-	-	-	-	20190051
ALTRAN - Altranportugal, SA	Aq Serv de Segurança e Vigilância para SPMS, EPE	10/08/2019	64 843,26 €	64 843,26 €	20/11/2019	61 223,64 €	-	-	-	-	-	-	61 223,64 €	61 223,64 €	-	-	-	-	-	20190052
CLICE, S.A.	Higiene e Limpeza CCMSNS	19/04/2019	72 221,91 €	72 221,91 €	25/09/2019	57 051,33 €	-	-	-	-	-	-	57 051,33 €	57 051,33 €	-	-	-	-	-	20190053
EVERIS PORTUGAL, SA	Aq Ref. de Segurança e Vigilância para SPMS	04/09/2019	42 863,04 €	42 863,04 €	27/12/2019	42 863,04 €	-	-	-	-	-	-	42 863,04 €	42 863,04 €	-	-	-	-	-	20190054
Vortal - Comércio Electrónico, Consultoria e Multimédia	Parceria para a Inovação Des da Plataforma e3P	14/11/2019	241 695,00 €	241 695,00 €	27/12/2019	193 356,00 €	-	-	-	-	-	-	193 356,00 €	193 356,00 €	-	-	-	-	-	20190055
GS24 - HEALTHCARE SOLUTIONS, SA (LIFEPLUS)	Serv. p Áreas de Conteúdo Dig. e Clínica da DCNT	08/11/2019	30 184,20 €	30 184,20 €	23/12/2019	30 184,20 €	-	-	-	-	-	-	30 184,20 €	30 184,20 €	-	-	-	-	-	20190056
Casa dos Bits - Edições, Lda.	Serv.especializ conteúdos digitais CCSNS	31/05/2019	24 587,70 €	24 587,70 €	11/10/2019	24 587,70 €	-	-	-	-	-	-	24 587,70 €	24 587,70 €	-	-	-	-	-	20190057
Philosophy - Sol e Consultadoria, LDA	Servicos de Elaboração de Procedimentos	02/08/2019	18 634,02 €	18 634,02 €	08/05/2019	13 837,50 €	-	-	-	-	-	-	13 837,50 €	13 837,50 €	-	-	-	-	-	20190058.L11
Ergoensaió - Consultores de Gestão, LDA	Serv. Acompanhamento de Processamentos Acquisitivos	26/08/2019	11 714,52 €	11 714,52 €	23/12/2019	8 785,89 €	-	-	-	-	-	-	8 785,89 €	8 785,89 €	-	-	-	-	-	20190058.L12
SEARCHWIND - CONSULTORES DE GESTÃO, LDA	Servicos de Assistente ao Especializado	03/09/2019	9 023,28 €	9 023,28 €	18/12/2019	6 767,46 €	-	-	-	-	-	-	6 767,46 €	6 767,46 €	-	-	-	-	-	20190058.L13
e-yscare SA	Servicos de Apoio Especializado	03/09/2019	49 323,05 €	49 323,05 €	03/12/2019	36 992,26 €	-	-	-	-	-	-	36 992,26 €	36 992,26 €	-	-	-	-	-	20190058.L14
Ecor Outsourcing - Prestação de Serviços, Orzaniza	Serv. de Apoio à Preparação de Proc.	04/09/2019	15 890,87 €	15 890,87 €	18/12/2019	15 888,34 €	-	-	-	-	-	-	15 888,34 €	15 888,34 €	-	-	-	-	-	20190058.L15
ALTRAN - Altranportugal, SA	Aq. Serv. Portais Institucionais SNS	12/09/2019	180 122,18 €	180 122,18 €	28/12/2019	149 297,65 €	-	-	-	-	-	-	149 297,65 €	149 297,65 €	-	-	-	-	-	20190059
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	Serv. Conceção e Desenho PACKAGES ORACLE	02/04/2019	362 723,06 €	362 723,06 €	06/06/2019	384 608,67 €	-	-	-	-	-	-	384 608,67 €	384 608,67 €	-	-	-	-	-	20190060
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv especializado cuidados e serv cidadão	12/07/2019	169 753,95 €	169 753,95 €	28/11/2019	153 004,12 €	-	-	-	-	-	-	153 004,12 €	153 004,12 €	-	-	-	-	-	20190062.L11
ALTRAN - Altranportugal, SA	Aq serv especializado para todo ecossistema SICO	12/07/2019	80 002,08 €	80 002,08 €	17/12/2019	5 695,29 €	-	-	-	-	-	-	5 695,29 €	5 695,29 €	-	-	-	-	-	20190062.L12
ITEN Solutions - Sistemas Informação SA	Reforço Gestão de Projeto UPIIC	02/08/2019	140 279,04 €	140 279,04 €	08/11/2019	65 528,42 €	-	-	-	-	-	-	65 528,42 €	65 528,42 €	-	-	-	-	-	20190063
Pañidata - Comércio de Equipamentos de Informática	Aquisição de Infraestrutura de Alta Disponibilidade	14/06/2019	65 528,42 €	65 528,42 €	08/11/2019	65 528,42 €	-	-	-	-	-	-	65 528,42 €	65 528,42 €	-	-	-	-	-	20190064
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv.analista Funcional - Projetos Internacionais	02/01/2019	64 082,20 €	64 082,20 €	07/05/2019	64 082,20 €	-	-	-	-	-	-	64 082,20 €	64 082,20 €	-	-	-	-	-	20190065
ALTRAN - Altranportugal, SA	CCM - Servicos de Gestão de Projeto	20/08/2019	131 292,71 €	131 292,71 €	17/12/2019	9 544,12 €	-	-	-	-	-	-	9 544,12 €	9 544,12 €	-	-	-	-	-	20190066
EVERIS PORTUGAL, SA	Serv.Consultoria Protecção de Dados-Senior	24/02/2019	380 052,29 €	380 052,29 €	613/2019	10/04/2019	28/05/2019	180 995,56 €	-	-	-	-	180 995,56 €	180 995,56 €	-	-	-	-	-	20190067.L11
EVERIS PORTUGAL, SA	Serv.Consultoria Protecção de Dados-Junior	04/02/2019	241 938,05 €	241 938,05 €	614/2019	10/04/2019	28/05/2019	96 975,18 €	-	-	-	-	96 975,18 €	96 975,18 €	-	-	-	-	-	20190067.L12
e-yscare SA	Servicos de Apoio na Área Execução Contratual	31/07/2019	31 138,36 €	31 138,36 €	08/11/2019	31 138,37 €	-	-	-	-	-	-	31 138,37 €	31 138,37 €	-	-	-	-	-	20190068.L11
Rules and Knowledge - Consultoria Lda.	Servicos de Apoio à Acompanhamento Execução Contratual	01/01/2019	33 579,00 €	33 579,00 €	18/12/2019	33 579,00 €	-	-	-	-	-	-	33 579,00 €	33 579,00 €	-	-	-	-	-	20190068.L12
ALTRAN - Altranportugal, SA	Aq. de envólopes CCMSNS (Branding)	21/08/2019	21 020,41 €	21 020,41 €	11/09/2019	11 020,41 €	-	-	-	-	-	-	11 020,41 €	11 020,41 €	-	-	-	-	-	20190070
ALTRAN - Altranportugal, SA	Desenvolvimento Vício Clínica- Sclínico Hospitalar	02/01/2019	119 998,80 €	119 998,80 €	276/2019	13/03/2019	07/05/2019	106 364,87 €	-	-	-	-	106 364,87 €	106 364,87 €	-	-	-	-	-	20190071
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv Externos p sistemas de informação	13/03/2019	91 783,08 €	91 783,08 €	18/10/2019	46 406,43 €	-	-	-	-	-	-	46 406,43 €	46 406,43 €	-	-	-	-	-	20190072
Normática-Servicos de Informática e Organização SA	Licenciamento ORACLE	01/01/2019	628 222,50 €	628 222,50 €	3733/2018	08/04/2019	08/05/2019	628 222,50 €	-	-	-	-	628 222,50 €	628 222,50 €	-	-	-	-	-	20190075
NGLT Healthcare Solutions, SA	Aq Serv Manut, Evo e Suporte Aplicacional RHV	16/05/2019	419 999,98 €	419 999,98 €	29/10/2019	319 271,27 €	-	-	-	-	-	-	319 271,27 €	319 271,27 €	-	-	-	-	-	20190077
NIOS Comunicações, SA	Aq. Implementação e Explora Rede Informatica (RIS)	01/01/2019	147 600,00 €	147 600,00 €	08/09/2019	147 600,00 €	-	-	-	-	-	-	147 600,00 €	147 600,00 €	-	-	-	-	-	20190078
CLARANET Portugal - Telecomunicações, S.A.	Reposicção de Gás Proprio a Granel - CCM SNS	12/03/2019	9 797,95 €	9 797,95 €	13/03/2019	4 720,22 €	-	-	-	-	-	-	4 720,22 €	4 720,22 €	-	-	-	-	-	20190079
MATCH PROFILER - CONSULTADORA E DESENV	Serv. Cons. Tecnológica Desenv. Componentes Comps	16/09/2019	159 329,28 €	159 329,28 €	28/12/2019	6 563,28 €	-	-	-	-	-	-	6 563,28 €	6 563,28 €	-	-	-	-	-	20190081
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	Serv Desenv e apoio Tecnico SONHO V1	09/08/2019	296 466,90 €	296 466,90 €	21/11/2019	296 466,90 €	-	-	-	-	-	-	296 466,90 €	296 466,90 €	-	-	-	-	-	20190082
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv Manu Desenv e Suporte Auditorias GHD	28/03/2019	221 459,04 €	221 459,04 €	17/07/2019	201 385,44 €	-	-	-	-	-	-	201 385,44 €	201 385,44 €	-	-	-	-	-	20190083
MEIO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA	Servicos TIC para o CCMSNS	12/04/2019	163 539,57 €	163 539,57 €	18/10/2019	163 539,57 €	-	-	-	-	-	-	163 539,57 €	163 539,57 €	-	-	-	-	-	20190085.L11
MEIO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA	Servicos de Suporte Tecnico CCMSNS	21/09/2019	71 290,80 €	71 290,80 €	22/08/2019	71 290,80 €	-	-	-	-	-	-	71 290,80 €	71 290,80 €	-	-	-	-		

Entidade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento (7)	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações (19)		
	Objeto	(1)	Data (2)	Valor do contrato (3)	Preço contratual (4)	Número do registro (5)		Data (6)	Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (11)	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos (12)	Total de pagamentos no período = (8)+(9)+(10)+(11)+(12)	Trabalhos normais (14)	Revisão de preços (15)	Trabalhos a mais (16)		Trabalhos de suprimento de erros e omissões (17)	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos (18)
ALTRAN - Altranportugal, SA	Aq serv desenvol manut portais profissional		12/07/2019	149 163,38 €	149 163,38 €			26/12/2019	133 287,27 €	- €	- €	- €	- €	133 287,27 €	133 287,27 €	- €	- €	- €	- €	20190148.172
NOS Comunicações, SA	Exploração de Rede Informática da Saúde (RIS)		21/02/2019	1 033 200,00 €	1 033 200,00 €	881/2019	06/05/2019	23/08/2019	1 033 200,00 €	- €	- €	- €	- €	1 033 200,00 €	1 033 200,00 €	- €	- €	- €	- €	20190149
First Five Consulting, SA	Aq material gráfico para evento e Health Summit		02/04/2019	22 757,46 €	22 757,46 €			27/06/2019	22 757,46 €	- €	- €	- €	- €	22 757,46 €	22 757,46 €	- €	- €	- €	- €	20190150
e-sycare SA	Serviços Especializados para a DCRP		02/04/2019	244 103,46 €	244 103,46 €			28/05/2019	244 103,46 €	- €	- €	- €	- €	244 103,46 €	244 103,46 €	- €	- €	- €	- €	20190152
PORTO EDITORA, S.A.	Aquisição de Códiços dos Contratos Públicos		12/06/2019	246,00 €	246,00 €			25/06/2019	292,42 €	- €	- €	- €	- €	292,42 €	292,42 €	- €	- €	- €	- €	20190153
ALTRAN - Altranportugal, SA	Aq serv consult ecossistema informacão ENESIS 20-22		05/02/2019	60 579,26 €	60 579,26 €			28/12/2019	60 579,26 €	- €	- €	- €	- €	60 579,26 €	60 579,26 €	- €	- €	- €	- €	20190155
MEC - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA	Ad. Serv. Man. Evolut. Corretiva Sist. Inf. RNCCI		05/09/2019	61 250,85 €	61 250,85 €			23/12/2019	45 938,14 €	- €	- €	- €	- €	45 938,14 €	45 938,14 €	- €	- €	- €	- €	20190156
Nano Portugal, SA	Aq Serv Manut Impressora do Concelho Administração		01/01/2019	6 137,70 €	6 137,70 €			15/04/2019	3 418,79 €	- €	- €	- €	- €	3 418,79 €	3 418,79 €	- €	- €	- €	- €	20190157
IPWIRE - TECNOLOGIAS PARA COMUNICACÕES, LDA	Aq serv manut assist videoconferência SPMS/SNS		09/07/2019	18 031,80 €	18 031,80 €			03/12/2019	12 021,20 €	- €	- €	- €	- €	12 021,20 €	12 021,20 €	- €	- €	- €	- €	20190158
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv. Especializado em Produtos Apple		23/09/2019	16 957,40 €	16 957,40 €			28/12/2019	16 957,39 €	- €	- €	- €	- €	16 957,39 €	16 957,39 €	- €	- €	- €	- €	20190159
Serv. Man. AT as Sistema Apoio DS1 SmartGovernance			25/08/2019	15 188,66 €	15 188,66 €			21/11/2019	9 038,66 €	- €	- €	- €	- €	9 038,66 €	9 038,66 €	- €	- €	- €	- €	20190160
ALTRAN - Altranportugal, SA	Manutenção Corret e Evol SIMD		02/08/2019	111 682,40 €	111 682,40 €			28/12/2019	91 832,80 €	- €	- €	- €	- €	91 832,80 €	91 832,80 €	- €	- €	- €	- €	20190161
Vantagem Expectável Audiovisuais Unipessoal, Lda.	Aquisição de Suporte de TV LED		01/03/2019	861,00 €	861,00 €			08/05/2019	364,08 €	- €	- €	- €	- €	364,08 €	364,08 €	- €	- €	- €	- €	20190164
MarketWare - Soluções para Mercados Digitais, Lda	Aq Certificado Digital p Aplicação de Autenticação		23/01/2019	904,05 €	904,05 €			26/06/2019	904,05 €	- €	- €	- €	- €	904,05 €	904,05 €	- €	- €	- €	- €	20190165
Everleap Consulting Services, Lda.	Assessment ao SClínico CSP		15/07/2019	11 685,00 €	11 685,00 €			08/11/2019	11 685,00 €	- €	- €	- €	- €	11 685,00 €	11 685,00 €	- €	- €	- €	- €	20190166
Wekeep, Lda.	Manut. e sup. barracuda load balancer 340 IPO List		12/07/2019	4 920,00 €	4 920,00 €			28/12/2019	4 920,00 €	- €	- €	- €	- €	4 920,00 €	4 920,00 €	- €	- €	- €	- €	20190167
ALTRAN - Altranportugal, SA	Aq. serv. consultadoria sistemas exames sem papel		27/08/2019	31 566,72 €	31 566,72 €			17/12/2019	1 376,22 €	- €	- €	- €	- €	1 376,22 €	1 376,22 €	- €	- €	- €	- €	20190168.171
ALTRAN - Altranportugal, SA	Aq. serv. consultadoria sistemas exames sem papel		27/08/2019	32 676,67 €	32 676,67 €			17/12/2019	4 293,98 €	- €	- €	- €	- €	4 293,98 €	4 293,98 €	- €	- €	- €	- €	20190168.172
Avacpilot-Assistência a Equip. de Climatização,Lda	Aq Serv Reparação do Sist Avac - Rua do Breiner		01/01/2019	3 936,00 €	3 936,00 €			01/03/2019	2 590,68 €	- €	- €	- €	- €	2 590,68 €	2 590,68 €	- €	- €	- €	- €	20190169
Fundação Centro Cultural de Belém	Serviços de Catering - Cyber Security Workshop		16/01/2019	405,90 €	405,90 €			26/03/2019	344,55 €	- €	- €	- €	- €	344,55 €	344,55 €	- €	- €	- €	- €	20190170
RICOH PORTUGAL, UNIPessoal, LDA	Solução de Printing em Regime Outsourcing SPMS		01/07/2019	221 400,00 €	221 400,00 €			17/12/2019	26 654,67 €	- €	- €	- €	- €	26 654,67 €	26 654,67 €	- €	- €	- €	- €	20190172
ALTRAN - Altranportugal, SA	At. Preventiva e Evolutiva Sistema Informaç		07/05/2019	175 535,68 €	175 535,68 €			08/05/2019	132 089,41 €	- €	- €	- €	- €	132 089,41 €	132 089,41 €	- €	- €	- €	- €	20190174
EVERIS PORTUGAL, SA	Desenv de Procedimentos Area Contratacao Publica		14/05/2019	233 019,07 €	233 019,07 €			08/11/2019	168 031,84 €	- €	- €	- €	- €	168 031,84 €	168 031,84 €	- €	- €	- €	- €	20190175
RANDSTAD II - Prestação de Serviços, Lda	Aq Serv. Desenv. Proc. Contratacao Publica AQS		21/08/2019	100 156,64 €	100 156,64 €			03/12/2019	100 156,64 €	- €	- €	- €	- €	100 156,64 €	100 156,64 €	- €	- €	- €	- €	20190176
Daily Spin - Consultoria de Gestão, Unipessoal Lda	Serv. Apoio à Operação do CCMSS		07/03/2019	231 270,75 €	231 270,75 €			08/05/2019	231 270,75 €	- €	- €	- €	- €	231 270,75 €	231 270,75 €	- €	- €	- €	- €	20190177
SERCHWIND - CONSULTORES DE GESTÃO, LDA	Serviços Especializados RH		18/06/2019	207 824,77 €	207 824,77 €			25/09/2019	207 824,76 €	- €	- €	- €	- €	207 824,76 €	207 824,76 €	- €	- €	- €	- €	20190178
Pahlidata - Comércio de Equipamento de Informática	Serv. destruição de arquivo em suporte digital		22/03/2019	23 357,70 €	23 357,70 €			23/08/2019	23 357,70 €	- €	- €	- €	- €	23 357,70 €	23 357,70 €	- €	- €	- €	- €	20190180
Cegee - Centro de Gest da Rede Inf do Governo	Aq de Cartão Cegee para Colaborador SPMS, EPE		04/02/2019	184,50 €	184,50 €			06/05/2019	100,00 €	- €	- €	- €	- €	100,00 €	100,00 €	- €	- €	- €	- €	20190181
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv. desenv. e manut. SIGA transversal		12/06/2019	164 055,63 €	164 055,63 €			18/10/2019	131 220,70 €	- €	- €	- €	- €	131 220,70 €	131 220,70 €	- €	- €	- €	- €	20190182
Longo Plano - Segurança Integral e Gestão de Edifí	Aq Serv Manut Preventiva Sist Det Automática Incên		01/01/2019	6 137,70 €	6 137,70 €			08/05/2019	4 943,52 €	- €	- €	- €	- €	4 943,52 €	4 943,52 €	- €	- €	- €	- €	20190183
ALTRAN - Centro de Gest da Rede Inf do Governo	Aquisição de Cartão Cegee		04/02/2019	184,50 €	184,50 €			06/05/2019	150,00 €	- €	- €	- €	- €	150,00 €	150,00 €	- €	- €	- €	- €	20190186
ASSEBRIZ, Lda.	Aq de Serv Check in para o eHealth Summit 2019		19/09/2019	6 148,77 €	6 148,77 €			28/05/2019	4 821,60 €	- €	- €	- €	- €	4 821,60 €	4 821,60 €	- €	- €	- €	- €	20190187
Inok Consulting, S.A.	Prep e Conf Técnica Equipamentos e Sistemas Aloi		22/07/2019	92 114,70 €	92 114,70 €			18/12/2019	61 409,79 €	- €	- €	- €	- €	61 409,79 €	61 409,79 €	- €	- €	- €	- €	20190188
Dualite Creative printing	Aquisição de Carimbos		12/02/2019	1 230,00 €	1 230,00 €			08/05/2019	637,15 €	- €	- €	- €	- €	637,15 €	637,15 €	- €	- €	- €	- €	20190189
ALTRAN - Altranportugal, SA	Desenv. manute corretiva e evolutiva portai instit		24/09/2019	155 008,34 €	155 008,34 €			28/12/2019	24 268,98 €	- €	- €	- €	- €	24 268,98 €	24 268,98 €	- €	- €	- €	- €	20190190
Cegee - Centro de Gest da Rede Inf do Governo	Aquisição de Cartão Cegee		04/02/2019	184,50 €	184,50 €			16/05/2019	150,00 €	- €	- €	- €	- €	150,00 €	150,00 €	- €	- €	- €	- €	20190191
Baseoids, Lda	Aq de Monitores por Inconformidade Técnica		15/03/2019	5 237,46 €	5 237,46 €			08/05/2019	5 142,24 €	- €	- €	- €	- €	5 142,24 €	5 142,24 €	- €	- €	- €	- €	20190192
ALTRIS - Viagens e Turismo, Lda.	Serviços de viagens e alojamento		30/08/2019	699 402,60 €	699 402,60 €	2984/2019	30/09/2019	26/12/2019	6 063,60 €	- €	- €	- €	- €	6 063,60 €	6 063,60 €	- €	- €	- €	- €	20190194.171
OSIRIS - Viagens e Turismo, Lda.	Serviços de viagens e alojamento		05/05/2019	5 635,00 €	5 635,00 €	2985/2019	30/09/2019	26/12/2019	54 685,79 €	- €	- €	- €	- €	54 685,79 €	54 685,79 €	- €	- €	- €	- €	20190194.172
ALTRAN - Altranportugal, SA	Aq Serv. Des. Manut. Evolutiva Corretiva Portal		03/09/2019	290 533,48 €	290 533,48 €			26/12/2019	120 058,01 €	- €	- €	- €	- €	120 058,01 €	120 058,01 €	- €	- €	- €	- €	20190196
Surveymonkey Europe Unimitted Company	Aq Plataformas de Inquéritos Online - Surveymonkey		10/05/2019	1 461,24 €	1 461,24 €			10/05/2019	878,05 €	- €	- €	- €	- €	878,05 €	878,05 €	- €	- €	- €	- €	20190197
IDW - Consultoria em Serviços de Informação, Lda	Manutenção Eq. Especializados Aplicacionais BD		01/08/2019	281 134,80 €	281 134,80 €			06/12/2019	281 134,80 €	- €	- €	- €	- €	281 134,80 €	281 134,80 €	- €	- €	- €	- €	20190198
Ordem dos Contabilistas Certificados	Formação Contabilidade, Gestão Financeira Publica		22/01/2019	579,33 €	579,33 €			28/03/2019	471,00 €	- €	- €	- €	- €	471,00 €	471,00 €	- €	- €	- €	- €	20190199
Euroservice - Serviços Audiovisuais SA	Serv. de audiovisuais para o eHealth Summit 2019		19/03/2019	36 726,57 €	36 726,57 €			16/05/2019	36 726,57 €	- €	- €	- €	- €	36 726,57 €	36 726,57 €	- €	- €	- €	- €	20190201
Schmit - Eletronics, Lda	Serv. de manutenção de elevador (Maia - CCMSS)		27/02/2019	110,54 €	110,54 €			16/05/2019	110,54 €	- €	- €	- €	- €	110,54 €	110,54 €	- €	- €	- €	- €	20190203
GRC - YI Consulting Services	Curso Gestão da Segurança da Informação		06/05/2019	1 750,70 €	1 750,70 €			06/06/2019	1 750,70 €	- €	- €	- €	- €	1 750,70 €	1 750,70 €	- €	- €	- €	- €	20190205
Ordem dos Contabilistas Certificados	Formação Orçamento do Estado 2019		22/01/2019	39,36 €	39,36 €			08/04/2019	32,00 €	- €	- €	- €	- €	32,00 €	32,00 €	- €	- €	- €	- €	20190206
KALEIDOSCOPE	Participação na 5ª Conf. Internacional MEDINISRAEL		25/03/2019	1 062,72 €	1 062,72 €			29/05/2019	764,47 €	- €	- €	- €	- €	764,47 €	764,47 €	- €	- €	- €	- €	20190207
OSIRIS - Viagens e Turismo, Lda.	Viagens e Alojamentos Estrangeiro		29/03/2019	73 800,00 €	73 800,00 €			28/05/2019	73 484,13 €	- €	- €	- €	- €	73 484,13 €	73 484,13 €	- €	- €	- €	- €	20190209
Serv. Man. AT as Sistema Apoio DS1 Digital	Serv. Man. AT as Sistema Apoio DS1 Digital		05/05/2019	86 100,00 €	86 100,00 €			22/08/2019	47 816,25 €	- €	- €	- €	- €	47 816,25 €	47 816,25 €	- €	- €	- €	- €	20190210
Cegee - Centro de Gest da Rede Inf do Governo	Aquisição de cartões CEeGE		07/03/2019	12 300,00 €	12 300,00 €			16/05/2019	4 550,00 €	- €	- €	- €	- €	4 5						

Entidade	Contrato			Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento (7)	Pagamentos no período						Pagamentos acumulados					Observações (19)		
	Objeto	(1)	Data (2)	Valor do contrato (3)	Preço contratual (4)		Número do registro (5)	Data (6)	Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (11)	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos (12)	Total de pagamentos no período = (8)+(9)+(10)+(11)+(12)	Trabalhos normais (14)	Revisão de preços (15)	Trabalhos a mais (16)		Trabalhos de suprimento de erros e omissões (17)	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos (18)
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv Espec RSE area do cidadão	15/10/2019	37 446,71 €	37 446,71 €			30/12/2019	9 361,68 €	- €	- €	- €	- €	9 361,68 €	9 361,68 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190281.L12
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv Espec RSE portal Institucional	15/10/2019	38 654,67 €	38 654,67 €			30/12/2019	38 654,67 €	- €	- €	- €	- €	38 654,67 €	38 654,67 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190281.L13
ALTRAN - Altranportugal, SA	Serv Espec RSE portal profissional	15/10/2019	71 735,51 €	71 735,51 €			30/12/2019	17 933,88 €	- €	- €	- €	- €	17 933,88 €	17 933,88 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190281.L14
Maxijob@ - Equipamentos e serviços de informatic	Reformação Datacenter Porto	09/09/2019	206 827,53 €	206 827,53 €			30/12/2019	112 603,66 €	- €	- €	- €	- €	112 603,66 €	112 603,66 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190282
Vimeo, Inc.	Aq. Licença Software VIMEO	24/09/2019	2 400,00 €	2 400,00 €			31/12/2019	840,00 €	- €	- €	- €	- €	840,00 €	840,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190284
APPE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial	Formação NP 4552	29/05/2019	590,40 €	590,40 €			24/07/2019	590,40 €	- €	- €	- €	- €	590,40 €	590,40 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190286
Informament - Informática e Manutenção, SA	Serv Manutenção de Scanners do CCMSNS	22/08/2019	24 390,49 €	24 390,49 €			17/12/2019	24 390,51 €	- €	- €	- €	- €	24 390,51 €	24 390,51 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190287
Bana Consulting, Lda	Aq. Serv. Cons. Espec. Modelos Avaliação Propostas	21/08/2019	49 199,10 €	49 199,10 €			17/12/2019	49 199,10 €	- €	- €	- €	- €	49 199,10 €	49 199,10 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190288
Pahl Consulting, Lda	Aq. Serv. Cons. Lev. Doc. Pro. SPMS Sem Papel	22/08/2019	24 538,50 €	24 538,50 €			26/09/2019	4 907,70 €	- €	- €	- €	- €	4 907,70 €	4 907,70 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190289
DATAJURS - Direito e Informática, Lda.	Aq. serv. disponibilização base dados Datareais	01/04/2019	2 723,22 €	2 723,22 €			28/12/2019	2 214,00 €	- €	- €	- €	- €	2 214,00 €	2 214,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190291
Saical Portugal, SA	Aq. detergente e mat. higiene sala marma	01/06/2019	1 107,00 €	1 107,00 €			26/08/2019	940,82 €	- €	- €	- €	- €	940,82 €	940,82 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190293
Maria Edite Dias Castelo	Serv. manut. edif. reconstr mobil CCMSNS Maia	01/06/2019	6 088,50 €	6 088,50 €			11/10/2019	1 317,33 €	- €	- €	- €	- €	1 317,33 €	1 317,33 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190294
EHTEL - European Health Telematics Association	Serv Subscrição da Plataforma EHTEL	01/01/2019	4 059,00 €	4 059,00 €			26/06/2019	3 300,00 €	- €	- €	- €	- €	3 300,00 €	3 300,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190295
Trust In News, Unipessoal Lda	Aq. Ass. Dir. Imp. Esc. Online Exame Informática	26/09/2019	112,18 €	112,18 €			30/09/2019	61,00 €	- €	- €	- €	- €	61,00 €	61,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190296
Cofina Media, SA	Aq. Ass. Dir. Imp. Esc. Online Jornal de Negócios	27/08/2019	522,75 €	522,75 €			14/10/2019	425,00 €	- €	- €	- €	- €	425,00 €	425,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190298
Cofina Media, SA	Aq. Assinat. Dir. Imp. Escrita Online Rev Sábado	27/08/2019	223,86 €	223,86 €			14/10/2019	119,80 €	- €	- €	- €	- €	119,80 €	119,80 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190299
Trust In News, Unipessoal Lda	Aq. Assinat. Dir. Imp. Escrita Online - Rev Visão	16/09/2019	344,77 €	344,77 €			30/09/2019	231,50 €	- €	- €	- €	- €	231,50 €	231,50 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190300
Observador On Time, SA	Aq. Ass. Dir. Imp. Esc. Online Observador Premium	27/08/2019	98,28 €	98,28 €			30/09/2019	79,90 €	- €	- €	- €	- €	79,90 €	79,90 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190301
Publico - Comunicação Social, SA	Aq. Ass. Digital Imp. Esc. Online Jornal Público	07/06/2019	428,04 €	428,04 €			30/09/2019	375,00 €	- €	- €	- €	- €	375,00 €	375,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190302
Megafin - Sociedade Editora, SA	Aq. Ass. Dir. Imp. Esc. Online Jornal Económico	11/10/2019	110,69 €	110,69 €			31/12/2019	89,99 €	- €	- €	- €	- €	89,99 €	89,99 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190303
Cofina Media, SA	Aq. Ass. Dir. Imp. Esc. Online J. Correio Manhã	27/08/2019	98,39 €	98,39 €			14/10/2019	79,99 €	- €	- €	- €	- €	79,99 €	79,99 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190305
UNIVERSITÁ STUDI ROMA TOR VERGATA	Formação Conf. 4th Global Proc. Conference	01/07/2019	246,00 €	246,00 €			23/08/2019	200,00 €	- €	- €	- €	- €	200,00 €	200,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190307
Joaquim Machado SA - Almeida	Aquisição de livros didáticos	26/07/2019	518,24 €	518,24 €			22/08/2019	446,61 €	- €	- €	- €	- €	446,61 €	446,61 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190308
Scoddefil - Soc. Const. Manuel Delgado&Filhos Lda	Empreitada de remodelação Piso 9 AR61	06/08/2019	76 538,44 €	76 538,44 €			21/11/2019	76 538,45 €	- €	- €	- €	- €	76 538,45 €	76 538,45 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190309
REPORTU-Soc.Rep.Equipamento Eléctrico e Electrónico	Contr acessos CCM Maia AT mont tornequetes Av Rep	12/06/2019	1 968,00 €	1 968,00 €			28/12/2019	1 968,00 €	- €	- €	- €	- €	1 968,00 €	1 968,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190311
INOV - INESC INOVAÇÃO - INST DE NOVAS TECNOLOGIAS	Serv. de invest. e Desenv. em Transf. Digital	27/08/2019	24 600,00 €	24 600,00 €			26/12/2019	24 600,00 €	- €	- €	- €	- €	24 600,00 €	24 600,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190312
Escolho Pensar, Lda.	Aq. mobiliário trabalhadores necess. especiais	14/06/2019	3 567,00 €	3 567,00 €			06/12/2019	1 165,46 €	- €	- €	- €	- €	1 165,46 €	1 165,46 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190313
RONSEJUR - RONDAS E SEGURANÇA, LDA	Aq. serv. ligação sist. seg. central alarmes	01/07/2019	1 660,50 €	1 660,50 €			28/12/2019	664,20 €	- €	- €	- €	- €	664,20 €	664,20 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190314
STAPLES PORTUGAL - EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO, SA	Aq. pellicula appagamento a seco super sticky	19/06/2019	269,00 €	269,00 €			15/10/2019	218,71 €	- €	- €	- €	- €	218,71 €	218,71 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190316
CTT - Correios de Portugal, SA	Aq. Serv. Solução Integrada Gestão SITAM	28/08/2019	146 177,63 €	146 177,63 €			17/12/2019	45,48 €	- €	- €	- €	- €	45,48 €	45,48 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190317
HCMC Health Care Management Consultants	Aq. Serv. Esp. Consultoria Financ. ASC SOMOS	12/07/2019	1 107,00 €	1 107,00 €			18/09/2019	1 107,00 €	- €	- €	- €	- €	1 107,00 €	1 107,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190319
ALTRAN - Altranportugal, SA	Gestão de projeto área coordenação SGR	02/09/2019	74 735,16 €	74 735,16 €			28/12/2019	57 016,23 €	- €	- €	- €	- €	57 016,23 €	57 016,23 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190321
ASSOC.ACADEMICA DA FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA	Aquisição de Revista de Direito Administrativo	01/07/2019	50,00 €	50,00 €			28/12/2019	48,00 €	- €	- €	- €	- €	48,00 €	48,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190323
Universidade Nova de Lisboa (SASNOVA)	Serv aluguer auditorio e assist de sem - Open Day	04/07/2019	859,77 €	859,77 €			08/11/2019	616,23 €	- €	- €	- €	- €	616,23 €	616,23 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190324
Universidade Nova de Lisboa (SASNOVA)	Aq.Serv Utiliz. Espaço Univ Nova Lisboa - Caterine	04/07/2019	322,88 €	322,88 €			25/09/2019	322,88 €	- €	- €	- €	- €	322,88 €	322,88 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190325
ISFTEH	Sub. CNTS Inst. Int. Soc. Tel. eHealth - ISFTEH	01/01/2019	539,76 €	539,76 €			14/10/2019	454,22 €	- €	- €	- €	- €	454,22 €	454,22 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190326
PD&MFC	Serv especializados Área Mobile Perfil Developer	08/11/2019	32 877,90 €	32 877,90 €			23/12/2019	32 877,90 €	- €	- €	- €	- €	32 877,90 €	32 877,90 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190327.L11
BABEL IBERICA, S.A.	Serv especializados Analista Funcional e Tester	08/11/2019	37 880,21 €	37 880,21 €			23/12/2019	37 880,22 €	- €	- €	- €	- €	37 880,22 €	37 880,22 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190327.L12
BABEL IBERICA, S.A.	Serv especializados Analista Funcional e Tester	08/11/2019	37 880,21 €	37 880,21 €			23/12/2019	37 880,22 €	- €	- €	- €	- €	37 880,22 €	37 880,22 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190327.L13
Vortal - Comércio Eletrónico, Consultoria e Multim	Servico de Plataforma Eletrónica em modo SAAS	17/07/2019	111 930,00 €	111 930,00 €			29/10/2019	87 412,00 €	- €	- €	- €	- €	87 412,00 €	87 412,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190329
ALTRAN - Altranportugal, SA	Manutenção Projeto Notícia de Nascimento Digital	25/10/2019	30 083,04 €	30 083,04 €			28/12/2019	7 943,04 €	- €	- €	- €	- €	7 943,04 €	7 943,04 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190329
Universidade Católica Portuguesa	Insc. Pós Graduação Comunic. e Psicologia Positiva	04/10/2019	3 899,10 €	3 899,10 €			20/11/2019	2 720,00 €	- €	- €	- €	- €	2 720,00 €	2 720,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190330
Cloudcomputing.PT, Lda	Aq. Serv. Sup. Manut. Plataforma de Gestão do SNS	01/10/2019	61 499,26 €	61 499,26 €			23/12/2019	61 499,27 €	- €	- €	- €	- €	61 499,27 €	61 499,27 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190332
Bestouk, Lda	Aq. Serv. Cons. Inst. e Sub. de Candidatura	01/07/2019	6 088,50 €	6 088,50 €			17/07/2019	6 088,50 €	- €	- €	- €	- €	6 088,50 €	6 088,50 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190338
Onedirect Comunicações SL	Aq. H. Headsets para Call Center CCM SNS	10/07/2019	257,07 €	257,07 €			22/07/2019	201,70 €	- €	- €	- €	- €	201,70 €	201,70 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190339
Daily Spin - Consultoria de Gestão, Unipessoal Lda	Serv Apoio Especializado à UDP	26/11/2019	42 744,96 €	42 744,96 €			23/12/2019	42 744,96 €	- €	- €	- €	- €	42 744,96 €	42 744,96 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190342
Estria - Produções Gráficas SA	Aq. envelopes para SPMS e CCMSNS	01/07/2019	6 150,00 €	6 150,00 €			28/08/2019	6 033,15 €	- €	- €	- €	- €	6 033,15 €	6 033,15 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190343
LINK REDGLUE - CONSULT. E SISTEMAS DE INFORM. LDA.	Serv. Monitorização Regras Negócios CCN SNS	11/10/2019	24 538,50 €	24 538,50 €			30/12/2019	18 403,88 €	- €	- €	- €	- €	18 403,88 €	18 403,88 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190344
Novabase Business Solutions, S.A.	Serv. Des. Manut. Proib. Business Intellig. SCINCO	04/01/2019	101 312,64 €	101 312,64 €			27/12/2019	101 312,64 €	- €	- €	- €	- €	101 312,64 €	101 312,64 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190345
Biolab, Lda	Emp. Implementação Sala Data Center Isonas AR61	05/11/2019	157 000,00 €	157 000,00 €			27/12/2019	157 000,00 €	- €	- €	- €	- €	157 000,00 €	157 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190346
Mbit - Computadores e Serviços de Informática, SA	Aq. Televisores / salas de reuniões SPMS	19/07/2019	6 150,00 €	6 150,00 €			18/10/2019	4 901,36 €	- €	- €	- €	- €	4 901,36 €	4 901,36 €	- €	- €	- €	- €	- €	20190347
Lisboa Feiras Congressos e Eventos	Aluguer Espaço - VI Sem. Compras Públicas	24/09/2019	23 062,																	

Entidade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento (7)	Pagamentos no período						Pagamentos acumulados					Observações (19)	
	Objeto	(1)	Data (2)	Valor do contrato (3)	Preço contratual (4)	Número do registro (5)		Data (6)	Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (11)	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos (12)	Total de pagamentos no período = (8)+(9)+(10)+(11)+(12)	Trabalhos normais (14)	Revisão de preços (15)	Trabalhos a mais (16)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (17)		Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos (18)
Sara Rafaela Teixeira Pinto	Moderador VI Seminário Compras Públicas na Saúde		24/09/2019	984.00 €	984.00 €			18/10/2019	800.00 €	- €	- €	- €	- €	800.00 €	800.00 €	- €	- €	- €	- €	20190431
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	Aq. Serv Apoio Exec. Rollouts da Suite Hospitalar		31/10/2019	162.852.00 €	162.852.00 €			23/12/2019	162.852.00 €	- €	- €	- €	- €	162.852.00 €	162.852.00 €	- €	- €	- €	- €	20190432
Servu&Associados	Aq. Serv. Juridicos para Exploração do CC do SNS24		25/10/2019	83.025.00 €	83.025.00 €			17/12/2019	7.380.00 €	- €	- €	- €	- €	7.380.00 €	7.380.00 €	- €	- €	- €	- €	20190433
Acritética - Plásticos Técnicos Lda	Material Apoio VI Seminário Compras Públicas		24/09/2019	1.599.00 €	1.599.00 €			29/10/2019	1.353.00 €	- €	- €	- €	- €	1.353.00 €	1.353.00 €	- €	- €	- €	- €	20190435
Connected Intelligence Limited (WEBSUMMIT)	Aluguer Espaço Expositivo Conf. Websummit 2019		04/11/2019	17.220.00 €	17.220.00 €			29/10/2019	17.220.00 €	- €	- €	- €	- €	17.220.00 €	17.220.00 €	- €	- €	- €	- €	20190438
Safelox (Lubano) - Gestão Documental	Gestão documental arquivo físico CCM SNS		25/10/2019	93.407.50 €	93.407.50 €			27/12/2019	60.634.79 €	- €	- €	- €	- €	60.634.79 €	60.634.79 €	- €	- €	- €	- €	20190438
Labtomarket Consultoria, Unipessoal Lda	Consultoria em Inovação de Processos Internos		27/09/2019	6.088.50 €	6.088.50 €			20/11/2019	6.088.50 €	- €	- €	- €	- €	6.088.50 €	6.088.50 €	- €	- €	- €	- €	20190439
APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial	Participação de Inovadores - Sem da Conciliação		10/02/2019	1.107.00 €	1.107.00 €			1/10/2019	1.107.00 €	- €	- €	- €	- €	1.107.00 €	1.107.00 €	- €	- €	- €	- €	20190440
Multicert - Servicos de Certificação Eletrónica,	Aq Serv Manutenção Cert Wildcard PEM Min Saude PT		01/10/2019	1.045.50 €	1.045.50 €			23/10/2019	1.035.36 €	- €	- €	- €	- €	1.035.36 €	1.035.36 €	- €	- €	- €	- €	20190441
NAUTILUS, SA	Aq mobiliário Esc. Inst. SPMS - Secretárias		17/12/2019	3.144.99 €	3.144.99 €			28/12/2019	3.144.99 €	- €	- €	- €	- €	3.144.99 €	3.144.99 €	- €	- €	- €	- €	20190442.L11
Alisa 2 - New Concept, Lda	Aq mobiliário Esc. Inst. SPMS - Cad Ergonómicas		26/12/2019	77.684.83 €	77.684.83 €			30/12/2019	77.684.83 €	- €	- €	- €	- €	77.684.83 €	77.684.83 €	- €	- €	- €	- €	20190442.L12
Euroshelves - Estantes Metálicas, Lda	Aq mobiliário Esc. Inst. SPMS - Cad Bancada		26/12/2019	639.60 €	639.60 €			28/12/2019	639.60 €	- €	- €	- €	- €	639.60 €	639.60 €	- €	- €	- €	- €	20190442.L14
Euroshelves - Estantes Metálicas, Lda	Aq mobiliário Esc. Inst. SPMS - Blocos Gavetas		26/12/2019	1.420.65 €	1.420.65 €			28/12/2019	1.420.65 €	- €	- €	- €	- €	1.420.65 €	1.420.65 €	- €	- €	- €	- €	20190442.L15
ASSOCIAÇÃO PMI - PORTUGAL CHAPTER REP OFIC PMI PT	Insc na XIII Conferência Anual do PMI 2019		28/11/2019	479.70 €	479.70 €			18/11/2019	390.00 €	- €	- €	- €	- €	390.00 €	390.00 €	- €	- €	- €	- €	20190443
TenWeb, Inc.	Aquisição de Plugins PhotoGaler		17/10/2019	90.29 €	90.29 €			30/10/2019	72.31 €	- €	- €	- €	- €	72.31 €	72.31 €	- €	- €	- €	- €	20190444
Instituto de Direito Privado - IDP - FDL	Insc "Jornada de Dir. do Trab - Ref. Código Trab"		20/09/2019	36.90 €	36.90 €			31/12/2019	15.00 €	- €	- €	- €	- €	15.00 €	15.00 €	- €	- €	- €	- €	20190445
Nahr Conf	Nahr Conf "Nordic Public Procurement Forum 2019"		15/11/2019	5.655.54 €	5.655.54 €			30/10/2019	3.954.00 €	- €	- €	- €	- €	3.954.00 €	3.954.00 €	- €	- €	- €	- €	20190447
AMIA Informatics Professionals LeadinE The Wav	Insc "AMIA 2019 Annual Symposium"		15/11/2019	1.525.20 €	1.525.20 €			01/10/2019	1.241.86 €	- €	- €	- €	- €	1.241.86 €	1.241.86 €	- €	- €	- €	- €	20190449
AESE - Escola de Direção e Negócios	Insc Programa Alta Dir Inst de Saúde 2019 - PADIS		01/10/2019	26.937.00 €	26.937.00 €			03/12/2019	8.979.00 €	- €	- €	- €	- €	8.979.00 €	8.979.00 €	- €	- €	- €	- €	20190450
Bitmaker Software, Unipessoal, Lda	Ser especializados Registo Oncológico Nacional RON		14/10/2019	6.137.70 €	6.137.70 €			28/12/2019	6.088.50 €	- €	- €	- €	- €	6.088.50 €	6.088.50 €	- €	- €	- €	- €	20190451
A.M.FRAZÃO, LDA	Serv Desenvolvimento Update do Portal SNS		03/12/2019	24.477.00 €	24.477.00 €			28/12/2019	24.477.00 €	- €	- €	- €	- €	24.477.00 €	24.477.00 €	- €	- €	- €	- €	20190453
Infes - Instituto para o desenvolvimento e estudos	Insc "Iniciativa Data Science&Business Analytics		23/09/2019	4.243.50 €	4.243.50 €			23/12/2019	3.450.00 €	- €	- €	- €	- €	3.450.00 €	3.450.00 €	- €	- €	- €	- €	20190454
NOIS Comunicações, SA	Aq Implementação e Exploração da RIS		21/11/2019	196.800.00 €	196.800.00 €			27/12/2019	196.800.00 €	- €	- €	- €	- €	196.800.00 €	196.800.00 €	- €	- €	- €	- €	20190455
OPET - Observat. Prospect de Eng e Tecnologia	Part Form 139 Conc Naz de Cont. Pública		29/10/2019	1.998.75 €	1.998.75 €			18/11/2019	1.625.00 €	- €	- €	- €	- €	1.625.00 €	1.625.00 €	- €	- €	- €	- €	20190457
Uxsystems Software, S.A.	Licenciamento Ferramentas DCPI - SIFGC Ano 2019		23/11/2019	24.600.00 €	24.600.00 €			27/12/2019	24.600.00 €	- €	- €	- €	- €	24.600.00 €	24.600.00 €	- €	- €	- €	- €	20190458.L11
If Executives - Edições e Formação, S.A.	Insc. 4ª edição C-Health Congress		22/10/2019	2.091.04 €	2.091.04 €			30/10/2019	2.091.04 €	- €	- €	- €	- €	2.091.04 €	2.091.04 €	- €	- €	- €	- €	20190460
Gartner Espana SL	Insc. Evento - Gartner Symposium/ITxpo 2019		03/11/2019	5.104.50 €	5.104.50 €			24/10/2019	5.021.50 €	- €	- €	- €	- €	5.021.50 €	5.021.50 €	- €	- €	- €	- €	20190462
Nahr Conf	Insc Conf Nordic Public Procurement Forum 2019		19/11/2019	11.311.08 €	11.311.08 €			05/11/2019	9.196.00 €	- €	- €	- €	- €	9.196.00 €	9.196.00 €	- €	- €	- €	- €	20190463
LEXIXION PUBLISHER	Insc Conf. Facing 2020 Latest Dev. EU Public Proc.		23/10/2019	3.527.27 €	3.527.27 €			30/10/2019	2.867.70 €	- €	- €	- €	- €	2.867.70 €	2.867.70 €	- €	- €	- €	- €	20190464
Enerre-Produções e Representações, Lda	Material de segurança - coletes reflexivos		28/10/2019	492.00 €	492.00 €			18/12/2019	480.32 €	- €	- €	- €	- €	480.32 €	480.32 €	- €	- €	- €	- €	20190466
Casa dos Tapetes, Prudência & Reis, Unipessoal Lda	Material anti-derrapante - tapetes		28/10/2019	1.230.00 €	1.230.00 €			18/12/2019	575.64 €	- €	- €	- €	- €	575.64 €	575.64 €	- €	- €	- €	- €	20190467
IPO - Instituto Português da Qualidade	Aquisição Norma Portuguesa EN ISO 9001/2015		08/11/2019	43.05 €	43.05 €			26/12/2019	43.05 €	- €	- €	- €	- €	43.05 €	43.05 €	- €	- €	- €	- €	20190470
AJ&E WORLDWIDE	Renovação de domínios - Portal SNS		05/11/2019	280.44 €	280.44 €			21/11/2019	280.44 €	- €	- €	- €	- €	280.44 €	280.44 €	- €	- €	- €	- €	20190471
DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL	Aluguer Espaço: 40 Anos SNS Pal. Nacional Aluda		03/12/2019	4.305.00 €	4.305.00 €			17/12/2019	4.305.00 €	- €	- €	- €	- €	4.305.00 €	4.305.00 €	- €	- €	- €	- €	20190472
Uxsystems Software, S.A.	Aq Licenciamento Plataforma Desenvolvim - Low Code		16/12/2019	185.730.00 €	185.730.00 €			30/12/2019	185.730.00 €	- €	- €	- €	- €	185.730.00 €	185.730.00 €	- €	- €	- €	- €	20190474
Infototal- Consultadoria Informática, Lda	Manutenção e AT solução documental KAMALEI		19/11/2019	4.920.00 €	4.920.00 €			30/12/2019	4.550.32 €	- €	- €	- €	- €	4.550.32 €	4.550.32 €	- €	- €	- €	- €	20190476
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional	Cert Competência Pedagógica - Sónia Teixeira		21/11/2019	61.50 €	61.50 €			28/11/2019	50.00 €	- €	- €	- €	- €	50.00 €	50.00 €	- €	- €	- €	- €	20190477
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	Serv Gest Proj Apoio Func Sonho Scilnico Suite Hos		16/12/2019	149.253.12 €	149.253.12 €			27/12/2019	149.253.12 €	- €	- €	- €	- €	149.253.12 €	149.253.12 €	- €	- €	- €	- €	20190481
Coger - Centro de Gest da Rede Inf do Governo	Aq Certificados SSL - CEGER		25/11/2019	3.936.00 €	3.936.00 €			28/12/2019	1.822.00 €	- €	- €	- €	- €	1.822.00 €	1.822.00 €	- €	- €	- €	- €	20190482
Multipublicações - Edição, Publicação de Informaçã	Ass digital Imprensa escrita online Marketeer		27/11/2019	80.69 €	80.69 €			31/12/2019	79.95 €	- €	- €	- €	- €	79.95 €	79.95 €	- €	- €	- €	- €	20190484
Onitelem Informações, SA	Servicos de conectividade - Casas de Misericórdia		01/06/2019	6.088.50 €	6.088.50 €			28/12/2019	2.460.00 €	- €	- €	- €	- €	2.460.00 €	2.460.00 €	- €	- €	- €	- €	20190486
EUROPLACO, LDA	Aluguer mobiliário VI Seminário Compras Públicas		19/12/2019	1.053.13 €	1.053.13 €			28/12/2019	1.053.13 €	- €	- €	- €	- €	1.053.13 €	1.053.13 €	- €	- €	- €	- €	20190487
MarketWare - Soluções para Mercados Digitais, Lda	Aquisição certificados GIT.MIN.SAUDE.PT		18/11/2019	338.25 €	338.25 €			28/12/2019	338.25 €	- €	- €	- €	- €	338.25 €	338.25 €	- €	- €	- €	- €	20190488
WODK - Livrarias LDA	Aquisição livros no Ambiente de Contratação Pública		11/12/2019	965.55 €	965.55 €			31/12/2019	869.59 €	- €	- €	- €	- €	869.59 €	869.59 €	- €	- €	- €	- €	20190491
Core Factor Lda	Live Sketching evento Inteligência Artificial		20/12/2019	1.845.00 €	1.845.00 €			30/12/2019	1.615.73 €	- €	- €	- €	- €	1.615.73 €	1.615.73 €	- €	- €	- €	- €	20190492
EUROPLACO, LDA	Servicos de aluguer de mobiliário de palco		20/12/2019	3.075.00 €	3.075.00 €			28/12/2019	631.73 €	- €	- €	- €	- €	631.73 €	631.73 €	- €	- €	- €	- €	20190493
JURISNOVA - Assoc Fac de Direito da UNL	Formação Direito Administrativo Eletrónico		13/12/2019	123.00 €	123.00 €			31/12/2019	100.00 €	- €	- €	- €	- €	100.00 €	100.00 €	- €	- €	- €	- €	20190495
Lisboa Feiras Congressos e Eventos	Aluguer da Fil e PT Meeting Center		19/12/2019	24.477.00 €	24.477.00 €			28/12/2019	19.084.08 €	- €	- €	- €	- €	19.084.08 €	19.084.08 €	- €	- €	- €	- €	20190496
WARPCOM SERVICES, SA	Aquisição de capacidade de computação		27/12/2019	79.947.54 €	79.947.54 €			30/12/2019	79.947.54 €	- €	- €	- €	- €	79.947.54 €	79.947.54 €	- €	- €	- €	- €	20190500
Escola Nacional de Bombeiros	Formação Treinos e Simuladores em Sit Emerg		01/01/2020	20.910.00 €	20.910.00 €			30/12/2019	18.035.00 €	- €	- €	- €	- €	18.035.00 €	18.035.00 €	- €	- €	- €	- €	20190502
MATCH PROFILER - CONSULTADORIA E DESENV	Evolução APPS MYSMS carteira, PEM Móvel		17/12/2019	6.150.00 €	6.150.00 €			30/12/2019	6.150.00 €	- €	- €	- €	- €	6.150.00 €	6.150.00 €	- €	- €	- €	- €	20190503
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional	Taxa Emissão CCP		26/12/2019	738.00 €	738.00 €			31/12/2019	600.00 €	- €	- €	- €	- €							

ANEXO VIII – MAPA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA 5.2

Mapa 5.2 - Adjudicações por tipo de procedimento

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento								Total	
	Concurso público		Consulta prévia		Ajuste direto		Celebração de contratos ao abrigo de acordos-quadro (Art.º 259)			
	Número dos contratos (1)	Preço contratual (2)	Número dos contratos (3)	Preço contratual (4)	Número dos contratos (9)	Preço contratual (10)	Número dos contratos (11)	Preço contratual (12)	Número dos contratos (13)	Preço contratual (14)
Empreitada de obras públicas	1	490 770,00 €	2	223 903,51 €	0	- €	0	- €	3	714 673,51 €
Aquisição de serviços	105	19 692 106,27 €	12	490 599,35 €	130	6 859 998,85 €	69	10 302 905,87 €	316	37 345 610,34 €
Locação ou aquisição de bens móveis	12	981 397,63 €	0	- €	11	113 424,76 €	0	- €	23	1 094 822,39 €
Total	118	21 164 273,89 €	14	714 502,85 €	141	6 973 423,61 €	69	10 302 905,87 €	342	39 155 106,23 €